



ACADEMIA **INTERNACIONAL** **DA CULTURA** **PORTUGUESA**

BOLETIM N.º 51 –2024

LISBOA

**ACADEMIA INTERNACIONAL
DA
CULTURA PORTUGUESA**

**BOLETIM
Edição N.º 51**

2024

O artigo 19.º dos Estatutos da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, aprovados pelo Decreto n.º 46 180, de 6 de Fevereiro de 1965, determina que haverá duas publicações Académicas de carácter permanente: o *Boletim* e os *Anais*

TÍTULO:

Boletim N.º 51 – 2024

EDIÇÃO:

Academia Internacional da Cultura Portuguesa

EXECUÇÃO GRÁFICA:

Página Ímpar, Lda

DEPÓSITO LEGAL:

68080/93

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	5
DESAFIOS ÉTICOS DE NOSSA TRADIÇÃO LUSO-BRASILEIRA	9
José Maurício de Carvalho	
DESENVOLVIMENTO HUMANO E VULNERABILIDADE EM ANGOLA	15
Paulo de Carvalho	
DO PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA	27
José Fontes	
UM PAÍS-FÁBRICA DE RELIGIÃO: O BRASIL COMO TERRENO FÉRTIL DO UNIVERSO RELIGIOSO (Seminário “O Brasil na Nova Ordem Mundial”)	35
José Eduardo Franco	
CIÊNCIA, DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUSTENTABILIDADE: NOTA BREVE SOBRE LIBERDADE DO CIENTISTA E DIREITO	37
Maria da Glória Garcia	
ARQUEOLOGIA, COLEÇÕES, MEMÓRIAS E EMOÇÕES: DAR FUTURO AO PASSADO (UMA BREVE REFLEXÃO)	43
Ana Cristina Martins	
DIA DA CONSCIÊNCIA E O HUMANISMO UNIVERSALISTA LUSÓFONO EM ARISTIDES DE SOUSA MENDES E LUÍS SOUZA DANTAS	55
Vítor Melícias	
SOBRE A FRONTEIRA MARÍTIMA DE PORTUGAL	63
Maria Regina de Mongiardim	
O BRASIL E A CPLP (Seminário “O Brasil na Nova Ordem Mundial”)	83
Embaixador Carlos Sérgio Sobral Duarte	
UMA LÍNGUA, VÁRIAS CULTURAS, UM GRANDE DESAFIO	91
José Octávio Serra Van-Dúnm	

NOTA EDITORIAL

Maria Regina de Mongiardim

*Presidente do Conselho Académico da Academia
Internacional da Cultura Portuguesa*

O presente número do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa (nº 51) condensa a atividade do ano de 2024, último do mandato do atual Conselho Académico, em funções.

Durante o ano de 2024, a Academia empenhou-se em cumprir o Plano de Atividades aprovado em Assembleia-Geral, cujo espírito foi marcado por imprimir maior dinâmica na vertente internacional da AICP e por congregar à sua volta entidades e instituições estrangeiras, e multinacionais de prestígio.

Tudo isto, sem deixar de reconhecer o mérito de Académicos nacionais, que se destacaram pela sua colaboração com a AICP, como aconteceu com o Reverendo Padre Vítor Melícias, que ascendeu a Académico de Número, em dezembro.

Um dos imperativos traçados, foi o de tentar preencher a lista de Académicos Correspondentes estrangeiros, demasiado deficitária, abrindo portas ao preenchimento da lista de Académicos de Número estrangeiros, presentemente em situação de vacuidade.

Assim, tomaram posse como Académicos Correspondentes os Professores Doutores José Octávio Serra Van-Dúnem e Paulo de Carvalho, de nacionalidade angolana, e o Professor Doutor José Maurício de Carvalho, de nacionalidade brasileira. Como é habitual, as suas comunicações nos respetivos atos de posse encontram-se publicadas no presente Boletim.

Todos estes textos enriquecem o acervo bibliográfico da nossa Academia e servirão, estamos certos, de motivo de reflexão dos nossos leitores. “*Food for thought*”, como costuma dizer-se em ambiente internacional.

Naturalmente, este espírito de renovação das listas de Académicos de nacionalidade estrangeira não se esgotou com as referidas tomadas de posse, pelo que a Academia entende dever prosseguir nesta senda.

Especial esforço foi dedicado à realização, em outubro, de dois importantes eventos públicos, o Seminário sobre “O Brasil na Nova Ordem Mundial” e a Conferência sobre “Timor-Leste na Encruzilhada de Vários Mundos”.

Ambos os eventos tiveram o apoio institucional da CPLP, cumprindo, desta forma, o desígnio de fomentar as relações da AICP com esta Organização internacional multilateral da esfera cultural da Lusofonia, de que a Academia é Observadora Consultiva.

O Seminário sobre o Brasil, delineado e proposto pela AICP, acabaria por ser organizado conjuntamente com a Missão Permanente do Brasil junto da CPLP, em Lisboa, numa clara manifestação do interesse que esta iniciativa despertou nas autoridades brasileiras.

Foram dois dias completos de interessantes palestras, que contaram com a participação de prestigiados conferencistas portugueses e brasileiros, e em que foram abordados variados temas ilustrativos do Brasil de hoje, e da posição deste país no quadro internacional e, em particular, da Lusofonia.

A Conferência sobre Timor-Leste reuniu, durante um dia completo, importantes conferencistas portugueses e timorenses, que traçaram as condições políticas internas e internacionais deste país asiático, e os dilemas com que ali se defronta a língua portuguesa.

Lamentamos, apenas, não termos podido coligir os textos de todas as intervenções nesses dois eventos, para sua publicação neste Boletim. Alguns, porém, fazem parte desta publicação.

Não menos importante, foi a preparação das comemorações do 60º aniversário da AICP, agendadas para o mês de fevereiro de 2025. Essa preparação obrigou a uma atenção particular, prévia, à edição de um número do Boletim exclusivamente dedicado à figura do Professor Adriano Moreira, fundador da Academia, e seu mentor durante toda a existência desta nobre instituição.

Este projeto comemorativo, que, por razões alheias à AICP, sofreu várias vicissitudes, viu, no entanto, concretizada a publicação dessa edição especial do Boletim, em tempo oportuno.

Cumpre-nos deixar aqui um público pedido de desculpas e, simultaneamente, uma palavra de muito apreço pela nossa Académica de Número, Professora Doutora Maria da Glória Garcia, que, lamentavelmente, por motivos informáticos, não pôde ver o seu artigo publicado nessa edição especial do Boletim da AICP. Razão que nos impôs fosse feita a publicação do seu artigo, intitulado “Ciência, desenvolvimento humano e sustentabilidade: nota breve sobre liberdade do cientista e direito”, no presente Boletim, com a devida nota sobre esse lapso infeliz.

Uma palavra de agradecimento é devida ao nosso Académico Correspondente, Professor Doutor Renato Epifânio, por cuidar de manter atualizada a página de internet da Academia, que ele próprio criou (aicp.webnode.page).

Contra a nossa vontade, as restrições orçamentais com que a AICP tem sido confrontada, especialmente neste ano de 2024, limitaram bastante as suas atividades e, conseqüentemente, o cabal cumprimento dos seus objetivos estatutários.

Não obstante as dificuldades, a AICP pugnou por ver reconhecido o seu mérito e o seu prestígio, a níveis nacional e internacional. Tal aconteceu, em certa medida, não apenas com a repercussão pública das atividades que realizou, mas, também, com o convite da Assembleia da República para se associar ao Grupo de Trabalho para a Concessão de Honras de Panteão Nacional a José Maria Eça de Queiroz, o que foi aceite.

Não cabe dúvida de que a grave e complexa situação política internacional se reflete em todas as áreas de intervenção nacional. Não sendo imune a tais circunstâncias, a AICP pode e deve prosseguir na prossecução dos seus objetivos, nomeadamente, estabelecendo protocolos de cooperação cultural com outras instituições de idêntica natureza, nacionais e estrangeiras, com especial realce para as dos países de língua portuguesa.

Esse é um caminho que a AICP deve desbravar e empreender, e em que o Conselho Académico, ainda em funções, está verdadeiramente empenhado. Para além do protocolo já estabelecido com o Instituto do Oriente, do ISCSP-Universidade de Lisboa, estão na forja outros protocolos dessa natureza, que só deverão vir à luz no decurso de 2025.

Semelhante estratégia permitirá uma associação de esforços e a potenciação de recursos, que, salvaguardando a autonomia da AICP, poderão redundar numa agenda mais rica e apelativa.

Da mesma forma, também deverá ser dada continuidade ao ciclo de conferências e seminários com os demais países de língua portuguesa, a que, sempre, se procurará associar a CPLP, sendo isso uma mais-valia para ambas as instituições. Embora sem atividade digna de nota, espera-se que as Comissões Temáticas dos Observadores Consultivos da CPLP, a que a AICP pertence, favoreçam a esperada colaboração proveitosa com a nossa Academia.

Com idêntico espírito, prosseguir-se-á no preenchimento das listas de Académicos estrangeiros, das diferentes categorias, condição incontornável da própria natureza internacional da nossa Academia.

Só, assim, a AICP pode verdadeiramente contribuir para o seu enriquecimento e para o enriquecimento dos laços com os povos e países de língua portuguesa, sem esquecer as comunidades de língua portuguesa expatriadas. Neste desiderato, a AICP poderá tornar-se um agente ativo na promoção da cultura portuguesa e dos nossos valores civilizacionais democráticos, na divulgação do nosso património, na investigação e produção científica, na educação e na aproximação sociopolítica.

Num mundo em tão grande convulsão e reversão dos mais sãos princípios da liberdade, da justiça, da democracia e dos direitos humanos, instituições de paz e concórdia, como a AICP, são sempre de acarinhar e encorajar.

É precisamente quando o mundo da política se mostra mais conturbado, que a cultura (*soft power*) e a memória histórica – duas vertentes perfeitamente assumidas pela AICP - podem servir de esteio a um relacionamento internacional mais pacífico, previsível e ordenado.

Contamos, por isso, com todos os Académicos, a quem pedimos que concedam à nossa Academia a sua máxima colaboração, lhe deem o necessário “alimento” intelectual, cultural e científico, e que a promovam, por forma a garantirmos a sua sobrevivência e eficácia, e a sua influência dentro e fora de portas.

Bem hajam todos os que contribuíram para a publicação deste Boletim!

DESAFIOS ÉTICOS DE NOSSA TRADIÇÃO LUSO-BRASILEIRA¹

José Maurício de Carvalho

*Professor Titular da Universidade Federal de
S. João del-Rei(MG), Brasil*

Académico Correspondente da AICP, categoria de Estrangeiros

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Parece importante apresentar inicialmente o problema de nossa exposição, vamos tratar dos desafios éticos de nossos dias privilegiando o universo luso-brasileiro. Vamos partir do livro *Experiência e Cultura*, onde Miguel Reale tratou da sociedade humana e seu principal suporte. Ele explicou que a cultura nasce como ação humana e resulta da objetivação de valores e de conhecimentos acolhidos e sistematizados por sucessivas gerações. Portanto, a cultura se forma sobre as duas pilastras mencionadas por Emannuel Kant, o conhecimento do mundo e o reconhecimento interno das intenções éticas que guiam nossas ações. Isso está na conclusão da clássica obra de Kant *Crítica da Razão Prática*, onde ele se refere à problemática ética como tema fundamental da Filosofia depois do bombardeio que lançou à metafísica.

Miguel Reale recuperou essa lição de Kant e observou que o tema foi trabalhado no Brasil pela Escola do Recife e na Alemanha pela Escola de Baden. Sem entrar nos meandros desses debates, amplamente detalhados nos colóquios luso-brasileiros Tobias Barreto e Antero de Quental, é necessário, pelo menos, mencionar o seu pano de fundo que é a relação entre o sujeito pensante e seu objeto no plano ontognosiológico. Isso em função da intencionalidade da consciência uma lição insuperável da fenomenologia. Nesse sentido, é a consciência que faz a síntese de nossas apreensões a partir dos valores organizando a experiência humana. Desse modo, as questões axiológicas estão na base da vida, vida que como disse Ortega y Gasset há cem anos, é *o tema de nosso tempo*.

Essa introdução nos coloca diante de dilemas contemporâneos, resumido por diferentes intelectuais de várias áreas do conhecimento, como os abalos de uma crise de cultura. Um período que necessita de condutas morais, mas não sem um modelo ético. Questões do universo

¹ José Maurício de Carvalho (Dr.) josemauriciodecarvalho@gmail.com, Prof. Titular aposentado da UFSJ; Prof. do UNIPTAN - Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves – lattes.cnpq.br/0631305118814377; Orcid: 0000-0002-3534-5338.

político, da ciência em geral, da própria moral demandam apoio ético. O que temos estudado mostra que temos em nossa tradição luso-brasileira elementos para contribuir com esse debate que, desde o século passado, aflige o ocidente e, provavelmente, toda a humanidade.

2. O CERNE DA CRISE

Vamos recordar o eixo nuclear da crise de cultura que nos atinge. Podemos começar pela percepção de Edmund Husserl, o criador da fenomenologia e autor de *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia*. Para ele estamos em dificuldade devido a uma confiança, sem sustentação, no vínculo entre verdade pensamento experimental. Husserl avaliou que a raiz da crise foi a matematização da realidade, feita em meio às tentativas de descrever com objetividade o funcionamento do mundo pela consciência subjetiva cartesiana. A construção dessa forma de pensar passou por atualizações com Descartes, Locke, Hume, Kant e outros menos comentados. Isso significa que foi ganhando força o propósito da objetivação do conhecimento que reduziu o homem a objeto ou coisa. A crise resultava, assim, da redução objetivista do saber que estabeleceu como verdade as leis das ciências naturais e a colocou como a mais importante forma de pensar. Husserl propôs um novo critério de objetividade para pensar as ciências, pois a subjetividade moderna reduziu o homem à coisa, desconsiderando seu espírito e dignidade.

Diferentes pensadores realçaram outras dimensões dessa crise sem deixar de vinculá-la aos problemas éticos. Ela se devia a um mundo que matou Deus e perdeu valores sólidos disse Friedrich Nietzsche; ou que O ocultou, retificou Martin Buber. Max Scheler preferiu mencionar a perda de valores estruturantes pela sociedade; ou da falta de um verdadeiro sentido para viver, manifestaram Karl Jaspers e Viktor Frankl; de uma vida propriamente humana, disse ontologicamente Martin Heidegger; na incompreensão da liberdade, avaliou Jean Paul Sartre ou do que fazer no dia a dia, escreveram Ortega y Gasset e Sören Kierkegaard.

Essas análises foram enriquecidas recentemente por Zygmunt Bauman que principalmente, em duas de suas obras, resumiu em quatro pontos as raízes da crise atual. Refiro-me a *Vida em fragmentos* (2011), que expandiu as intuições de *O mal-estar da pós modernidade* (1998). Nesses dois livros ele sistematizou os dilemas de se viver numa sociedade desinstitucionalizada, o que ampliou nossa compreensão da crise. Em resumo, além do já dito pelos grandes intelectuais do século passado, ele acrescentou que vivemos um aumento das incertezas com a sensação de que tudo está desordenado desde o fim da guerra fria e dos desajustes nos Estados Nacionais. Para o fato contribuiu decisivamente a liberdade concedida ao capital e às finanças à custa das outras liberdades. Essa liberdade do capital desidratou o Estado Social e o converteu numa delegacia de polícia para controlar imigrantes indesejados e marginalizados em geral. Então, com a fragilização do Estado social, também foram modificadas as formas de viver com a vizinhança, amigos e família, que são espaços de orientações morais e curas emocionais. Assim, chegamos a um tempo onde tudo pode ocorrer, mas nada está seguro, tornando fora de moda compromissos sólidos, ou obrigações custosas. Esses dias líquidos alimentaram o desejo de prazer imediato e contínuo.

Bauman associou tais mudanças à vida pensada como projeto. No entanto, a compreensão de que a vida é um que fazer no sentido existencial não sugere falta de responsabilidade nas relações humanas. Igualmente não implica na incapacidade de pensar um futuro profissional num mundo em acelerada mudança, nem impermanência dos casamentos, nem acumulação sem precedentes do capital, nem rejeição do diferente ou do pobre, nem na transformação dos Estados nacionais em delegacias de polícia, que são as características mais marcantes do mundo líquido segundo sua descrição.

Todos os pensadores citados, geniais em suas observações, conseguiram mostrar as mudanças em curso e as dificuldades que causam. Viver nunca foi fácil, mas nunca foi tão confuso e perigoso devido às intensas mudanças que temos experimentado e à liquidez dos processos, como se deduz do até aqui dito. Assim, a crise tem um sentido ontológico, sobre saber o nosso lugar no mundo, mas ganhou crescente relevância ética na medida em que, como mostrou Ortega y Gasset, vimos aparecer no fim da *belle époque* um sujeito inculto, cego por seus interesses imediatos, egoísta ao extremo, materialista, hedonista, com uma visão empobrecida do sagrado e cuja razão de viver é gozar sem limites, no que sintetizei de hedonismo ansioso em *O enigma do inconsciente e a força da subjetividade* (Porto Alegre: MKS, 2022, 168 p.).

Essa sociedade, pelas rupturas com a ideia de pessoa, se distanciou do humanismo, reduzindo e empobrecendo o uso da razão, sem saber conversar com a tradição medieval e moderna caminha para a intolerância, o autoritarismo e anti-humanismo. E sem saber como enfrentar os problemas de hoje assistimos o renascimento de um conservadorismo anacrônico, sem respostas para os atuais problemas. Pois bem, temos o desafio de apontar caminhos e dizer como é possível dialogar com esse mundo que está aí e se temos algo, como luso-brasileiros, a contribuir para esse debate. Isso porque não há hipótese de um retorno ao passado como imaginam tradicionalistas e conservadores que julgam que podemos ter uma família, trabalho, modos de vida ou de produção de riquezas como existiram há um século ou ainda mais atrás. Não podemos pois a vida renova os problemas, temos que atualizar as respostas.

3. RECUPERANDO A HISTÓRIA DO DEBATE MORAL EM NOSSA TRADIÇÃO

Até os anos 90 trabalhávamos no Brasil com a categoria *saber de salvação* sugerida por Luís Washington Vita (USP) para tratar da moral nos tempos da colônia. Ele a considerava uma moral salvacionista heterônoma, não derivada de uma ética. E o que temos do período é pouco (PAIM, 1997, p. 294): “até a metade do século XVIII toda a produção dos autores brasileiros equivalia a duzentos títulos.” A maioria desses livros eram de teologia e quase nada mais, enquanto os textos de moral resumiam-se a conselhos para bem viver. Naqueles dias, o Dr. Eduardo Soveral, professor de nosso programa de doutorado na UGF e morando no Brasil achou esse entendimento superficial, o que me trouxe a um estágio de pós doutorado na Universidade Nova de Lisboa para melhorar essa compreensão.

E assim, sob orientação do Dr. José Esteves Pereira, fizemos uma pesquisa publicada no livro *Caminhos da moral moderna, a experiência luso-brasileira* (1995). O que descobrimos foi que o discurso moral na colônia era uma adaptação anacrônica da moral contrarreformista portuguesa. A pesquisa ajudou, adicionalmente, a compreender melhor a evolução do pensamento moral português no período resumido por Joaquim de Carvalho, Professor em Coimbra. Ele baseou-se no livro *La Seconda Scolastica*, Milão, 1946, de Carlo Giacon. Joaquim de Carvalho adaptou o entendimento do italiano que diferenciava a escolástica medieval de um movimento denominado escolástica decadente. Ele dividiu essa escolástica decadente em dois momentos: um barroco, séculos XVI e XVII e uma nova escolástica que se estendia até metade do século XVIII. Para entender esse período preferimos dividi-lo em três ciclos e não apenas dois (contrarreformismo barroco e a nova escolástica) preservando o significado singular do conceito contrarreformismo construído por Joaquim de Carvalho. Tratamos esses três momentos com a categoria geração, conceito alterado, posteriormente, para ciclo devido à popularização do termo geração de Ortega y Gasset usado para designar um período mais curto. Assim identificamos um primeiro ciclo que ia do século XVI até a década de vinte do seguinte, onde a moral católica dialogou com o humanismo renascentista. No ciclo que se segue, que se estende daí até o final do século XVII, houve uma radicalização da procura da salvação desvinculada de valores terrenos, o que empobreceu o debate ético e veio junto com a decadência política e econômica do Império Português. A revisão desse afunilamento foi obra dos moralistas do século XVIII ou melhor, do período pombalino. Aquela geração criou um modelo ético que tratava o universo como espelho divino, abrindo espaço tanto para a ciência moderna quanto para práticas econômicas capazes de enriquecer o Estado português, sem precisar alterar os valores católicos.

Esta nova organização dos períodos permitiu entender que os livros de moral encontrados no Brasil no século XVIII, como os *Discursos políticos morais* (1758), de Souza Nunes ou o *Compêndio narrativo do peregrino da América* (1728), de Nuno Marques Pereira, não eram propriamente uma moral salvacionista, mas um anacronismo, isto é, representavam a transposição da mentalidade do segundo ciclo (século XVII) para tempos posteriores. No segundo ciclo o debate moral ficara afunilado em dois valores: a negação da riqueza pessoal e a castidade. Finalmente, os moralistas do último ciclo pretenderam superar essa radicalização feita nos setecentos, não rejeitando esses valores, mas revendo-os para permitir acolher a ciência, regular as relações sociais e justificar a vida terrena. Este esforço para atualizar o debate moral aproximando-o da perspectiva moderna ganhou força no século XIX. É nesse contexto que surgiu o *utilitarismo ético* de Silvestre Pinheiro Ferreira e do Visconde de Cairu, as éticas ecléticas ou espiritualistas de Diogo Antônio Feijó; Eduardo Ferreira França; Domingos G. Magalhães, Amorim Viana, Cunha Seixas, Antero de Quental e outros, o *positivismo* e o *relativismo ético*, entre outros, de Teófilo Braga e Silvio Romero.

Daí se organizaram no século XIX, pelo menos no Brasil, dois caminhos: a conciliação do pensamento liberal (a valorização do sujeito e sua liberdade) com a ciência moderna e o propósito de fazer do Estado um agente moral, com autoridade para completar e depois substituir a Igreja Católica como instância ética.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU UMA ESPERANÇA

Uma tentativa mais bem sucedida de construir uma moral no século XX, ou mais precisamente uma axiologia sólida mesmo num mundo líquido, em nossa tradição luso-brasileira, já foi iniciada por Miguel Reale e Delfim Santos. Com nossos colóquios luso-brasileiros entendemos que o legado luso-brasileiro constituiu um caminho singular não fora da tradição ocidental, mas como ondas de rádio diversas do que se passava no restante da Europa e América do Norte. Fizemos isso sem o complexo de vira lata que às vezes nos acomete. Grupos nacionais têm habilidades, rotinas, crenças diferentes que lhes conferem possibilidades diversas. Nossa singularidade nas abordagens da pessoa humana e mesmo do problema de Deus, nesse último caso mais aqui que lá, podem oferecer elementos para arejar o debate moral contemporâneo. Estou seguro de que esses elementos que constituem a coluna vertebral de nossa herança intelectual, que é uma versão dos valores ocidentais, fornecem matéria-prima para responder à sociedade de massas, em sua atual face líquida, hedonista, desinstitucionalizada e revisar a noção de subjetividade moderna em crise. Se temos que conversar com esse mundo que está aí não é para assumi-lo, muito menos colaborar com o que não parece um bom caminho para o futuro da humanidade. A experiência mostra que tudo o que vale a pena ou torna a vida valiosa não virá sem trabalho duro, esforço, paciência e dedicação, mas também não sem a razão, a ciência, valores atualizados e boas crenças.

A base de um pensamento moral elaborado dessa forma tem um caminho possível no personalismo de Miguel Reale e Delfim Santos, concebido subjetivamente, mas responsavelmente. Para nossos pensadores, essas referências morais se sustentam não só porque agimos em vista de valores, mas porque é possível reconhecer em si e no outro, valor. E descobrir, a partir desse valor inspirador ou fonte, novos valores como o ecológico e o próximo distante no tempo. E essas atitudes, num mundo que não valoriza a herança cultural e foca no gozo irresponsável e imediato, pode ser turbinado com o reconhecimento do outro como igual e digno de respeito. Esse sujeito é o que nos aparece como rosto, segundo Lévinas, ou como um Tu nas palavras de Martin Buber. Esse outro, reconhecido como valor nos termos do personalismo axiológico, deixa de ser um estranho ameaçador. Ele pode ser reconhecido como um colaborador na construção da paz e da boa convivência. Estamos desafiados a entender o que se passa em nossos dias, mas temos elementos para traçar uma rota diferente da que está prevalecendo.

DESENVOLVIMENTO HUMANO E VULNERABILIDADE EM ANGOLA

Paulo de Carvalho

*Professor Catedrático na Universidade Agostinho Neto,
Luanda, Angola*

Académico Correspondente da AICP, categoria de Estrangeiros

Resumo

A partir dos dados do índice de desenvolvimento humano (calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e da pobreza, o autor apresenta a evolução da situação de vulnerabilidade social e de exclusão social em Angola, a partir do ano de 1990.

Depois da sua redução com o final da guerra civil (2002), a partir de 2010 nota-se o aumento da pobreza e do desemprego, com enorme concentração de desemprego em jovens até os 25 anos de idade.

A conclusão aponta para uma clara melhoria em termos de desenvolvimento humano, após o final da guerra civil, mas as deficientes políticas públicas, a corrupção e a impunidade, a ausência de aposta na diversificação económica e as dinâmicas de fechamento social conduzem a uma grande concentração do rendimento numa fatia muito pequena de angolanos. A vulnerabilidade social atinge pouco mais de metade dos angolanos.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano, exclusão social, pobreza, vulnerabilidade.

TITLE: HUMAN DEVELOPMENT AND VULNERABILITY IN ANGOLA

Abstract

Based on data from the human development index (calculated by the United Nations Development Program) and poverty, the author presents the evolution of the social vulnerability and social exclusion in Angola, from the year 1990 onwards.

After its reduction with the end of the civil war (in 2002), from 2010 onwards there was an increase of poverty and unemployment, with a huge concentration of unemployment among young people up to 25 years old.

The conclusion points to a clear improvement in terms of human development after the end of the civil war. But poor public policies, corruption and impunity, the lack of investment in economic diversification and the dynamics of social closure lead to a large concentration of income in a very small slice of Angolans. Social vulnerability affects just over half of the Angolans.

Keywords: Human development, poverty, social exclusion, vulnerability.

As desigualdades sociais estão presentes em todas as sociedades, tendo em conta as diferentes oportunidades e diferentes condições de acesso aos bens sociais. Variáveis como o sexo, a origem social e o meio em que a pessoa cresceu exercem clara influência sobre o grau de instrução alcançado e sobre a forma como conseguimos enquadrar-nos no mercado de trabalho – o que, por sua vez, exerce influência sobre os rendimentos e o prestígio social alcançado por cada um.

As desigualdades sociais são geradoras de vulnerabilidade. O termo *vulnerabilidade* é utilizado para designar “indivíduos ou grupos fragilizados, ... que necessitam de auxílio e protecção, para garantia dos seus direitos como cidadãos (Scott *et al.* 2018: 602). O ser humano vulnerável é aquele que “não necessariamente sofrerá danos, mas está a eles mais susceptível, uma vez que possui desvantagens para a mobilidade social, não alcançando patamares mais elevados de qualidade de vida na sociedade, em função da sua cidadania fragilizada” (Carmo & Guizardi 2018: 6).

O conceito de vulnerabilidade está relacionado com privações, nomeadamente situações desfavoráveis de emprego (desemprego ou precarização do trabalho), a desagregação identitária e a desqualificação social. Tem forte relação com a exclusão social, que é a “fase extrema do processo de «marginalização», entendido este como um percurso «descendente», ao longo do qual se verificam sucessivas *rupturas* na relação do indivíduo com a sociedade” (Costa 1998: 10).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (PNUD 1997: 12) propõe-nos uma medida que serve de indicador da forma como as desigualdades e a vulnerabilidade são superadas em cada sociedade. Trata-se do índice de desenvolvimento humano, que mede um “processo de alargamento das escolhas” da população, considerando-se três escolhas essenciais (quer individuais, quer colectivas), nomeadamente a possibilidade de:

- a) se poder viver durante bastante tempo, de forma saudável;
- b) ter acesso ao conhecimento;
- c) ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida considerado satisfatório.

Faz sentido a opção por estas três escolhas, uma vez que, havendo acesso a elas, abrem-se várias outras oportunidades que conduzem a uma qualidade de vida aceitável. Pelo contrário, havendo barreiras no acesso a qualquer dessas três escolhas, vão-se gradualmente fechando outras oportunidades, até que estas se tornam inacessíveis, potenciando-se os índices de desigualdade social, de vulnerabilidade e de exclusão social.

Mas é preciso ter em conta que quando se fala em desenvolvimento humano, fala-se em muito mais que o acesso à instrução, à assistência sanitária e a um nível de vida digno. O desenvolvimento humano inclui também a liberdade cultural (PNUD 2004: 1-12), a “liberdade política, económica e social, bem como a criatividade, a produtividade, o respeito por si e a garantia dos direitos humanos fundamentais” (PNUD 1998: 55).

Uma vez que o desenvolvimento humano está associado à probabilidade de longevidade, com acesso à informação e boa qualidade de vida, podemos concluir que o desenvolvimento

humano e o bem-estar estão interligados. Quanto maior a capacidade de um Estado e da sua sociedade propiciarem boa qualidade de vida às famílias e aos indivíduos, melhor será o seu enquadramento no índice de desenvolvimento humano e maior será também a percepção de bem-estar dos seus cidadãos. Uma outra consequência é a diminuição da vulnerabilidade e poderá também ocorrer a diminuição das desigualdades sociais sentidas e percebidas pelos grupos sociais que integram essa mesma sociedade.

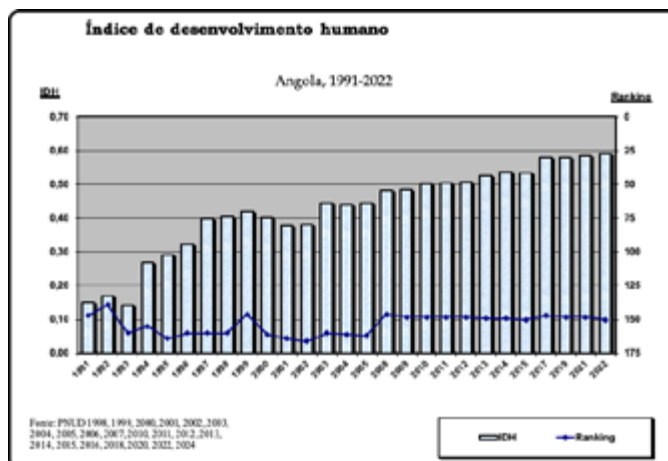
Um aspecto importante a destacar tem a ver com a reprodução das dificuldades de acesso aos bens socialmente desejados. Normalmente, quando é vedado o acesso a tais bens, as barreiras transmitem-se de geração em geração.

Para além de nos remeter para a problemática sociológica das desigualdades sociais, a abordagem do desenvolvimento humano e da vulnerabilidade remete-nos necessariamente para a temática das dinâmicas de fechamento social e para as dinâmicas de exclusão e inclusão social¹.

NÍVEL DE VIDA EM ANGOLA

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é um indicador de qualidade de vida. Não sendo propriamente um índice de exclusão (ou de inclusão) social ou um índice de vulnerabilidade e apesar de não incluir em si a grande diferenciação relacionada com cada um dos seus índices parciais, a verdade é que se trata de um dos indicadores disponíveis de qualidade de vida dos angolanos.

Gráfico 1



¹ Sobre estas matérias, *vide* por exemplo Davis & Moore 1945, Weber 1946, Parsons 1966, Parkin 1981 e 2000, Slomczynski 1989. Para o caso de Angola, ver Monteiro 1973, Carvalho 1989, 2002, 2008 e 2011, Jorge 1998, Vera Cruz 2005.

Como se pode verificar no gráfico 1, o valor do índice de desenvolvimento humano² em relação a Angola situou-se no intervalo 0,143–0,591, no período 1991-2002. Até 2002, o índice foi assumindo valores bastante baixos, que colocavam Angola nas quinze últimas posições à escala mundial. No ano de 2002, o índice assumiu o valor de 0,381, o que colocava Angola no 166º lugar dentre 177 países do mundo (12º lugar a contar do fim da lista). Vinte anos depois (em 2022, portanto), o IDH assumiu o valor de 0,591, estando Angola no 150º lugar, num total de 193 países (44º lugar a contar do fim da lista).

No ano de 2022 (ano a que se refere o último *Relatório de Desenvolvimento Humano*, editado em 2024), era de somente 59,1% a probabilidade de um angolano viver 85 anos de forma medianamente saudável, alcançando o nível superior de instrução académica e vivendo de forma digna.

Esta performance coloca os angolanos 20,0% abaixo da média mundial, 7,7% abaixo da média em relação a países de desenvolvimento humano médio, 7,7% acima da média em países da África Subsariana e 9,0% acima da média respeitante aos países menos desenvolvidos do mundo.

Uma vista de olhos ao gráfico 1 permite concluir que o final da guerra civil (em 2002) ocasionou uma imediata melhoria em termos de desenvolvimento humano e de qualidade de vida dos angolanos. Nessa altura, Angola pertencia ao grupo de países com baixo desenvolvimento humano (o último dos quatro grupos considerados).

Mas vejamos de que forma a situação evoluiu em todo o período 1991-2022. Angola partiu de uma posição de IDH bastante baixa, tendo em 1996 ultrapassado o valor de 0,300. Já o valor de 0,400 foi ultrapassado no ano de 1998 – ainda em tempo de guerra, portanto. Nesse ano, Angola ocupava o lugar 160º.

Depois de 1998, os anos que mais marcaram a diferença, pela positiva, no que ao IDH diz respeito, foram os de 2003 e 2017. Com o final da guerra, em 2002, o IDH registou no ano seguinte um incremento da ordem dos 16,5%, tendo aumentado de 0,381 para 0,445. Foram depois registados crescimentos sucessivos, para em 2017 Angola passar de país de baixo rendimento humano, para país de rendimento humano médio. De 2002 a 2017, o crescimento no IDH foi da ordem dos 52,5%. O valor do IDH, no ano de 2017, foi de 0,581, assumindo Angola a 147ª posição (uma subida em 19 lugares desde o final da guerra civil, em 2002).

De 2017 a 2022 (transcorridos cinco anos, ou seja, exactamente um mandato presidencial), o índice de desenvolvimento humano para Angola sofreu apenas um incremento da ordem de 1,7%. A expectativa, resultante da mudança havida na presidência da república³, era de um aumento maior que esse; mas as políticas públicas implementadas não permitiram que se alcançasse a subida extraordinária que se projectava para o IDH, com o correspondente decréscimo da vulnerabilidade dos angolanos.

² O índice é calculado pelo PNUD para (quase) todos os países do mundo, desde 1990. O cálculo do índice de desenvolvimento humano foi posteriormente aprimorado pelo PNUD, em 2010.

³ Em 2017, o longo Presidente José Eduardo dos Santos (após 38 anos no poder) deixou o cargo de Presidente da República, tendo sido eleito para o substituir o seu correligionário, João Manuel Gonçalves Lourenço.

Como já vimos, a conclusão aponta para a ascensão de Angola, do grupo de países com menor desenvolvimento humano, para o grupo de países de desenvolvimento humano médio. Trata-se de um elemento francamente positivo, conseguido somente quinze anos após o final da guerra civil. Abstraindo-nos desse elemento, constata-se que Angola ocupa posição um pouco privilegiada (acima da média) no seio dos países da África Subsariana e dos países menos desenvolvidos do mundo. A posição de Angola deixa de ser privilegiada, se olharmos para outros patamares: o IDH de Angola está relativamente abaixo da média dos países de desenvolvimento humano médio, mas bastante abaixo da média dos países do mundo. Estes dois últimos elementos dão conta do caminho que ainda há a percorrer, rumo ao progresso, ao desenvolvimento e ao bem-estar da maioria dos angolanos.

Eis alguns dados que atestam a condição em que se encontram actualmente os angolanos (PNUD 2024)):

- A esperança de vida à nascença é de 61,9 anos, sendo a média africana⁴ de 60,6 anos e a média mundial, de 72,0 anos;
- O índice de privação humana (que mede o grau de privação de um nível de vida digno) em Angola está estimado em 55,3%, quando em África o valor médio é de 52,9%;
- A média de escolaridade é de apenas 5,8 anos, quando a média africana é de 6,0 anos e a média mundial atinge os 8,7 anos;
- A escolaridade esperada para quem nasça hoje é de 12,2 anos, quando a média africana é de 10,3 anos e a média mundial é de 13,0 anos;
- O rendimento bruto *per capita* é de 5.328 dólares americanos, quando a média africana é de 3.666 dólares e a média mundial é de 17.254 dólares;
- A desigualdade de rendimento é de 58,1%, sendo a média africana de somente 39,4% e a média mundial, de 30,3%;
- O índice de desigualdade de género é de 0,520, quando em África é de 0,565 e no mundo, de 0,462;
- O índice de pobreza é de 32,3%, quando em África esse valor é de 41,1%;
- A taxa de mortalidade materna é de 222 por 100 mil nados vivos, sendo em África de 516 e no mundo, de 215 por 100 mil nados vivos;
- O número de jovens mães na adolescência é de 13,6%, quando em África a média é de apenas 9,9% e no mundo, de 4,2%.

Os dados acabados de apresentar dão conta de um país com crescimento moderado, após o final da guerra civil. O final da guerra civil, em 2002, trouxe consigo um claro *boom* no que diz respeito ao acesso aos principais serviços sociais, nomeadamente educação e assistência sanitária.

No que à educação diz respeito, o número de alunos foi decrescendo a partir de 1980, devido à guerra civil do pós-independência. Em 1992 (ano das primeiras eleições gerais em Angola), havia 948.015 alunos no ensino de base, número esse que praticamente duplicou

⁴ Quando aqui falamos de África, referimo-nos à África Subsariana.

em 2002 (ano do final da guerra civil), para 1.825.898 alunos. Apesar de ter havido crescimento no número de alunos no período 1992-2002, a verdade é que em 2002 havia 30% menos alunos do que no ano de 1979 – o que demonstra o efeito dramático da guerra civil nas políticas educativas e no desenvolvimento do país.

Se aos dados anteriores juntarmos os alunos do ensino médio, a conclusão é de haver um total de 2.558.136 alunos em 2002, tendo esse número duplicado em 2008 (um total de 5.736.520 alunos). No ano lectivo 2024/25, estão matriculados 9.253.713 alunos (Ministério 2024a). Isso significa que, no período 2002-2024, o número de alunos no ensino geral cresceu em 262%, a uma média de 6% ao ano.

Em 2002, havia em Angola 4.752 escolas. Com o final da guerra, o número de escolas aumentou em 166% no período 2002-2024, havendo hoje em funcionamento 12.627 escolas. De um modo geral, cada escola do ensino primário e secundário alberga hoje em média 733 alunos e 17 professores (Ministério 2024a).

Quanto à assistência sanitária, entre 1998 e 2000, por efeito da guerra civil, a retracção da rede sanitária foi da ordem dos 52%: enquanto em 1998 havia registo de 1.930 unidades sanitárias em funcionamento, dois anos depois havia somente 1.011 unidades sanitárias activas. No ano de 2008, Angola dispunha de 1.520 médicos, 26.486 enfermeiros, 4.510 técnicos de diagnóstico e terapêutica e 4.721 técnicos de apoio hospitalar. Hoje, Angola conta com 3.828 médicos, 27.276 enfermeiros e 10.283 técnicos de diagnóstico e terapêutica. Frequentam cursos de especialização, 4.237 médicos, dos quais 598 médicos de família. E há hoje, em Angola, 42.907 camas em unidades sanitárias (1.563 das quais são camas de cuidados intensivos), o que significa 1,22 camas por mil habitantes (Ministério 2024b).

A taxa de mortalidade infantil, que era de 260 por mil nados vivos em 2002, passou para 52 por mil nados vivos em 2024. Já a mortalidade materna baixou de 1.700 por 100 mil nados vivos em 2000 para 222 por 100 mil nados vivos em 2020, estimando o Ministério da Saúde que se situe em 170 por 100 mil nados vivos, no ano de 2024. Já o acesso aos cuidados primários de saúde, segundo dados governamentais, passou de 70% em 2022 para 79% em 2024 (Ministério 2024b).

Vinte e três anos após o final da guerra civil, a doença com maior incidência continua a ser a malária, o que reflecte as deficiências do sistema de saneamento do meio, sobretudo nas cidades. Seguem-se a síndrome gripal, a febre tifóide, as infecções respiratórias agudas (na população de cinco e mais anos) e a pneumonia grave (em menores de cinco anos). Já a doença mais letal é a raiva (cuja taxa de letalidade é de 100%), seguindo-se o tétano e a meningite.

Pode-se acrescentar que o produto interno bruto de Angola cresceu de 52,18 biliões de kwanzas em 2022, para 61,99 biliões de kwanzas em 2023, estimando-se que em 2024 se aproxime dos 80 biliões de kwanzas. Já a taxa de inflação foi de 27,0% em 2021, 13,9% em 2022 e 20,0% em 2023, estimando-se para 2024 uma taxa de inflação de cerca de 29% (Governo 2024).

De um modo geral, os dados acabados de apresentar dão conta de uma relativamente baixa qualidade de vida dos angolanos, que entretanto melhorou com o final da guerra civil. Mas é

preciso considerarmos a diferenciação em relação a uma série de variáveis, como o sexo, a faixa etária, a origem social, o local e o meio de residência. Para além das diferenças entre o ser cidadão e o ser rural, mesmo dentro das cidades existe grande diferenciação espacial, com contraste sociológico e antropológico entre a urbe propriamente dita e os muceques, entre a cidade de asfalto e o areal, entre a cultura urbana propriamente dita e uma *cultura urbana periférica*⁵.

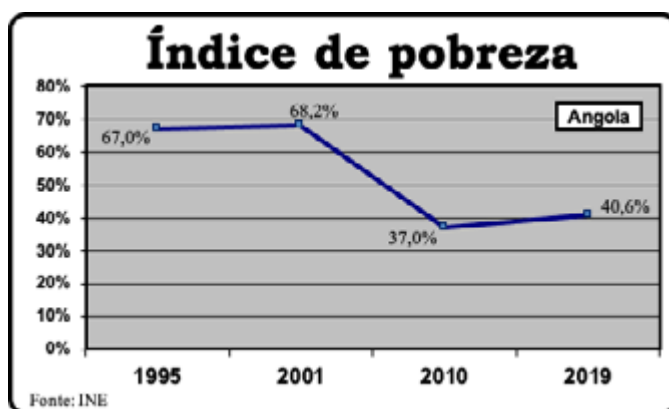
É de olhar, pois, para o índice de Gini, que assume em Angola o valor de 51,3% (PNUD 2024: 285), que é um valor extremamente elevado, que dá conta da existência de elevada dose de desigualdade na distribuição de rendimento. Portanto, apesar de o rendimento *per capita* ser de 5.328 dólares americanos (45,3% acima da média africana), a verdade é que existe em Angola grande concentração de rendimento numa fatia pequena de pessoas, concluindo-se assim que a maioria dos angolanos não beneficia do crescimento económico.

POBREZA EM ANGOLA

Já vimos que, em Angola, uma grande fatia do rendimento se concentra num grupo reduzido de pessoas. Estima-se que acima de dois terços do total do rendimento se concentra no grupo de 20% das famílias mais ricas.

No ano de 2001, ainda em período de guerra mas já perto do seu final, a pobreza atingia 68% dos angolanos (veja-se o gráfico 2). Hoje, a situação não é tão dramática quanto no final da guerra, mas é ainda preocupante. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, tínhamos em 2019 40,6% dos angolanos a viver abaixo da linha de pobreza relativa (Instituto 2019: 29). É sintomático o facto de, ao invés de diminuir, o índice de pobreza aumentou de 37,0% para 40,6%, no período 2010-2019.

Gráfico 2



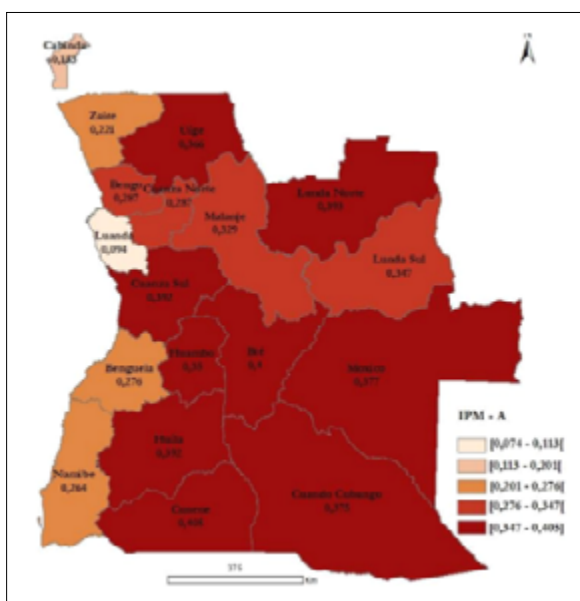
⁵ Ver, por exemplo, Carvalho 2008.

O Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola aponta para o crescimento do índice de pobreza em Angola, de 42% em 2019 para 49% em 2022, estimando-se que aumente para 50% em 2025⁶. Trata-se de um dado que aponta para o reforço do crescimento da vulnerabilidade em Angola, a partir de 2010.

Se a esses dados juntarmos uma taxa de desemprego de 32,4% no 1.º trimestre de 2024 e o desemprego juvenil (pessoas até aos 24 anos) a assumir o valor de 63,5% (Instituto 2024: 14), concluímos pelo reforço de quanto acima foi dito, em relação a uma grande concentração da riqueza num número bastante reduzido de pessoas e no crescimento da vulnerabilidade.

Outro indicador que aponta nessa direcção é o índice de pobreza multidimensional⁷, que é calculado pelo Instituto Nacional de Estatística e aponta para um valor de 54,0% no ano de 2020, o que indica que pouco mais de metade dos angolanos eram então multidimensionalmente pobres. De um modo geral, observa-se que entre a população multidimensionalmente pobre, as privações mais comuns são a qualidade da habitação, o acesso a electricidade e o registo civil. Mais de quatro em cada dez angolanos são pobres, com privações em habitação de qualidade (44,2%), no acesso a electricidade (43,7%) ou ao registo civil (43,3%). Mas é preciso acrescentar que a diferença entre o meio urbano e o meio rural é abismal: a pobreza multidimensional na área rural é mais que o dobro da taxa de incidência na área urbana (88% e 35%, respectivamente) (Instituto 2020: 12). O mapa 1 dá conta da diferenciação entre as várias províncias, no que diz respeito à pobreza multidimensional. Luanda é a província menos atingida pela pobreza multidimensional, seguindo-se Cabinda, Zaire, Namibe, Benguela, Bengo e Cuanza-Norte. As duas províncias mais atingidas são o Cunene e o Bié, seguindo-se Luanda-Norte, Cuanza-Sul, Huíla e Moxico.

Mapa 1 – Pobreza multidimensional em Angola, por províncias (2020)



Fonte: INE 2020: 53.

⁶ <https://rtpafrica.rtp.pt/noticias/angola-estudo-preve-17-milhoes-de-angolanos-pobres-em-2025/>

⁷ O índice de pobreza multidimensional inclui 16 indicadores, que abordam as privações em quatro dimensões: educação, saúde, emprego e qualidade de vida.

Eis as características dos socialmente excluídos em Angola, que são as pessoas em situação de vulnerabilidade social:

- Segregação espacial;
- Precariedade de laços sociais;
- Deficiente acesso a instrução de qualidade e ausência de qualificação profissional;
- Precariedade do emprego;
- Recurso ao mercado informal ou a actividades amorais ou ilegais;
- Longa permanência em estado de pobreza;
- Grande preocupação com a forma como encarar o presente, ao que se associa uma grande dificuldade em projectar o futuro;
- Ausência de perspectiva de melhoria das condições de vida.

Que causas se podem apontar para tão elevada incidência da pobreza e da vulnerabilidade social, num país africano com um rendimento bruto *per capita* de 5.328 dólares americanos (45,3% acima da média africana)? As causas estruturais de pobreza endémica são as seguintes (cf. Carvalho 2002, 2008):

- a) a guerra de destruição total, que demorou 27 anos (de 1975 a 2002);
- b) a forma de execução das políticas públicas, que não privilegiou medidas de inclusão social da maioria dos angolanos;
- c) a *doença holandesa*, caracterizada pela contínua dependência económica de um só produto (o petróleo), sem haver a necessária aposta na agricultura e na indústria, que são as áreas da economia que fomentam emprego estável;
- d) as dinâmicas de fechamento social levadas a cabo pelas elites angolanas.

A terminar, vejamos quais são os grupos mais vulneráveis à situação de pobreza. Os dados disponíveis para o meio urbano angolano apontam para habitantes dos subúrbios, famílias chefiadas por mulheres, jovens provenientes das camadas sociais mais desfavorecidas e desempregados em geral.

CONCLUSÃO

Com a proclamação da independência (em 1975) e o eclodir da guerra civil em Angola, iniciou um processo de retrocesso económico e social, que tem provocado o empobrecimento da população. Com o final da guerra civil, em 2002, registou-se um *boom* social, graças ao aumento do investimento em educação, saúde e assistência social. Mas não se apostou na diversificação da economia, com a manutenção da preferência em continuar a depender de um único produto – o petróleo.

Lamentavelmente, o final da guerra provocou também uma maior concentração do rendimento num pequeno grupo de angolanos, tendo intensificado os índices de corrupção e a impunidade, que causaram o desvio de biliões de dólares americanos, que não puderam ser investidos no desenvolvimento do país (Carvalho 2024).

Em termos de desenvolvimento humano (DH), Angola registou em 2017 a transição do grupo de DH baixo para o grupo de DH médio, mas o facto é que vem também aumentando a concentração do rendimento num grupo reduzido de pessoas. Estima-se que acima de dois terços do total do rendimento se concentra no grupo de 20% das famílias mais ricas.

Hoje, mais de quatro em cada dez angolanos são pobres e um terço dos angolanos estão desempregados, sendo a esmagadora maioria destes, jovens com idades entre 15 e 24 anos.

Um dado assustador aponta para o facto de mais de 11 milhões de angolanos não disporem de registo de nascimento, o que lhes dificulta o acesso à instrução e a emprego no mercado formal de trabalho.

Estima-se, pois, que a maioria dos angolanos esteja socialmente excluída, portanto, em grave situação de vulnerabilidade social, económica ou cultural. Isso significa que é uma minoria dos angolanos que beneficia do desenvolvimento – trata-se dos membros de pleno direito da sociedade, que se opõem aos socialmente excluídos, ou seja, àqueles que são “declarados vivos em regime de morte civil” (Santos 1998: 7).

Boa parte dos angolanos vive o dia-a-dia todos os dias, sem condições para pensar no futuro. Vive pensando na sua sobrevivência diária e sem hipótese de pensar em investir no seu bem-estar e na mobilidade social.

Sendo ainda baixo o acesso à instrução e aos cuidados primários de saúde, é grande a probabilidade de reprodução da pobreza, da vulnerabilidade e da exclusão social para as gerações seguintes.

A qualidade de vida do angolano médio é baixa, comparativamente à que se regista noutros países. Existe acumulação de riqueza, que se concentra fundamentalmente em pequenas elites.

Sendo uma das dimensões de exclusão social, a pobreza (ao lado do desemprego e do emprego precário) continua a ser um dos factores que inibe o desenvolvimento no nosso país.

O actual estado socio-económico do país provoca a quebra generalizada dos valores morais. Pode mesmo adiantar-se que as deficientes políticas económicas e sociais têm provocado também o empobrecimento das classes médias, que seriam o suporte moral da sociedade angolana.

BIBLIOGRAFIA

- CARMO, Michelly Eustáquia do & Francini Lube GUIZARDI
2018: “O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social”, *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 34 (3), pp. 1-14
- CARVALHO, Paulo de
1989: *Struktura społeczna społeczeństwa kolonialnego Angoli*, Varsóvia: Instituto de Sociologia da Universidade de Varsóvia
2002: *Angola. Quanto Tempo Falta para Amanhã? Reflexões sobre as crises política, económica e social*, Oeiras: Celta
2008: *Exclusão Social em Angola. O caso dos deficientes físicos de Luanda*, Luanda: Kilombelombe
2011: “Angola: Estrutura social da Angola colonial”, *Revista Angolana de Sociologia*, nº 7, pp. 57-69
2024: “Pelos meandros da corrupção”, in: *Social & Economic Reflexions. Caderno de Artigos e Reflexões*, nº 1, pp. 239-253
- COSTA, Alfredo Bruto da
1998: *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva
- DAVIS, Kingsley & Wilbert MOORE
1945: “Some Principles of Stratification”, *American Sociological Review*, vol. 10 (2), pp. 242-249
- GOVERNO de Angola
2024: *Relatório de fundamentação do OGE 2025*, Luanda: Governo de Angola (draft)
- INSTITUTO Nacional de Estatística (INE)
2019: *Relatório de pobreza para Angola. Inquérito sobre despesas e receitas*, Luanda: INE
2020: *Pobreza multidimensional em Angola*, Luanda: INE
2024: *Indicadores de emprego e desemprego. Inquérito ao emprego em Angola*, Luanda: INE
- JORGE, Manuel
1998: *Para Compreender Angola*, Lisboa: Dom Quixote
- MINISTÉRIO da Educação
2024a: “Dados estatísticos da educação”, Luanda: MED (draft)
- MINISTÉRIO da Saúde
2024b: “Acesso aos cuidados de saúde em Angola (1975-2024)”, Luanda: MINSA (draft)
- MONTEIRO, Ramiro Ladeiro
1973: *A Família nos Musseques de Luanda*, 2ª edição, Luanda: Junta de Acção Social no Trabalho de Angola
- PARKIN, Frank
1981: *Marxism and Class Theory. A Bourgeois Critique*, Londres: Tavistock
2000: *Max Weber*, 2ª edição, Oeiras: Celta
- PARSONS, Talcott
1966: “A Revised Analytical Approach to the Theory of Social Stratification”, in: *Class, Status and Power*, Bendix & Lipset (ed.), Londres: Routledge, pp. 92-128
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1997: *Human Development Report. Angola 1997*, Luanda: UNDP
1998: *Relatório do Desenvolvimento Humano. Angola 1998*, Luanda: PNUD
1999 a 2023: *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa: Trinova / Ana Paula Faria, Nova Iorque: PNUD
2024: *Human Development Report. 2023/24*, Nova Iorque: UNDP
- SANTOS, Boaventura de Sousa
1998: *Reinventar a Democracia*, Lisboa: Gradiva

SCOTT, Juliano Beck *et al.*

2018: “O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da Psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura”, *Psicologia em Revista*, vol. 24, nº 2, pp. 600-615

SŁOMCZYŃSKI, Kazimierz M.

1989: *Social Struture and Social Mobility: Poland, Japan and the United States. Metodological Studies*, Varsóvia: Polish Academy of Sciences

VERA CRUZ, Elisabete Ceita

2005: *O estatuto do indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa*, Lisboa: Novo Imbondeiro

WEBER, Max

1946: “Class, Status and Party”, in: *From Max Weber: Essays in Sociology*, H.H. Gerth & C. W. Mills (orgs.), Nova Iorque: Oxford University Press, pp. 180-195

DO PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA¹

José Fontes

Académico de Número

*Professor Catedrático da Academia Militar
Instituto Universitário Militar (Portugal)*

*Professor Catedrático Convidado da Faculdade de
Direito da Universidade Nova de Lisboa*

Venerando Senhor Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola
Dr. Sebastião Domingos Gunza
Excelência!

Dirijo-lhe as minhas primeiras palavras que são de sentido e profundo agradecimento pelo convite que teve a gentileza de me endereçar, – convite esse que me pesa e que me honra em igual medida –, para vir hoje, e aqui, refletir de forma, ainda que breve, sobre o papel dos Tribunais de Contas e suas jurisdições nas sociedades e nas democracias contemporâneas e sobre a importância que o *Direito* e a *Ciência do Direito* lhes atribuem para – entre outros – assegurarem e garantirem a sustentabilidade das políticas públicas, por via do controlo do bom uso dos dinheiros de todos, o mesmo é dizer em defesa e em apoio do bem estar dos nossos concidadãos e, por essa via, a sustentabilidade dos nossos Estados e das nossas democracias.

Bem haja pelo honroso convite!

Venerandos Senhores Juízes Conselheiros e Senhores Procuradores junto do Tribunal de Contas de Angola,
Autoridades,
Senhores Dirigentes e Funcionários desta Augusta Corte
Prezados Colegas das várias delegações,
Estimados Estudantes Universitários,
Senhoras e senhores,

¹ Conferência proferida nas Jornadas Técnico-Científicas alusivas ao 24.º aniversário do Tribunal de Contas de Angola, sob o lema *O Controlo Externo e as Políticas Públicas para a Primeira Infância*. Tribunal de Contas de Angola. Luanda. Angola (12.4.2025).

Nestas Jornadas Técnico-Científicas em que assinalamos o 24.º aniversário da instituição do Tribunal de Contas de Angola o tema que nos convoca à discussão – *O Controlo Externo e as Políticas Públicas para a Primeira Infância* – não poderia ser de maior oportunidade, relevância e pertinência e, deste modo, felicito este venerando Tribunal de Contas por uma escolha tão judiciosa, que como disse e reafirmo é, a meu ver, de extremas importância e atualidade.

O tema da primeira infância nem sempre está na primeira linha dos debates público e mediático e dos interesses urgentes do quotidiano que nos preocupa; refletir sobre ele significa refletir sobre o futuro adveniente. Só por isto vale a pena discuti-lo.

Nestes breves minutos que me são confiados, gostaria de me referir inicialmente a duas ideias que resultam implícitas do título desta minha comunicação e que – a meu ver – estão profundamente relacionadas com a conjuntura incerta que vivemos, com os desafios das sociedades da atualidade, com as ameaças a que as democracias têm vindo a estar sujeitas, com os tempos desafiantes que são os de hoje e em que assistimos – como nunca – à mudança acelerada.

Na conjuntura atual com um crescimento surpreendente de alguns movimentos políticos extremistas e populistas – que vão ganhando a adesão de parte significativa de populações – importa – creio – reforçar a relevância das tais duas ideias; a da transparência na gestão da *res publica* e a da boa governação, ideias que por via dos juízos que vão sendo emitidos pelos Tribunais de Contas ou por entidades congêneres são fomentadas e defendidas. E, por isso, ou melhor, também por isso os Tribunais de Contas assumem – cada vez mais – um papel insubstituível num sistema alargado e integrado de fiscalização da atividade gestonária das Administrações Públicas.

Nas democracias, as Instituições não são apenas essenciais, mas assumem, porque garantem confiabilidade, uma assinalável relevância.

Instituições políticas são essenciais para definir – legitimamente – o interesse público que regerá as escolhas de prioridades e a afetação dos recursos disponíveis, sempre escassos, nunca suficientes.

Instituições Judiciárias, como os Tribunais de Contas, a quem está cometida, de forma independente, a justa composição de litígios e a administração da justiça em nome do Povo.

Instituições de Segurança Nacional, como as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança e dentro delas as nossas Polícias.

Instituições jurídico-materiais, como princípios estruturantes de funcionamento e de organização de um Estado de Direito; separação de poderes, direitos, liberdades e garantias, respeito pelas decisões dos tribunais e, entre outros, o reconhecimento da existência de normas – nem sempre escritas – e que regem, com ética e deontologia, a atividade do Estado e o nobre exercício do poder político e dos mandatos conferidos pelo soberano que é o Povo.

Por isso, os Tribunais de Contas, nas nossas sociedades, foram ao longo dos tempos ganhando relevância e prevalência. Prestígio e reputação. Aumentando o nível de escrutínio. Intensificando a visibilidade da sua atividade de controlo judicial externo. Reforçando a presença em processos de fiscalização prévia e sucessiva. Alargando o perímetro de intervenção muito para além – apenas – do perímetro – formal e orgânico – das Administrações Públicas.

Hoje os Tribunais de Contas estão onde está um cêntimo, um Kwanza, um Real, um Euro de dinheiro público.

Vejam os então as duas ideias sem que elas sejam – bem o sei – inovadoras, mas que aqui vos apresento para registo de memória futura reconhecendo uma ligação quase sinalagmática entre aquelas duas ideias e estas duas realidades: a do desempenho dos Tribunais de Contas e a do reforço da qualidade das nossas sociedades *maxime* das nossas democracias.

Primeira ideia, a da transparência.

Nas sociedades contemporâneas não podem (co)existir áreas isentas de controlo dos Tribunais de Contas ou entidades congêneres, áreas opacas, zonas reservadas insuscetíveis de fiscalização, sem que a lei as admita, consinta ou legitime

Deste modo, um dos princípios mais relevantes é do transparência da atividade político-administrativa e, por essa via, o da administração aberta; e estes princípios e os seus corolários, como o princípio da imparcialidade e outros, ou a possibilidade de acesso aberto e livre aos arquivos administrativos – salvaguardadas as exceções legal e constitucionalmente admitidas – são traves mestras dos desempenhos das Administrações Públicas, particularmente na sua relevante área de definição de políticas públicas e de gestão orçamental e financeira, que lhe está atribuída.

Dizia alguém com sentido de humor e muita graça, citando o bíblico Livro do Génesis, que no “no Princípio era a verba”... Digamos que este trocadilho é mais do que um jogo de palavras. As verbas arrecadadas pelas Administrações Públicas são não apenas essenciais, mas absolutamente indispensáveis e determinantes para a sustentabilidade dos nossos Estados por via das políticas públicas que os parlamentos e os governos definem e aplicam.

O debate a que nestes dias somos convocados, aqui em Luanda, é o de cuidar de analisar o controlo externo que recai sobre as políticas públicas na área da primeira infância e estas são disso exemplo claro e ilustrativo.

Não havendo meios financeiros ou havendo descaminho desses recursos, não há políticas públicas sustentáveis e, nalguns casos, –podemos afirmar – nem sequer políticas públicas, e a ausência de intervenção do Estado, sobretudo, em sociedades mais carecidas é bom argumento para quem deseja atacar a democracia invocando a incapacidade desta em responder ao essencial e premente para as populações, as suas necessidades básicas, deixando-as sem apoio e sem suporte públicos.

Ou seja,

Quer alguma falência do Estado, quer o comprometimento, por escassez de meios, da satisfação das necessidades coletivas levará alguns – muitos – a negarem a valia da gestão pública e no futuro – muitos mais – a defenderem autocracias em detrimento dos regimes democráticos com o argumento da incapacidade destes em responder convenientemente às solicitações da cidadania.

No fundo, trata-se de defender o Estado Social de Direito ideia que é difícil de concretizar – em minha opinião – sem uma democracia de qualidade.

Tal implica, e por isso, abordo agora – ainda que genericamente – a segunda ideia a que gostaria de me referir,

A da boa governação.

O papel dos Tribunais de Contas não é, nem deve ser, nem estes alguma vez o reclamaram, o de definir a política geral de um país, o de governar, o de executar o orçamento do Estado ou de substituir-se aos órgãos das Administrações Públicas.

A boa governação deve impor-se e impõe-se como uma regra para todos quantos executam orçamentos, definem e aplicam políticas públicas, decidem as prioridades, selecionam os meios e os recursos.

Tal cabe ao Governo, aos tais órgãos administrativos, nos seus diferentes patamares e nos seus diferentes modelos organizacionais. Trata-se de uma componente do núcleo privativo de reserva da Administração Pública que não pode ser legalmente desrespeitada ou limitada.

Podemos, no entanto, afirmar que o judicioso e probo exercício efetuado pelos Tribunais de Contas, no respeito pelas competências que constitucional e legalmente lhes estão cometidas é uma forma de assegurar que o princípio da boa governação possa ser efetivado e concretizado, com visíveis vantagens para todos e para a democracia e os governos democráticos em particular.

Dele resultam corolários vários, figuras paralelas e afins, como o princípio da boa administração, no caso português hoje previsto no Código do Procedimento Administrativo, como princípio fundamental da atividade administrativa – de que é disso bom exemplo – e que consagra regras de eficiência e de eficácia na atividade administrativa.

Ou seja,

O papel dos Tribunais de Contas no respeito pelo sacro princípio da separação de poderes constitucionalmente previsto, no caso angolano, no artigo 105.º, no caso brasileiro nos artigos 2.º e 60.º, e no caso português no artigo 111.º da Constituição de 1976, é indispensável para se alcançar aquele desiderato.

Aliás, refira-se que a Constituição da República de Angola é absolutamente clara e mandatória quando consagra expressamente e sem quaisquer equívocos no seu artigo 104.º, n.º 5 que (e cito):

“A execução do Orçamento Geral do Estado obedece aos princípios da transparência, da boa governação e da responsabilização e é fiscalizada pela Assembleia Nacional e pelo Tribunal de Contas, nos termos da Constituição e da lei.” (fim de citação).

Esta norma é elucidativa, clara e não deixa dúvidas.

Venerando Senhor Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola,
Senhoras e senhores,

Nestes tempos tão incertos que nos calhou viver temos algumas certezas, mais ou menos firmes, seguramente algumas hesitações e, creio, muitas dúvidas e preocupações e, por isso, quando refletimos sobre o papel dos Tribunais de Contas estamos também a refletir sobre a qualidade das nossas democracias, como tento demonstrar.

Certezas... sobre a perenidade da ideia de Estado como uma das mais criativas invenções do génio humano.

Dúvidas... quanto à sustentabilidade ou a viabilidade de alguns Estados em concreto.

Preocupações... quanto à subsistência e à capacidade de resiliência dos regimes democráticos tão sujeitos, nos dias que correm, a tensões, testes de stress, ataques, calúnias.

Quanto à dimensão dos efeitos reputacionais sobre a democracia que daqui advêm não há – creio – a mínima das dúvidas. Acrescem outras narrativas de cujo maior exemplo na atualidade é a das migrações. Tudo – s.m.o. – premeditado e diria planeado e muitíssimo bem executado...

Deste modo, esta minha intervenção tem como objetivo tentar demonstrar – se possível – a íntima e a perfeita ligação entre o papel desempenhado pelos Tribunais de Contas na defesa e salvaguarda dos princípios da transparência e da boa governação e, ao mesmo tempo, o efeito colateral positivo que tal tem na capacidade de manutenção dos regimes democráticos que não podemos permitir que falhem aos nossos concidadãos.

Um dos projetos internacionais mais relevantes em termos internacionais que avaliam e medem a qualidade da democracia no mundo é um em que tenho tido o gosto e a honra de colaborar como *Country Expert*; projeto de um consórcio de várias instituições internacionais, liderado pela prestigiada Universidade de Gotemburgo, na Suécia, e que se intitula muito ilustrativamente V-Dem, que significa *Varieties of Democracy*.

Nos últimos anos os relatórios publicados atestam que a terceira vaga de autocratização está a crescer em todo o mundo e tal – a meu ver – deve obrigar-nos a uma reflexão séria e profunda. Insisto. Com as consequências que de tal movimento advêm ou podem advir. Sérias. Profundas. Dramáticas, se me permitem. E que não conseguimos antecipar, por ora, em toda a sua amplitude.

Deste modo,

Estou seguro de que novas oportunidades para debatermos temas relevantes não nos faltarão esperando que esta iniciativa, que em boa hora o venerando Tribunal de Contas de Angola, sob a esclarecida visão do seu ilustre Conselheiro Presidente, se venha a repetir recensando outros temas também eles urgentes e fundamentais.

Atrevo-me a sugerir, por ser do meu interesse académico, que possamos olhar com as mesmas liberdade e desassombro para o domínio das políticas públicas no âmbito da Segurança Nacional, Justiça, Defesa Nacional, e Segurança Interna, até – mas não exclusivamente – pela relevância que estas temáticas e políticas públicas adquiriram nos últimos tempos.

Reafirmando aqui – se me autorizam – um dos axiomas que marca o meu pensamento nos últimos anos: o tema mais relevante do século XXI será o da Segurança e sobre isso não tenho quaisquer dúvidas.

Recenseei aquela temática para futuros encontros e debates não apenas por um interesse particular, antes pelo elevado envelope financeiro que está adstrito e afeto a esta área de governação nos nossos Países, ou seja, assinalo não apenas as despesas com pessoal, com

equipamento, com tecnologia de ponta, e com infraestruturas, mas ainda porque, como tentei demonstrar, é preciso ganhar a confiança dos nossos concidadãos na gestão dos dinheiros públicos e porque não podemos aceitar discursos securitários sem legitimação.

Se é certo que o povo soberano faz ciclicamente uma avaliação do desempenho dos órgãos de poder político, não deixa de ser correto – ao mesmo tempo – afirmar que o papel dos Tribunais de Contas é – sublinho – essencial e atrevo-me a dizer que pode ser determinante – hoje – por serem independentes e, de alguma forma, por imprimirem uma espécie de selo de qualidade, de indelével marca de água que mesmo – e sobretudo – quando censura e sanciona atos ou pessoas, desempenha um papel ímpar garantindo também – pelo criterioso exercício das suas funções judiciais – a qualidade das nossas democracias.

O *Direito Financeiro e Orçamental* é cada vez mais complexo quanto complexa é a *Ciência do Direito* que o estuda. A tecnicidade é muita. O quadro normativo vigente nem sempre é claro e coerente. Algumas reformas legislativas, por vezes, desmontam a coerência de um sistema já consolidado e os juristas bem sabem que a coerência do sistema jurídico é indispensável para uma boa e correta interpretação legal e, por essa via, de uma exemplar e sem reparo aplicação normativa ao concreto.

Esta é a realidade com que convivemos.

Por fatores diversos, como o aumento da complexidade e da tecnicidade jurídicas, o alargamento do perímetro de juridicidade a novos campos e ramos do *Direito*, a influência de áreas científicas diversas no domínio da normatividade e da regulamentação, mas particularmente, num dos que me é caro, o do Direito Administrativo, e também pela tentativa mais real do que aparente – ainda que velada estou em crer – de desmontar um sistema jurídico-administrativo que era – s.m.o. no meu País – coerente até há bem pouco e que se manifesta, por exemplo, na tentativa de aproximação a ramos de Direito não Público, no que foi já considerado como fuga para o Direito Privado ou como movimento de privatização do Direito Público.

Privatização essa com efeitos graves e que não conseguimos antecipar – por ora – em todas as suas dimensão e consequências. Apenas a título de exemplo, no caso português, o ensaio que me parece claro, real e efetivo, nalguns diplomas legais estruturantes, de diminuição do estatuto e do poder unilaterais da autoridade pública aproximando-os ou quase os colocando numa situação de paridade perante o cidadão administrado, esquecendo que aquela autoridade defende e expressa o interesse público, o interesse da comunidade, que não se confunde com uma soma aritmética de interesses privados.

Muitas são as reformas legislativas no âmbito administrativo que se vão conhecendo e implementando, mas nem sempre adotando as melhores opções e tantas vezes – diga-se – sem atender às especificidades, que são muitas, na área das Finanças Públicas, como em outras como já tive oportunidade de referir noutros *fora*.

Esta complexidade – que também é complexificação – cria naturalmente dificuldades acrescidas a quem tem de decidir e, por isso, o papel dos Tribunais de Contas é absolutamente essencial obrigando a uma cada vez maior especialização, sobretudo pela relevância que as decisões administrativo-financeiras hoje têm na atividade corrente das Administrações Públicas.

Mas tal significa – *mutatis mutantis* – no nosso quadro referencial a cada vez maior valorização do papel dos Tribunais de Contas, e muito para além da função e competências muito claras que lhe estão cometidas pela lei, mas sublinho a ideia que para mim é essencial e clara na economia da minha intervenção de hoje;

Os Tribunais de Contas e a sua jurisdição são mais uma instituição que visa defender a sustentabilidade a que já me referi. Do Estado. Das democracias. Da forma de vermos o mundo e a vida, como nos habituamos a conhecer.

Daqui resulta a tal relevância das funções cometidas aos Tribunais de Contas que não se compadece com amadorismos, falta de recursos, falta de investimento, para que não falem decisões criteriosas, com o aprofundamento das questões, com espírito crítico, sageza, destreza argumentativas, decisões esclarecidas e bem fundamentadas, também com sentido pedagógico, porque não afirmá-lo.

Desta forma, creio que ficou claro ainda que por interpretação enunciativa das minhas palavras que não apenas as competências de controlo ou de fiscalização são hoje essenciais para um bom desempenho do papel dos Tribunais de Contas, antes as tais suas funções pedagógicas com a sua componente preventiva de comportamentos desviantes e ainda o importante papel que podem desempenhar com formulação de recomendações, dado o repositório único, de que dispõem, com elenco de casos críticos, desviantes e problemáticos e que deve merecer uma atenção muito peculiar dos órgãos com competência legiferante.

Em conclusão atrever-me-ia a sublinhar, por um lado, esta íntima relação entre transparência, boa governação e os efeitos reputacionais destes princípios sobremaneira quando desrespeitados, e, por outro lado, o papel dos Tribunais de Contas, e a qualidade das nossas democracias, para não dizer antes dramaticamente – como já referi – a tal sustentabilidade dos regimes democráticos.

Como afirmei e reafirmo, o *Direito* é complexo e a *Ciência do Direito* não afastando a complexidade da ordem jurídica e ao pretender estudar institutos, figuras, conceitos, dá ou pretende dar segurança e firmeza argumentativas a quem informa decisões, e, por maioria de razão, a quem as toma e a quem julga.

Importa, a meu ver, continuar na defesa da independência das jurisdições dos Tribunais de Contas e devemos saber no futuro encontrar outros *fora* de debate que cada vez mais assegurem firmeza de argumentos e aportem ao *Direito*, por via de quem estuda cientificamente nos planos académico e universitário, novos conceitos, especificidades, restrições e exceções e – quem sabe – podermos concetualizar, com maior robustez e substantividade, através da *Ciência do Direito* uma ainda mais firme e sustentada dogmática própria respeitante à organização e ao funcionamento dos nossos Tribunais de Contas.

Atrevo-me a afirmar que nesta sala encontramos quem mais conhece, estuda e analisa as questões jurídicas neste nosso âmbito e as nossas assessorias jurídicas dispõem – como disse e reafirmo – de um repositório relevantíssimo de jurisprudência, de doutrina, de dogmática que seguramente merece ser bem estudado, criticado, implicando eventuais propostas de alteração a regimes jurídicos vigentes nem sempre adequados às circunstâncias do tempo e da geografia.

Provavelmente teremos de encontrar no futuro próximo novas formas de colaboração e de cooperação ainda mais aprofundadas entre os Tribunais de Contas e as Universidades, – que podem e devem ser – na minha opinião – a tal plataforma ou fórum de encontro, de modo a assegurar a sustentabilidade de argumentos que podem contribuir muito seriamente para o tal futuro adveniente – que nos tempos incertos que vivemos – só pode assentar na expressão anglo saxónica que é bem significativa – *The Rule of Law* – ou seja, o tal Estado de Direito democrático, o mesmo é dizer no *sagrado império da lei* – legítima e democrática – que nos dá as garantias, num Estado Constitucional, de todos sermos iguais, sem discriminações e valorizando ainda mais a imagem do Estado, das Administrações Públicas e da Democracia.

Senhor Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas

Senhoras e Senhores,

Nesta equação, todos seremos conclamados a enfrentar com coragem as exigências do momento e a empenhar-nos em forjar o novo com bom senso e os Tribunais de Contas e as suas jurisdições são nela indispensáveis. Absolutamente indispensáveis, porque carregam também o nobre fardo de – empenhadamente pelo exercício da sua missão – suportarem e defenderem a nossa Democracia.

Muito obrigado!

UM PAÍS-FÁBRICA DE RELIGIÃO: O BRASIL COMO TERRENO FÉRTIL DO UNIVERSO RELIGIOSO

SEMINÁRIO “O BRASIL NA NOVA ORDEM MUNDIAL”

José Eduardo Franco

*Titular da Cátedra CIPSH de Estudos Globais
Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas
Diretor do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta*

“As religiões começam por nos asseverar que, se conseguíssemos abarcar todo o contexto, verificaríamos que ele é mais coeso do que supomos. A vida não nos dá uma visão do todo. Apenas vemos fragmentos aqui e ali, e o interesse pessoal distorce grotescamente a nossa perspetiva. As coisas que nos estão próximas assumem uma importância desmesurada, ao mesmo tempo que encaramos tudo o resto com fria indiferença. É como se a vida fosse uma imensa tapeçaria vista do avesso. Tem o aspeto de um emaranhado de nós e fios, na sua maior parte com um aspeto caótico. Quase poderíamos dizer que esta pertença a um todo, vagamente sugerida pelas partes de um quadro, é o ponto fulcral da religião (religo, religar); o tema da unidade entrelaça-se com todas as suas expressões.”

Huston Smith¹

A religião é um dos fenómenos mais globais da história da humanidade desde sempre. A génese da religião e da configuração do espaço e do tempo sagrado confunde-se com as origens das culturas e das civilizações. Esse ideal, essa utopia que decorre da demanda humana que constitui o “religare” em que assenta a religião, ou seja, a procura de religação do elo fraturado entre o meio humano e o meio divino foi gerador e modelador de patrimónios imateriais e materiais marcantes e até estruturados da vida em sociedade.

¹ Huston Smith, *A essência das religiões: A sabedoria das grandes tradições religiosas*, Lisboa, Lua de Papel, 2007, p. 466.

O ser humano marcado pela experiência primigénia de expulsão, seja do metafórico paraíso perdido, seja do útero materno, constrói-se como ser situado no espaço e no tempo pelo processo de demanda da hospitalidade material e da hospitalidade de sentido para se adaptar e sobreviver no meio natural em que foi lançado com a sua evidente fragilidade. A religião tornou-se a forma suprema que a humanidade encontrou, nos seus diferentes tempos e modos, para matar a fome de sentido decorrente da inospitalidade que o mundo é.

Na Idade Global que é nossa, em que atingimos a consciência mais plena da unidade e da diversidade do género humano habitando toda a redondeza do Planeta Terra, a experiência de expulsão do ser humano num meio natural cheio de riscos e ameaças, algumas delas suscitadas pela própria ação humana, acentua a percepção de inospitalidade do mundo. A inospitalidade do mundo torna mais premente a genesíaca demanda da hospitalidade de sentido. O conhecimento progressivamente mais pleno do homem e do cosmos poderia, como alguns vaticinaram, ser o caminho para o fim da religião e da sua necessidade.

Na Aldeia Global que é o mundo hodierno, estão disponíveis e acessíveis as mais diversas soluções religiosas e espirituais para garantir a antropológica hospitalidade de sentido. Observa-se, com efeito, o regresso do religioso e das espiritualidades nas suas mais diferentes expressões, convivendo nas nossas sociedades globais as formas mais tradicionais e institucionais da religião com as novíssimas expressões espirituais e religiosas.

Se há um país que é uma espécie de laboratório eloquente desta realidade é mesmo o Brasil, onde a religião e as espiritualidades estão em estado de verdadeira erupção e profusão nas mais diversas expressões e metamorfoses. O Brasil é um daqueles países onde a religião como fenómeno global, globalizado e globalizante mais se evidencia nas suas diferentes potencialidades e dinamismos criadores.

O Brasil é o que podemos chamar uma verdadeira esponja global do religioso. Tanto absorve facilmente, recria e metamorfoseia no seu contexto social e cultural o que vem de fora dos diferentes cantos do globo, como é gerador e exportador de novos movimentos, correntes, instituições religiosas e igrejas seja, em maior número, no universo cristão, seja no quadro de outras experiências religiosas e de vivências espirituais.

Quem viaja pelas cidades brasileiras observa facilmente essa profusão criativa, como em nenhum outro país do mundo, de uma diversidade imensa de “oferta religiosa”. Este dinamismo criativo da experiência do religioso no Brasil está a modelar de modo complexo a sociedade brasileira dos dias de hoje. O seu conhecimento crítico é fundamental para compreender as suas imbricações e implicações desde o universo da política até ao campo da economia e mesmo das relações internacionais.

CIÊNCIA, DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUSTENTABILIDADE: NOTA BREVE SOBRE LIBERDADE DO CIENTISTA E DIREITO¹

Maria da Glória F. P. D. Garcia

*Académica Efetiva da Academia das Ciências de Lisboa
e Académica de Número da Academia Internacional da
Cultura Portuguesa*

«Se te é impossível viver só, nasceste escravo»

Fernando Pessoa

«Phantasie ist wichtiger als Wissen, denn Wissen ist begrenzt»

Albert Einstein

Falar sobre ciência, desenvolvimento humano e sustentabilidade implica falar sobre a liberdade de quem produz ciência, a liberdade do cientista. Mas, falar sobre ciência, desenvolvimento humano e sustentabilidade implica também falar sobre os limites do conhecimento e, na perspetiva de quem produz ciência, sobre os limites decorrentes das regras éticas e das normas jurídicas conformadoras a que o cientista está sujeito.

Entre a liberdade do escravo e a escravidão do homem livre, há um vasto conjunto de realidades disruptivas que apoucam ou distorcem a liberdade. Mas não é sob o prisma das disruptões que pretendo refletir. O objetivo é outro. Pretendo, de modo necessariamente breve, pensar a liberdade inerente à condição humana, em particular a liberdade do cientista das ciências básicas, eticamente sustentada e juridicamente garantida, para que possa continuar a ser o que é: curiosidade humana em busca da ampliação do conhecimento, hoje e no futuro.

Ao longo dos tempos, a liberdade não foi entendida sempre da mesma maneira².

¹ Este texto tem por base uma comunicação oral, proferida no *Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa*, no dia 15 de março de 2023.

² A evolução segue de perto o texto de Carlos Frederico Ramos de Jesus, «Liberdade moderna como liberdade de consciência», in *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1691, 17 fev. 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10950>. Acesso em 10 de março de 2023.

Na Antiguidade Clássica, a liberdade significava possuir o estatuto social de quem participa na ‘*coisa pública*’. Ser livre implicava participar na vida da comunidade, na pólis. Era o contrário de ser escravo, alguém que não tinha esse estatuto. Nascia-se livre, tal como se nascia escravo. O nascimento determinava o estatuto social. *A vontade não fazia parte da liberdade, porque o que se queria era o que se podia em razão do estatuto social.*

Mais tarde, na Idade Média, com a difusão do Cristianismo, o homem, entendido como tendo sido feito à imagem de Deus, nasce livre. E nasce livre inclusivamente para violar a lei de Deus. Por outras palavras, o homem pode querer o que Deus não quer. O homem é livre para dizer o que quer e o que não quer e pode ser responsabilizado por isso. A vontade integra a liberdade e responsabiliza o homem pelo que faz. Por outras palavras: *o que se quer nem sempre coincide com o que se pode, desde logo em razão da lei divina.*

Na Idade Moderna, por sua vez, a liberdade passa a incorporar uma outra ideia: a de que as normas a que o homem obedece, podem não lhe ser exteriores. Tudo porque o homem pode definir a norma ou a lei a que se vai sujeitar. Vale isto dizer que o homem *não só pode querer o que não pode como ainda pode definir, ele próprio, o que pode e o que não pode.*

Consciente de si, o homem da Idade Moderna entende-se como ser capaz de se autorregular. E mais do que isso: o homem entende-se como ser capaz de aceitar normas que regulem a sua ação. Desta nova mundividência resulta ser a liberdade entendida fundamentalmente como liberdade de consciência, resultado da racionalidade do homem e da sua autonomia. Porque o homem é um valor em si, tem dignidade, como dirá Immanuel Kant, acrescentando serem todos os homens igualmente dignos. Mas, sendo igualmente dignos, não pode cada ser humano agir de acordo com as normas ditadas pela sua consciência, sob pena de o resultado ser a anarquia. Cada ser humano deve obedecer ao imperativo de que o que quer para si deve querer que seja uma lei universal, uma lei que todos os outros querem. O imperativo categórico de Kant é límpido: *«age de tal modo que a máxima da tua ação possa tornar-se uma lei universal»*³. Com o que a liberdade, sendo individual, ganha sentido plural – a liberdade é *«um modo de pensar no plural»* dirá, mais tarde, Hannah Arendt. A liberdade verte-se em ação com os outros, em convivência pacífica.

Neste enquadramento se entra, com as revoluções liberais, na Idade Contemporânea. A *liberdade de cada homem, vertendo o seu pensar em ação, não prescinde da liberdade dos outros, nem da igualdade entre todos os homens.* Ser livre é ser igual, tal como ser igual é ser livre. Simultaneamente, porque os homens são possuidores de razão, *não podem deixar de aceitar as normas éticas que regulam a ação humana*, na universalidade com que se projetam.

Seguir o percurso de compreensão e de vivência da liberdade ao longo dos tempos trouxe-nos, com a Idade Moderna, à centralidade do homem e da sua vida ética. Porém, tal facto transporta um perigo: o perigo de, no plano dos factos, se poder cair num excesso de individualismo. Para contrariar esse perigo, o ideal democrático, desenvolvido na Idade Contemporânea, entrelaça a liberdade com a igualdade e, ainda, com a fraternidade.

³ Immanuel Kant, *A Paz Perpétua e outros opúsculos*, edições 70, 1995.

Neste enquadramento evolutivo, registre-se que o maior salto científico e civilizacional na História da Humanidade, se inicia na Idade Moderna.

A posição central do homem na sociedade, pujante na capacidade de adquirir mais e mais conhecimento, sem limites externos, escancararam as portas à vontade do cientista, aquele que produz ciência. Uma vontade que, em liberdade, juntando o poder ao querer, permitiu ampliar, de modo extraordinário, o conhecimento humano e, por sua vez, deu origem ao *'instrumentarium'* de bem-estar social de que hoje as sociedades ditas 'civilizadas' usufruem. A ciência focou-se no conhecimento 'interessado' na sua aplicação, o conhecimento dirigido ao desenvolvimento do bem-estar da sociedade, alheio às consequências ou, mais concretamente, alheio às externalidades negativas que poderiam surgir desse desenvolvimento.

Ora a evolução do bem-estar social mostrou que essas externalidades negativas existem. Têm um custo para o planeta Terra e, logo, também para a Humanidade. Por outras palavras, a evolução de bem-estar social, permitida pela ciência e pela técnica que lhe andam associadas, é – sabemos hoje – gigantesco, a ponto de colocar em questão a sustentabilidade do planeta. Tal facto obriga a recentrar a atenção da ciência não tanto na aplicação do conhecimento que produz, através de técnicas que também desenvolve (*ciências práticas ou aplicadas*) mas mais no conhecimento desinteressado, produzido em razão da própria vontade de conhecer (*ciências fundamentais ou básicas*).

Na verdade, diferentemente das *ciências práticas ou aplicadas*, cujo objetivo consiste em obter conhecimento direcionado à obtenção de resultados específicos, com rapidez, sob holofotes mediáticos, dependentes de investimentos gigantescos e suscetíveis de produzir lucros também gigantescos, o objetivo das *ciências básicas ou fundamentais* reside na procura do conhecimento pelo puro gosto de conhecer. Ora, recentrar a ciência no que verdadeiramente a caracteriza, i. e. ampliar o conhecimento, abre perspectivas para um futuro diferente.

E lembro o célebre pintor suíço Paul Klee e o seu *«Angelus Novus»* ou *«Anjo da História»* que, horrorizado com a destruição que os seus olhos veem, é empurrado de costas para o futuro pelo vendaval que lhe enreda as asas e o afasta da aflição que está a viver. Imortalizado nas reflexões de Walter Benjamin (1892-1940), no século passado, marcado por duas guerras mundiais e o holocausto, o *«Anjo da História»* parece apontar no sentido de que *o futuro não promete a felicidade, mas pode ser menos mau do que o passado, de que foge*.

Pois bem. Ao contrário do *«Anjo da História»*, frágil, sem possibilidade de fazer escolhas ou ter força para fazer frente ao vento forte que o leva para o futuro, o cientista das *ciências fundamentais ou básicas*, sabe que é livre e pode fazer escolhas. Movido pela curiosidade, e no desejo de desvendar o desconhecido nas suas relações causais, segue caminhos de descoberta e as suas escolhas, porque desinteressadas, permitem-lhe, sem pressões de mercado, armamentista ou outras, optar pelo que é humano e sustentável.

Com efeito, ao procurar os nexos de causalidade, o cientista das *ciências fundamentais ou básicas* está ciente da sua condição humana de ser *frágil*, e está também ciente da *força* que humanamente possui. Sabe que a sua *fragilidade decorre da vulnerabilidade da vida*, da certeza

da sua finitude e da incerteza do seu termo. Mas sabe também, na atual nova modernidade transportada, além do mais, pelas neurociências, que *a força que possui emana* fundamentalmente – António Damásio não se cansa de o dizer e divulgar⁴ – da sua *condição de ser que sente e se sente e, nesse seu sentir e sentir-se, evolui com imaginação, criatividade, fantasia*.

Para António Damásio, os sentimentos, expressão mental da *homeostasia*, entendida como conjunto dos mecanismos e fenómenos de colaboração e regulação entre corpos e sistema nervoso, são os «*responsáveis por aquilo que mais distingue a Humanidade: culturas e civilizações*»⁵. E António Damásio continua afirmando que a interação de sentimentos com a razão fortalece a ligação da cultura com a natureza e, simultaneamente, «*aprofunda a humanização do processo cultural*»⁶, para logo de seguida concluir: «*As ciências, por si só, não podem iluminar a experiência humana sem a luz que provém das artes e das humanidades*»⁷.

Filósofa norte-americana, Martha Nussbaum trilha um caminho que conduz igualmente à valorização dos sentimentos na ação humana, ao acentuar a importância da educação dos jovens para as emoções e, em particular, para o que as emoções geram em preocupação com os outros e com o mundo⁸. Habituo-nos a ver nas emoções, nos sentimentos... aquele ‘*plus*’ ou ‘*suplemento de alma*’ que cria a música, a pintura, o bailado, a poesia..., leituras humanas do mundo e da vida, diferentes das narrativas científicas, entendidas estas como expressões primeiras da razão humana. Porém, compreendidas de forma interligada, emoção e razão, fantasia (imaginação) e intelecto tanto orientam as mais diversas manifestações artísticas como as descobertas científicas.

Precursor desta nova forma de nos compreendermos no mundo, o químico Jacobus Henricus van t’ Hoff, nos finais do século XIX, deixou escrito que a busca de enigmáticos nexos causais em processos químicos, mas também físicos, biológicos, matemáticos..., beneficia em muito da fantasia, vulgarmente presente nas mais variadas expressões artísticas, que desde sempre aceitámos serem orientadas pelos sentimentos⁹.

Porventura por isso mesmo, os anglo-saxónicos chamam «*blue sky research*» à investigação nas ciências fundamentais ou básicas, uma investigação que não tem em consideração a resolução de problemas concretos, antes se move entre nuvens, norteadas pela curiosidade perante o desconhecido. Desafiando os limites do conhecimento, a «*blue sky research*» orienta-se, não por uma qualquer magia ou irracionalidade, mas pelo fluir das emoções humanas.

⁴ Ver, em especial, *O erro de Descartes: Emoção, razão e cérebro humano*, 1995; *O sentimento de si: o corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*, 2000; *Sentir e Saber*, 2020.

⁵ António Damásio, *A estranha ordem das coisas. A vida, os sentimentos e as culturas humanas*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2017, p.17.

⁶ António Damásio, *A estranha ordem das coisas...* p. 17.

⁷ António Damásio, *A estranha ordem das coisas...* p. 17.

⁸ *Sem fins lucrativos. Porque precisa a democracia das humanidades*, Ed. 70, 2010, tradução portuguesa 2019, pp.77 e ss..

⁹ Jacobus Henricus van't Hoff, *A Fantasia na Ciência*, tradução a partir da versão alemã de Ernst Cohen², que me foi gentilmente cedida pelo sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa Professor Bernardo Jerosch Herold.

Quem se não recorda da passagem da obra de Lewis Carol, *«Alice no País das Maravilhas»*, em que o gato, interrogado por Alice: *«que caminho devo seguir?»*, responde com outra pergunta: *«depende do local para onde quer ir.»* E, ouvindo-a dizer: *«Não sei!»*, responde: *«se não sabe para onde vai qualquer caminho serve»*. Na ausência de conhecimento da direção a tomar, é a fantasia quem comanda, na certeza de que não caminhar é também uma alternativa.

O *«Anjo da História»*, frágil e amedrontado perante o vendaval que lhe retira autonomia para agir, dá lugar, em meu entender, ao *«Anjo ainda tateante»* (*Engel noch tastend*), também de Paul Klee, que caminha para o futuro a tatear na escuridão, em busca de luz. Diferentemente do *«Anjo da História»*, e apesar da escuridão em que se encontra, o *«Anjo ainda tateante»* não gera receios. Mas, tal como o *«Anjo da História»*, não promete a felicidade. Promete procurar, continuar a caminhar, confiante nas suas potencialidades, preocupado com descobrir a luz, para si e todos quantos estão na escuridão. Porque a negatividade de viver na escuridão gera vontade de superação, também pelo sentimento solidário. Na sábia formulação kantiana, quando sonhamos, *«cada um tem o seu próprio sonho»*, mas *«quando velamos, temos um mundo em comum»*,¹⁰.

E um passo mais. Pensar a liberdade, no atual horizonte de compreensão, implica pensá-la na sua exteriorização, em comunidade, porque a liberdade só é integralmente compreendida quando usufruída por todos.

A esta luz deve ser lida a garantia da inviolabilidade da liberdade de consciência, decorrente do nº 1 do artigo 41º da Constituição portuguesa, quando afirma: *«A liberdade de consciência... é inviolável»*. Indissociável da liberdade de pensamento, a liberdade de consciência é *«a liberdade de formar a consciência, de decidir em consciência, de agir em consciência»*¹¹. E, garantindo a sua inviolabilidade, a Constituição portuguesa reconhece a *«plena autonomia ética e racional de cada indivíduo... de acordo com os critérios e padrões de valoração ética ou moral que, subjetivamente, entenda por pertinentes»*¹².

Na complexidade da vida relacional, a cultura da liberdade é uma obra que se faz, fazendo, em comunidade, num constante *a+fazer* em que a educação, permitindo a todos conhecer e experienciar práticas de vida, bem como pensar o sentir, em liberdade, tem papel de relevo. E é também no quadro dessa complexidade que o cientista humanamente se interroga e ao mundo que o rodeia, descobrindo questões onde ninguém vislumbra que elas existam, associando ideias com sentimentos, objetos inertes com processos evolutivos, ligando cores a números, desfazendo o feito para o refazer na sustentabilidade, querendo saber o que ainda

¹⁰ Citado por Carlos Silva, *Razão e vidência: Sobre Träume eines Geistersehers erläutert durch Träume der Methaphisik (1766) de I. Kant...* in Immanuel Kant nos 200 anos da sua morte, org. Manuel Cândido Pimentel, Carlos Morujão, Miguel Santos Silva, UCP editora, 2006, p.113.

¹¹ Jorge Miranda e Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, vol. I, UCEditora, 2017, p. 647 (anotação de Jorge Miranda e Pedro Garcia Marques ao artigo 41º).

¹² Ob. cit. loc. cit. nota anterior.

ninguém sabe nem porventura sentiu necessidade de saber, disponibilizando à sociedade, de seguida, os resultados da investigação. Nas ciências fundamentais ou básicas, a preocupação do cientista centra-se na resolução do que a sua imaginação formula como problema, foca-se naquilo que a sua fantasia transforma em ação de conhecer. Não está em causa saber «*porque*», «*como*» e «*se*» vai ser usado o conhecimento a que chegar. Essa é outra questão, que não lhe pertence, enquanto cientista das ciências fundamentais ou básicas¹³.

Agente por excelência de cultura, sem pressões temporais nem compromissos financeiros, o cientista das ciências fundamentais é livre quando procura a luz na escuridão. Integra-se no desenvolvimento humano que se deseja sustentável. Exerce a liberdade de criação cultural no seu sentido puro, a liberdade garantida no artigo 42º da Constituição portuguesa quando dispõe¹⁴: «*É livre a criação intelectual, artística e científica*». Uma liberdade que recebe o apoio e o incentivo do Estado, nos termos do artigo 73º, n.º 4¹⁵, da mesma Constituição: «*A criação e a investigação científicas, bem como a inovação tecnológica, são incentivadas e apoiadas pelo Estado, por forma a assegurar a respetiva liberdade e autonomia...*»

TERMINO

O desenvolvimento humano e a sua sustentabilidade dependem hoje, bem mais do que outrora, da liberdade da ciência fundamental ou básica, não comprometida com resultados, desafiando os limites do conhecimento, um conhecimento sem preço, sustentado na dignidade, porque humano. E é sustentado na dignidade que a liberdade de criação do cientista incorpora valores necessariamente humanos, vividos pelo cientista na sua consciência, e logo de seguida por ele exteriorizados, de modo solidário, i. e., em ligação com a liberdade dos demais cidadãos.

Fernando Pessoa, Albert Einstein e Paul Klee confluem: poesia, ciência e pintura encontram-se na liberdade, porque ser livre é ser capaz de, através de si, tocar no mais fundo da Humanidade e, fantasiando, tentar descobrir para além do humanamente conhecido.

Em Portugal, a Constituição não só reconhece e garante os valores em que a democracia assenta e, logo, também a liberdade, como reconhece e garante, em concreto, a liberdade de criação intelectual, artística e científica (Artigo 42º, n.º 1, da Constituição).

¹³ Será questão a que o cientista das ciências aplicadas dará resposta, ética e juridicamente condicionada.

¹⁴ Este artigo 42º tem precisamente por epígrafe «*Liberdade de criação cultural*».

¹⁵ O artigo 73º tem a epígrafe «*Educação, cultura e ciência*».

ARQUEOLOGIA, COLEÇÕES, MEMÓRIAS E EMOÇÕES: DAR FUTURO AO PASSADO (UMA BREVE REFLEXÃO)

Ana Cristina Martins

*IHC-Polo Universidade de Évora / IN2PAST
Académica Correspondente da Academia Internacional
da Cultura Portuguesa*

Resumo

Questionando se a história da arqueologia ainda é útil, procede-se a uma reflexão sobre a sua importância para projetos destinados a dar visibilidade a quem nunca a teve ou a perdeu no decurso do desenvolvimento da prática arqueológica, assim como acerca do seu papel da recuperação e gestação de memórias e emoções, quantas vezes essenciais a iniciativas potenciadoras da autoestima de entidades públicas e privadas, individuais e coletivas, recorrendo amiúde à arqueologia pública e comunitária.

Palavras-chave: História da Arqueologia; Território: Comunidade; Memória; Emoção.

Abstract

Questioning whether the history of archaeology is still useful, we reflect on its importance for projects aimed at giving visibility to those who never had it or lost it in the course of the development of archaeological practice, as well as its role in the recovery and gestation of memories and emotions, which are often essential to initiatives that boost the self-esteem of public and private organisations, individuals and groups, public and private, individual and collective, often resorting to public and community archaeology, and community archaeology.

Keywords: History of Archaeology; Territory: Community; Memory; Emotion.

«Nada do que vivemos tem *sentido*, se não *tocarmos* o coração das pessoas.»

Cora Coralina

PALAVRAS INICIAIS: ENTRE MEMÓRIAS E EMOÇÕES

Quando, com o maior orgulho e sentido de responsabilidade, proferimos a conferência de entrada para a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, na qualidade de Académica Correspondente, a Primavera dava os seus primeiros passos no calendário do hemisfério norte, pouco depois das três primeiras baladas de 20 de março de 2024.

Não era, porém, dessa Primavera que pretendíamos falar, mas antes da ‘Primavera das emoções’, num dia que é consagrado à Felicidade por decisão da Organização das Nações Unidas, em 2012.

Em concreto, de emoções ocasionadas no âmbito da produção de conhecimento e de património arqueológico. Eis o que propusemos levar, então, para debate.

Mas, em rigor, tratou-se de uma oportunidade mais de refletir com maior detalhe sobre aspetos que tínhamos escrutinado após uma esclarecedora reunião de historiadores da arqueologia convocados para, em conjunto, demonstrarem, de modo desassombrado, a utilidade da especialidade académica que tinham abraçado, partindo, para o efeito, de uma questão deveras provocatória e, também por isso, estimulante e necessária.

Com efeito, em setembro de 2019, a comissão de história da arqueologia da *Union International des Sciences Pré-historiques et Proto-historiques* organizou, em Roma, um colóquio com o título interrogativo - *Is (still) history of archaeology useful?*

A pergunta parecia não fazer sentido, pois, como questionar se a história da arqueologia faz ou ainda faz sentido, quando toda a produção de conhecimento faz – ou presume-se fazer –, sempre sentido?

Foi esta a interrogação que nos assomou assim que a lemos.

Mas, após a surpresa inicial, a interpelação transformou-se na primeira grande oportunidade para refletir sobre a especialidade que abraçáramos há mais de 25 anos - a história da arqueologia.

Ademais, veio-nos de imediato à memória a trajetória da pré-historiadora espanhola Maria Ángeles Querol (1948-), Catedrática Jubilada da *Universidad Complutense de Madrid*, com quem tivemos o prazer de apresentar e publicar uma primeira abordagem à invisibilidade da mulher nos Museus Nacionais de Arqueologia em Espanha e Portugal (Martins y Querol-2017). Mas não foi por isso que o seu nome nos surgiu. Do que nos lembrámos foi de ter decidido, nas últimas décadas de investigação e docência, dedicar-se, por inteiro, à gestão integrada, comunitária e colaborativa do património cultural, a ponto de se transformar numa referência internacional nesta área. Muitos colegas ter-se-ão surpreendido com tal resolução, mormente por ter sido tomada por quem era já uma renomada pré-historiadora internacional.

Mas o que terá instado M. Á. Querol a este novo percurso? Muito provavelmente, a procura pelo sentido da investigação arqueológica para os territórios onde ela é desenvolvida e, sobretudo, para as comunidades que nelas residem e transitam, de modo vivo e evolutivo.

Por isso, também, participámos no Colóquio de roma com a intervenção - *History of archaeology and local development: heritage, memory, territory*.

Aos poucos, a questão assim colocada ganhou corpo e sentido, justificando a realização de duas apresentações orais em encontros científicos nacionais, entretanto publicadas (Martins-2020 e 2022). Espaços onde não nos limitámos a explicar a utilidade da história da arqueologia, antes reforçando-a a ponto de assumir a sua indispensabilidade.

O ponto de partida foi, precisamente, a pergunta desafiadora do Colóquio que se metamorfoseou num ensejo quase único de ponderação pessoal sobre o assunto.

Com efeito, será que a história da arqueologia faz sentido ou, melhor, continuará a fazer sentido?

O interesse pela história da arqueologia, em geral, e em Portugal, de modo particular, começou a suscitar o nosso interesse há cerca de 35 anos. Muito longe de Lisboa, nos idos de 80, despertámos para o assunto, não apenas para melhor entender o processo de formação da própria ciência arqueológica, como para conhecer os contextos em que a mesma ia tendo lugar.

Foi isso, numa primeira instância, que prendeu a nossa atenção, ou seja, o contexto ou, melhor dizendo, os distintos contextos de promoção de conhecimento e de património arqueológico, recordando uma das afirmações lapidares do medievalista francês Marc Bloch (1886-1944), fundador, juntamente com Lucien Febvre (1878-1956), da referencial *Écoles des Annales* (1929), *A História é a ciência dos homens, dos homens no seu tempo*.

Esta seria a justificação nuclear da existência da história da arqueologia. Mas bastaria para responder categoricamente à questão colocada sobre a sua utilidade? Uma utilidade que, aparentemente, teria existido, mas cuja perpetuidade seria agora contestada? Havia, sem dúvida, que obter uma visão mais alargada sobre o assunto para melhor o apreender.

Por isso procurámos lançar mão de uma abordagem interdisciplinar transformando o estudo da história da arqueologia num pretexto para penetrar na história dos museus e do colecionismo ou, dito de outro modo, do património cultural, material e imaterial, assim como da cultura e das mentalidades. Temas que, na generalidade, têm estruturado as atividades organizadas e coorganizadas, entre outros organismos, pelas Secções de Arqueologia e de Estudos do Património da Sociedade de Geografia de Lisboa, às quais presidimos.

Ângulo de visão interdisciplinar que esteve sempre presente na nossa investigação, materializando-se, nomeadamente, na dissertação de mestrado (Martins, 2003) e na tese de doutoramento (Martins, 2005). Na verdade, foram as nossas primeiras aproximações enquadráveis nos domínios da biografia científica e da história institucional científico-cultural, ao longo das quais consciencializámos a multiplicidade de atores do processo evolutivo e cumulativo da prática arqueológica, fosse a nível local, regional nacional e, até, transnacional e supra-nacional. A atenção maior passou, no entanto, a residir nos dois primeiros níveis – local e

regional -, pela plêiade de entidades que em muito contribuíram para a afirmação e desenvolvimento da arqueologia no país e cujos nomes, na maioria dos casos, permaneceram - quando permaneceram -, em brevíssimas notas de rodapé.

Tratou-se, sem dúvida, de um percurso que nos tornou ainda mais cientes do quanto havia por fazer no quadro da historiografia arqueológica em Portugal, sendo que o pouco que fora e estava a ser produzido neste âmbito se centrava em nomes de quem fora dirigente, independentemente da natureza dos organismos e das atividades que geriam e orientavam. Nomes, ademais, que surgiam esmagadoramente no masculino e quase sempre pertencendo a elites locais, regionais e nacionais.

Mercê de leituras, da participação em encontros, da integração em redes científicas da especialidade, do trabalho desenvolvido como Investigadora Auxiliar no IICT-Instituto de Investigação Científica Tropical, entre 2008 e 2014, de Investigadora Integrada da UNIARQ-Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e do IHC-Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, capacitámo-nos da urgência de atender a invisibilidades na construção de conhecimento arqueológico e patrimonial no nosso território ou ao que os historiadores da ciência designam por *invisible technicians* e os antropólogos culturais de *hidden voices*.

Havia, por conseguinte, que aprofundar e amplificar a visão interdisciplinar para melhor capturar realidades passadas. Assim se abriu um horizonte de possibilidades de investigação. Com efeito, que melhor contributo poderia conferir à historiografia do que visibilizar esquecimentos e omissões?

Por que não começar no feminino?

Foi, assim, com esta nova demanda, que foram sendo identificados e recuperados nomes femininos de quem, por razões diversas, permaneceu silenciado na historiografia da ciência, lançando-se um repto público nesse sentido quando da comemoração dos 125 anos do IICT, em 2008.

Por entre a lista construída aos poucos, mercê também do trabalho orientado de estagiárias da Licenciatura em Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, surgiram nomes de mulheres de todas as áreas científicas abrangidas pela história do IICT, incluindo a antropologia física à qual se associava alguma atividade arqueológica.

Não obstante, o tema da invisibilidade em ciência configura um campo de análise mais amplo do que o reservado às mulheres. É certo que, em grande medida, têm sido as mulheres o enfoque central desta abordagem, a ponto de justificar a constituição de um campo de estudo autónomo: o da história das mulheres. Ainda assim, as “vozes escondidas” ou “esquecidas” transvasam as suas fronteiras. Com efeito, existem ocultações, não apenas no feminino - sejam cientistas, coautoras, desenhadoras, fotógrafas, tradutoras, colaboradoras, etc. -, como no masculino. Ausências historiográficas que envolvem outras tipologias de atores, como a de trabalhadores contratados sazonalmente para, no caso específico da arqueologia, integrarem escavações arqueológicas.

Mas não apenas.

O projeto financiado pela FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia¹, do qual formos Investigadora Responsável, para identificar e contextualizar protagonistas da arqueologia nos antigos territórios africanos administrados por Portugal durante o Estado Novo (1933-1974), revelou bastante mais do que isso.

Entranhando em fontes primárias e secundárias, confirmou-se rapidamente a importância dos denominados “atores locais” nesse processo tão complexo. Foi assim possível identificar e resgatar nomes, projetos, espaços de atuação e redes de contato internacionais, enquanto se reconhecia, por exemplo, como a então Lourenço Marques se encontrava perfeitamente inscrita num circuito científico verdadeiramente transnacional e de grande qualidade intelectual.

Mais. Tratou-se de um exercício que possibilitou confirmar a relevância das redes locais constituídas por curiosos, diletantes, mas sempre atentos e instruídos, comprometidos com o conhecimento sobre o passado dos territórios que habitavam, fosse como arqueólogos amadores – locais ou não locais, nacionais ou estrangeiros –, colecionadores, mecenas, jornalistas, membros de sociedades eruditas e proprietários, entre muitos outros.

Gradualmente, foi-se assim alcançando a dimensão e variedade destas, por vezes, espessas camadas de atuação e informação compostas de quem, de modo direto ou indireto, sendo especialista ou não, concorreu para a afirmação e o desenvolvimento da arqueologia em geografias ultramarinas.

ARQUEOLOGIA PÚBLICA E COMUNITÁRIA

Porém, até este momento, centrámo-nos na importância de rememorar episódios eventualmente geradores de emoções junto de quem produziu conhecimento e património.

Porque há, sem dúvida, uma carga emocional em todo este processo. Uma carga emocional transmutada, desde logo, em memória. Porque não há memória sem emoção. Porque a emoção fixa-se em memória.

Mas, tanto as memórias, quanto as emoções configuram singularidades, pois são vividas individualmente e perduram de modo diferente em cada protagonista. Existe, contudo, o conceito de “memória coletiva”, enquanto repositório abstrato de informações inerentes a uma comunidade, grupo ou lugar, constituído a partir de memórias individuais. Ainda assim, mesmo a “memória coletiva” não é unívoca, pois cada membro de um coletivo regista, recorda e relata de modo dissemelhante os mesmos episódios vivenciados, mercê dos seus conhecimentos, experiências e interesses pessoais.

O mesmo episódio não é vivido da mesma forma. O mesmo episódio não é memorizado do mesmo modo. O mesmo episódio não é fixado emocionalmente da mesma maneira.

Impõe-se, contudo, perguntar como discurrir acerca de emoções em projetos pretendidos científicos, ou seja, objetivos? Questão tanto mais pertinente, quando a memória não

¹ “PROMEMICI - Actors and memories of the “scientific missions”. Archaeology and the Portuguese colonial agenda”. PTDC/IVC-HFC/5017/2012 (Instituto de Investigação Científica Tropical, 2012-2014).

é objetiva e muito menos a emoção, mormente por não serem mensuráveis e, também por isso, (aparentemente) não testáveis. Não será, efetivamente, fácil alcançar a real dimensão do impacto dos afetos, sentimentos e emoções memorizados na preservação do património. Se não são mensuráveis, como trazê-los para a equação da história da ciência, sobretudo da história de ciências humanas e sociais, perante o esforço de rigor e sistematização colocado na construção e organização do conhecimento por parte das ciências naturais e formais?

Urge, todavia, perguntar se existe produção de conhecimento e de património, nomeadamente científico, sem memória e sem emoção?

Há muito que as ciências humanas e sociais compreenderam o alcance da memória, produzindo métodos específicos de trabalho de campo que permitem recolher testemunhos de vida no contexto da história oral. Recursos desenvolvidos, por exemplo, pela historiografia anglo-saxónica, principalmente desde os anos 70 da última centúria, para se focar, com o tempo, no desenvolvimento do campo da história regional, local e micro-história para melhor identificar particularidades de cada geografia e avaliar o seu contributo para a construção de diferentes agendas nacionais e transnacionais, designadamente de foro identitário.

De modo gradativo, o estudo das emoções ingressou na Academia, sobretudo na viragem para o século XXI. Disso é exemplo o *Max Planck Institut for Human Development* (Berlim, 1961), instituição de referência científica internacional. Um dos seus mais recentes grupos de trabalho denomina-se, precisamente, *Center for the History of Emotions*, dedicado ao estudo das emoções enquanto produto histórico, partindo do pressuposto de que as emoções – sentimentos e suas manifestações, mormente públicas –, são uma construção histórica e diferem de acordo com os contextos histórico-culturais, sendo, por isso, variáveis dependendo dos códigos e léxicos sociais vigentes em cada momento e geografia.

Acresce que as emoções desempenham um papel importante e, por vezes, determinante na construção da própria história, como previra, nos anos 30 e 40 do século passado, o já aqui citado historiador Lucien Febvre, até que o historiador norte-americano Peter Stearns (1936-), da *Carnegie Mellon University*, e a psiquiatra, da mesma nacionalidade, Carol Stearns, da *Pittsburgh School of Medicine*, retomaram a ideia na década de 80, debatendo se as emoções configuram uma manifestação apenas de ordem natural ou se são afeiçoadas pelo ambiente cultural.

Quanto à atividade arqueológica?

Como afirma Sarah Tarlow (1967-), da *School of Archaeology and Ancient History, University of Leicester*, em Inglaterra, é certo que a arqueologia procura dados, factos, mas a sua preocupação deve centrar-se nas pessoas. Aqueles, os factos, ou seja, os artefactos encontrados, constituem o ponto de partida para a interpretação e entendimento do seu significado junto das comunidades que os pensaram, construíram, fruíram, legaram ou metamorfosearam.

Neste sentido, os artefactos são ou, melhor, provocam emoções pelo que significam ou ajudam a rememorar. Os artefactos são, eles próprios, objetos de emoção, ou, antes, são produzidos por emoções e geram emoções. Emoções germinadas e dilatadas ao longo dos tempos entre comunidades, sítios, materiais e seus territórios, e com os quais se foram modelando identidades e narrativas, sejam elas escritas ou audiovisuais (Bodicce-2018; Martins-2020).

Nesta medida, são as emoções que fortalecem, enfraquecem, corporalizam e dão sentido a tudo o que fazemos: ontem, hoje e, assim o esperamos, amanhã.

Todos os nossos pensamentos, decisões, ações e inações são estimulados, alimentados e desmotivados por emoções, independentemente da sua natureza, do seu nível e da sua escala: pessoal, local, regional, nacional e internacional; política, económico-financeira, social, cultural e mental; medo, alegria, tristeza, amor, ódio, orgulho, vergonha, ilusão, desilusão, esperança, otimismo, pessimismo, etc.

Deste ponto de vista, enquanto arqueólogos e historiadores, temos uma responsabilidade acrescida. Responsabilidade para com as comunidades pretéritas que estudamos, na medida em que as revelamos, ainda que de modo truncado, no presente e, também por isso, ou sobretudo por isso, devem ser desvendadas da forma mais completa possível, desde os mais diversos ângulos de análise.

O primeiro momento em que tomámos total consciência deste imperativo ético terá acontecido em 2014, por ocasião da inauguração da exposição temporária *África reencontrada - o ritual e o sagrado em duas coleções públicas portuguesas* (6 de abril a 30 de dezembro), numa organização conjunta do Museu Nacional de Arqueologia e do Instituto de Investigação Científica Tropical (Martins e Santos-2014).

Visando divulgar parte da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné (MAEG) (1946-47), enquadrando-a na história da ciência, em geral, da antropologia e da arqueologia, em particular, a exposição teve um inesperado impacto. Imprevisto, porque não fora pensada e organizada com esse intuito, ou seja, da receção da exposição por comunidades afrodescendentes residentes na Grande Lisboa, com natural destaque para a guineense.

A receção foi muito positiva, na medida em que, independentemente do debate produzido em torno dos seus contextos de recolha, devidamente assinalados nos textos de sala e no catálogo, as peças expostas representavam importantes trechos do património cultural material e imaterial guineense que perdura na atualidade.

Tratou-se, porém, de um envolvimento *a posteriori*. Ou seja, apelou-se à sua presença num momento em que todo o processo museológico, museográfico e expográfico estava concluído segundo critérios definidos por uma equipa multidisciplinar alheia a memórias e emoções que os objetos ocasionariam. Involuntária e inconscientemente, mas alheis. De outro modo, que peças selecionariam e como pretenderiam que fossem apresentadas, num exercício verdadeiramente transdisciplinar? As mesmas? Outras? Nenhumas? Que razões determinariam a sua escolha? Desconhecemos. Mas podíamos ter sabido se tivéssemos entrevistado representantes da comunidade guineense, visitando a exposição, observando os objetos e as imagens em movimento captadas pela MAEG. Não nos ocorreu.

Não nos ocorreu, como não ocorre em inúmeras atividades arqueológicas, para nos cingirmos a esta ciência e ao nosso território.

Inadvertida e inconscientemente, parte-se, de um modo geral, do princípio - ou nem dele se parte -, de que as nossas ações neste campo concorrem para a notoriedade de testemunhos materiais de determinados tempos, lugares, comunidades e territórios.

Poderá ser assim, mas nem sempre é assim.

Nem sempre é assim, por uma multitude de razões, dependendo das comunidades, dos territórios e do modo como vivem o passado, o passado no presente e a sua própria cultura. Exige-se, de igual modo, por essa razão, um maior envolvimento das comunidades em todo o processo de produção de projetos arqueológicos a desenhar para um determinado território modelado e modelável por múltiplos fatores, designadamente pelas mutações registadas no seu âmbito ao longo do tempo. Daí a pertinência medrante de trabalhar conceitos como os de trans-memória, trans-historicidade e trans-contextualidade (Serrão-2008), para com eles (re)estabelecer ligações entre indivíduos, comunidades e territórios, num processo de (re)descoberta contínua pelos sentidos dos lugares (Schofield e Szymanski-2001).

Nest ponto, devíamos ingressar na questão da transdisciplinaridade. Há muito que a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade se fixaram no léxico e na prática científica generalizada. Mas, e a transdisciplinaridade?

O biólogo e psicólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) introduziu o termo nos anos 70 do século passado, como terceira via para a produção e utilização da ciência, pressupondo, com frequência, a inclusão, em projetos de investigação, de entidades não académicas para resolução de assuntos mais práticos e emergentes. Tratava-se, em suma, de uma mudança entre o princípio de transferência de conhecimento científico para a sociedade, para um cenário de produção de ciência com a sociedade.

Em arqueologia, esta visão transdisciplinar tem passado, essencialmente, por envolver câmaras municipais para obter autorizações e financiamento para a produção de conhecimento e de património sobre os seus territórios, com os quais se contribui para o denominado “desenvolvimento sustentável” de localidades e regiões. Apoios aos quais, nalguns casos, se somam outras entidades, nomeadamente de carácter associativo.

Mas o conceito de transdisciplinaridade tem sido objeto de revisão, tornando-se mais ambicioso pelas crescentes e céleres transformações registadas nas sociedades contemporâneas às quais são lançados novos e exigentes desafios.

Desde logo, alguns dos contemplados na lista dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, definidos, em 2000, pela O.N.U.-Organização das Nações Unidas, posteriormente atualizados nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, aprovada em 2016.

Objetivos que os investigadores passaram a ser convocados a contemplar em projetos candidatos a financiamento, tanto a nível nacional, como europeu.

Obrigação que parece contrariar a essência da própria investigação. Aparente contradição que parece remeter para o antigo e intemporal debate entre investigação essencial e investigação aplicada que, em Portugal, ganhou contornos de alguma intensidade em meados da última centúria, inclusive no seio do organismo predecessor do IICT, a Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais/Ultramarinas (Lisboa, 1936) (Martins e Albino-2010).

Não obstante, os últimos anos têm demonstrado quão pertinente tem sido esta obrigatoriedade ao potenciar uma noção mais concreta dos contributos outorgáveis pelas ciências

humanas e sociais à sociedade, no seu todo, e a determinados territórios e comunidades, em particular. Provavelmente, o verbo “outorgar” não será o mais adequado, como pouco apropriado será também o “transferir”. Antes de mais, deveríamos cultivar o verbo “envolver”. Envolver desde o início da elaboração de projetos, indagando junto das comunidades que situações, questões e necessidades pretendem ver respondidas, solucionadas e divulgadas.

A verdade é que estamos ainda muito arreigados ao processo *top-down* quando precisaríamos praticar abordagens *bottom-up* e *win-win*. Este é o desafio atual.

Mas se olharmos para os percursos trilhados pela arqueologia, inclusive em Portugal, identificamos com alguma facilidade que muito tem concorrido para a concretização de ações transdisciplinares. Mesmo que oficiosamente. Mesmo que inscientemente.

Disso são exemplo os estudos sobre a (re)utilização do passado por diferentes agendas ideológicas e políticas, e a fruição de património arqueológico na (re)reconstrução de distintos níveis de afirmação identitária e hegemónica. Afirmações materializadas em múltiplos suportes e espaços, desde sítios arqueológicos, a coleções, museus, manuais escolares, produção artística e literária e uma infinidade de recursos audiovisuais.

A arqueologia tem sido central nestas situações, assim como em estudos de receção do pretérito, de um ponto de vista trans-contextual e trans-memorial, mas também na visibilização de “vozes esquecidas” com as quais iniciámos esta nossa reflexão.

Que melhor compensação - se de recompensa devemos falar -, para um investigador do que a alegria proporcionada pela identificação de atores desconhecidos do processo de produção de conhecimento e património arqueológico? Como transmitir as emoções, individuais e coletivas, geradas por ocasião da sessão organizada Secção de Arqueologia da SGL, no Auditório Adriano Moreira, a 13 de dezembro de 2023, evocativa dos 100 anos do nascimento do arqueólogo, museólogo e patrimonialista João Manuel Bairrão Oleiro (1923-2000), perante familiares, antigos colegas, admiradores e interessados na sua história de vida?²

O que dizer, também, quando os herdeiros de Maria de Lourdes Costa Arthur (1924-2003), uma das muitas mulheres esquecidas da arqueologia em Portugal, assistindo à homenagem que lhe proferimos³, se emocionaram a escassos dias de comemorarem o primeiro centenário do seu nascimento?

Como relatar as memórias e as emoções suscitadas pelo reconhecimento de familiares, amigos e vizinhos - alguns, infelizmente, falecidos -, residentes nas imediações do sítio arqueológico de Vila Nova de São Pedro, imortalizados em fotografias colocadas no fundo de vitrinas da sala 1 do Museu Arqueológico do Carmo, no contexto do projeto ‘VNSP 3000’⁴, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e de artefactos por eles encontrados nas escavações conduzidas no mesmo sítio, nos anos 60? Emoções e memórias esclarecedoras, nalguns casos,

² Nos 100 anos do nascimento de João Manuel Bairrão Oleiro | IHC

³ Mulheres na Arqueologia: (estrati)grafias | Seminário | IHC

⁴ Home - Vila Nova de São Pedro - VNSP 3000

de aspetos essenciais do próprio processo científico então adotado. Mas nada sobrepujará o regozijo patente nos rostos de quem assiste de novo a escavações no mesmo sítio e se depara, pela primeira vez, com a apreciação pública do seu contributo para a produção de conhecimento científico.

Memórias individuais e coletivas sobrevividas e emoções produzidas de igual modo por ocasião da ação de formação que conduzimos a eventuais futuros técnicos superiores do Museu Nacional de S. Tomé e Príncipe quando, em maio de 2023, percorremos as suas salas repletas de objetos representativos de páginas essenciais da sua história, donde do quotidiano dos seus antepassados. Emoções transformadas rapidamente em gratas memórias, graças ao respeito pela diferença, à agnição do processo histórico e ao imperativo de o reestudar, reconstruindo narrativas potenciadoras de uma visão integrada do seu passado, como integrada deverá ser a sua gestão futura.

A arqueologia pode e deve contribuir para o desenvolvimento sustentável de regiões e localidades, coadjuvando na fixação de populações e no redobrar da sua criatividade e empreendedorismo.

Mas a dimensão da autoestima é, em última análise, o combustível principal deste mecanismo de (sobre)vivência, mormente em regiões do interior, sendo que, devidamente envolvidas, as populações locais revelam-se as melhores defensoras e divulgadoras do património existente nas suas geografias de atuação.

Precisamos, por conseguinte, de implementar uma verdadeira ação transdisciplinar, recorrendo a distintas especificidades da denominada 'Arqueologia Pública', na qual encontramos inúmeras outras especialidades arqueológicas. Trata-se, na verdade, de um expressivo campo de atuação assomado no contexto anglo-saxónico nos primeiros anos da década de 70 do século XX (Ascherson-2000 e Martins-2022), num momento particularmente interessante da política europeia e internacional que a terá favorecido.

Com efeito, o progresso científico parece estear também na revitalização de expressões culturais fundamental a (re)afirmações identitárias, a exemplo do que sucedeu à época com a campanha internacional lançada pela UNESCO-Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, para resgate dos monumentos do Antigo Egipto ameaçados pela construção da barragem do Assuão. Na sua esteira, surge a 'Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural' - ou 'Recomendação de Paris', (1972), definindo o conceito de 'património cultural universal' pertença de toda uma comunidade internacional que é convocada a garantir a sua proteção (A.V.V.-2011: 223). Mas emerge de igual modo a 'Declaração de Amsterdão' (1975) reconhecendo a importância da participação das comunidades na gestão integrada do património cultural, robustecida na 'Convenção de Faro' (2005). No seu conjunto, as especialidades constituintes da 'Arqueologia Pública' contribuem para a resolução de problemas prementes da nossa sociedade, como conflitos, crises e estereótipos, promovendo a inclusão social, a criatividade e a resignificação de objetos e paisagens, e, até, a colaboração em programas de saúde mental e de equidade social, através, por exemplo, da organização de visitas orientadas a museus, sítios arqueológicos e demais espaços.

A UTILIDADE DA HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA: DAR FUTURO AO PASSADO

Para concluir, retomamos a pergunta inicial: *Será que a história da arqueologia ainda é útil?*

A resposta é unívoca: sim, ainda é útil.

É útil, porque contribui para o entendimento do processo de produção de conhecimento e património para o qual concorrem inúmeros atores, femininos e masculinos, instituições, projetos, sítios, coleções, museus e edições, individuais e coletivos, muitos deles invisibilizados por motivos diferentes, recuperando memórias e germinando emoções, conferindo voz a quem nunca a teve ou a deixou de ter.

É útil, porque concorre para a revisitação, reanálise e re-divulgação de projetos de investigação e de estudos.

É útil, porque coopera na elaboração de atividades destinadas a promover a inclusão, a autoestima e o bem-estar de pessoas singulares e coletivas num determinado território, nomeadamente com recurso a património incorpóreo, conquanto associado a materialidades.

É útil, porque contribui para debelar assimetrias entre pessoas, comunidades e territórios.

É útil, porque permite a uma maior aproximação e entrosamento entre cientistas, território e suas comunidades.

É útil, porque possibilita reanalisar artefactos, coleções, exposições e museus à luz dos respetivos contextos de produção, descoberta, gestão e valorização, e assim entender melhor a sua receção.

É útil, porque permite vincular indivíduos e comunidades a territórios, garantindo a valorização destes ao torná-los significantes para aqueles, funcionando como âncora de pensamentos e ações, unindo realidades distintas e (re)construindo paisagens identitárias compostas de novas referências (Crouch-2015).

É útil, porque ajuda a produzir ativos, nomeadamente culturais, sociais e económicos, respondendo, também assim, a quem, entre os contribuintes, questione o financiamento de projetos arqueológicos, concorrendo para o exercício de uma arqueologia pública, mormente no cumprimento de ODS.

É útil, porque, em última análise, permite recuperar memórias e emoções, enquanto contribui para a sua produção, como, seguramente, acontece sempre que um museu, como o da Sociedade de Geografia de Lisboa, acolhe visitantes, nacionais e estrangeiros, introduzindo-os às suas coleções singulares no contexto nacional e internacional.

Lisboa, Inverno-Primavera de 2025

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos à atual Direção da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, na pessoa da sua Presidente, a Senhora Prof.^a Doutora Maria Regina Mongiardim, pelo convite que me foi endereçado para elaborar o texto ora apresentado, resultante da conferência de tomada de posse como Académica Correspondente. Agradeço de igual modo à Senhora D. Carla Abreu por todo o apoio concedido, possibilitando que o artigo integrasse esta edição. Texto que foi produzido no quando do IHC financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UID/04209 e LA/P/0132/2020 (DOI 10.54499/LA/P/0132/2020).

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

A.V.V. (2011), *100 anos de Património: memória e identidade. Portugal 1910-2010*, Lisboa, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico I.P.

Ascherson, Neal (2000), “Editorial”, *Public Archaeology* 1(1), p. 1-4.

Bodicee, Rob (2018), *The history of emotions*, Manchester, Manchester University Press.

Crouch, David (2015), Affect, Heritage, Feeling, in E. Waterton e S. Watson, eds., *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*, Basingstoke and New York, Palgrave Macmillan, p. 177-190.

Diaz-Andreu, Margarita (2007), *A World History of Nineteenth-Century Archaeology: Nationalism, Colonialism, and the Past*, Oxford, Oxford University Press.

Diaz-Andreu, Margarita and Sørensen, Marie-Louise S., eds. (1998), *Excavating Women: A History of Women in European Archaeology*, London, Routledge.

Faulkner, Neil (2000), Archaeology from Below, *Public Archaeology*, 1(1), p. 21-33.

Habermas, Jürgen (1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*, Cambridge, Polity Press.

Martins, Ana Cristina (2022), “Afinal, para que serve a história da arqueologia? Arqueologia e território: realidades, necessidades e possibilidades (breves reflexões)”, *Scientia Antiquitatis*, Vol. 1 (2022), p. 248-264. [<http://www.scientiaantiquitatis.uevora.pt/index.php/SA/issue/view/40>]

Martins, Ana Cristina e (2020), “Território, comunidade, memória e emoção: a contribuição da história da arqueologia (algumas primeiras e breves reflexões)”, in Arnaud, José Morais, Neves, César e Martins, Andreia (eds.), *Arqueologia em Portugal estado da questão. 2020*, Lisboa, AAP e CITCEM, p. 17-24.

Martins, Ana Cristina e Albino, Teresa (eds. lits.) (2010), *Viagens e missões científicas aos Trópicos. 1883-2010*, Lisboa, IICT.

Martins, Ana Cristina e Santos, Ana Isabel (2014), África reencontrada. O sagrado e o profano em duas coleções públicas portuguesas, Lisboa, IICT, p. 14-15.

Martins, Ana Cristina y Querol, Maria de los Ángeles (2017), “Feminismo en los bordes de Europa: la representación de las mujeres en los museos arqueológicos nacionales de Portugal y España”, in Carretero Pérez, Andrés, Papí Rodes, Concha y Ruiz Zapatero, Gonzalo (eds.), *Actas del V Congreso Internacional de Historia de la Arqueología / IV Jornadas de Historiografía SEHA-MAN - Arqueología de los Museos: 150 anos de la creación del Museo Arqueológico Nacional*, Madrid, Museo Arqueológico Nacional, p. 1335-1354.

Schofield, John and Szymanski, Rosy (2001), *Local Heritage, Global Context. Cultural Perspectives on Sense of Place*, New York, Routledge.

Serrão, Vítor (2008), *A trans-memória das imagens. Estudos iconológicos de pintura portuguesa (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos.

Tully, Gemma (2007), Community archaeology: general methods and standards of practice, *Public Archaeology*, 6: 3, p. 155-187.

DIA DA CONSCIÊNCIA E O HUMANISMO UNIVERSALISTA LUSÓFONO EM ARISTIDES DE SOUSA MENDES E LUÍS SOUZA DANTAS

Rev. Padre Dr. Vítor Melícias

*Académico de Número e Vogal do Conselho Académico
da Academia Internacional da Cultura Portuguesa*

Senhora Presidente e cara Prof^a Doutora Maria Regina Mongiardim

Ilustríssima Mesa

Caros e eminentes Académicos

Caro amigo e irmão Fr. Silvestre, Ministro Provincial dos Franciscanos Portugueses, e demais irmãos franciscanos aqui presentes

Caros Presidentes nacionais dos Bombeiros, das Misericórdias, do Montepio e outros Altos dirigentes da Economia Social e do Mutualismo

Caros Representantes da Fundação, da Comissão do Dia da Consciência e de outros organismos ligados a Aristides de Sousa Mendes

Meus caros familiares, conterrâneos e demais amigos

Senhores Embaixadores Representantes da CPLP

E, permitam-me, em menção muito especial, *the last but not the least*:

Caro David Godorovitch e outros membros das comunidades judaicas portuguesa e brasileira
Caríssimo irmão e amigo D. José Rodriguez Carballo, ilustre Académico Correspondente da nossa Academia, Arcebispo de Mérida e Badajoz, ex-Ministro Geral da Ordem Franciscana.

Avossa presença honra-me muito e dignifica assás a nossa comum Academia.

A todos, também como franciscano, começo por saudar com as palavras com que S. Francisco mandou os seus frades saudarem dizendo “*Il Signore vi dia Pace*”, “*O Senhor vos dê Paz*”, aquela paz serena e confortante dos que, em bom espírito, se reúnem por boas causas.

É, de facto, em bom espírito e por boas causas que aqui estamos e que, antes de mais, desejo agradecer, bem cá do fundo do coração, a V. Excia, Senhora Presidente, e ao nosso muito ilustre Conselho Académico pela subida, ainda que por mim imerecida, honra de passar a integrar o núcleo institucional dos Académicos de Número da nossa prestigiada e prestigiante Academia.

Como muitas vezes digo em idênticas circunstâncias, *quanto menos mereço mais agradeço*. Bem hajam.

Em primeiro lugar, seguindo o espírito e a letra dos Estatutos desta nossa Academia, desejo homenagear e enaltecer os que me precederam nesta cátedra, que tanto dignificaram.

Evocá-los neste momento de entrada para o lugar que nos deixaram é confirmá-los na galeria de eternidade dos que da lei da morte se foram libertando e na memória sem tempo se vão perpetuando. Honra e glória a todos eles. Perpétua memória aos seus nomes.

Ao ponderar de entre os vários temas que melhor pudessem corresponder à identidade e originária vocação pro-cultural da nossa Academia, acabei por escolher, em contexto de comemoração do 70º aniversário das suas mortes, quase simultâneas, evocar aqui as históricas e corajosas opções de consciência de *Aristides de Sousa Mendes* e de *Luís de Souza Dantas*, dois dos símbolos maiores do humanismo identitário da cultura lusófona e, por isso, inspiradores do *Dia Mundial da Consciência*.

Daí, e também em sentido de homenagem, o ter intitulado e contextualizado esta minha primeira comunicação de Académico de Número como “*Dia da Consciência e Humanismo Universalista Lusófono em Aristides de Sousa Mendes e Luís Souza Dantas*”.

Como é de universal conhecimento, por proposta de Reino de Barém no seguimento do Congresso Internacional sobre a Paz a Mente dos Homens, organizado pela UNESCO na Costa do Marfim em 1989, a Assembleia Geral da Nações Unidas decretou, pela Resolução 73/329 de 25 de julho de 2019, que o dia 5 de abril de cada ano fosse celebrado como “*Dia Mundial da Consciência*” com o expresse objetivo de “mobilizar os esforços da comunidade internacional para promover a paz, tolerância, inclusão, entendimento e solidariedade em ordem a construir um mundo de paz, solidariedade e harmonia”.

Após a primeira celebração em 6 de abril de 2020 na sede da ONU em Nova York, o *Dia* passou, logo no ano seguinte, a ser celebrado na sede da UNESCO em Paris no âmbito da semana que incluísse o dia 5 de abril e, já em 2024, nas instalações da ONU em Genève com ressonância, aliás, muito reduzida.

Ora acontece que, precisamente 20 anos antes, em Nova York um grupo de membros da comunidade portuguesa aí residente, em direta ligação com a Igreja Católica e a Comunidade Judaica e mobilizados por João Crisóstomo, nosso conterrâneo torriense há muito radicado nos Estados Unidos, intrépido promotor de Grandes Causas ligadas a Portugal, como a defesa das Gravuras do Vale do Côa, o apoio político e humanitário à independência de Timor-Leste e, com grande afincio, à reabilitação de Aristides de Sousa Mendes, tinham já lançado um movimento a nível mundial precisamente com a designação de “*Dia da Consciência*”.

Faziam-no em homenagem e promoção dos valores de humanismo universalista pelos quais o diplomata Aristides de Sousa Mendes, para salvar vidas inocentes e invocando “deveres de consciência”, desobedecera às normas então em vigor e aos seus legítimos superiores, designadamente a Oliveira Salazar, que ao tempo era simultaneamente Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros, chegando mesmo a dizer publicamente “não participo em chacinas, por isso desobedeço a Salazar”.

Esse movimento do “*Dia da Consciência*”, que se iniciara, desde logo, com a bênção e patrocínio do Cardeal Renato Martini, Observador Permanente da Santa Sé junto da ONU e em 2004 Presidente do Conselho Pontifício para a Justiça e a Paz, recentemente falecido, assentava na promoção

de celebrações eucarísticas em sés catedrais e outros destacados locais de culto católico ou em celebrações culturais e religiosas em sinagogas judaicas de algum modo acessíveis através, nomeadamente, da Fundação Raoul Wallenberg, de que o Papa Francisco já era membro antes de vir para Roma, da qual, aliás, João Crisóstomo era e é Vice-Presidente e por proposta sua, foram admitidos como “Honorary Members” o Prémio Nobel e hoje presidente de Timor-Leste, Ramos Horta, os portugueses António Guterres, Jorge Sampaio e eu mesmo.

Celebrado todos os anos a 17 de junho, data em que o cônsul Aristides de Sousa Mendes entrou a conceder, em frenesi de ato salvador, passaportes e visas “a todos os que precisem”, o Dia da Consciência de âmbito judaico-cristão foi-se expandindo gradualmente com o apoio e direta participação de personalidades tão eminentes como nos Estados Unidos o Cardeal William Levada e, no Brasil os cardeais Majela Agnello e Cláudio Hummes, franciscano, meu colega de estudos em Roma e grande amigo do Papa Francisco, que foi aquele que no momento da eleição papal lhe disse “não te esqueças dos pobres”, ou, em Portugal, do Cardeal José Policarpo e, depois, do Cardeal Manuel Clemente e do seu bispo auxiliar D. Tomás Nunes, que Deus tenha, de D. Serafim Ferreira da Silva, D. António Montes Moreira e tantos outros, designadamente o Cardeal Pedro Erdo na Hungria, José Glemp na Polónia e, em anos mais recentes, Cardeal Pietro Parolin, Secretário de Estado do Vaticano.

Eu mesmo recebi e conservo com muito carinho uma carta oficial de John Paul Abranches, filho de Aristides de Sousa Mendes, que, na qualidade de International Chairman do *“International Committee to Commemorate Dr. Aristides de Sousa Mendes”*, ao agradecer a minha participação nas iniciativas dessa Comissão ou Comité, me escreveu em inglês no dia 30 de maio de 1995: “You are the first member of the clergy in Portugal to publically acknowledge the actions of this Portuguese hero of conscience”.

O facto é que foi de tal maneira persistente e eficaz o empenhamento de João Crisóstomo e seus amigos colaboradores na promoção deste Dia da Consciência ligado a Aristides de Sousa Mendes e, ultimamente, também ao eminente diplomata brasileiro Luís Souza Dantas, que, com surpresa geral, o Papa Francisco na sua Audiência Geral de 17 de junho de 2020 evocou (cito) o “Dia da Consciência, inspirado no testemunho do diplomata português Aristides de Sousa Mendes que, oitenta anos atrás, decidiu seguir a voz da consciência e salvou a vida de milhares de judeus e outros perseguidos”.

Entusiasmado com este inequívoco apoio e a sua dimensão universalista, João Crisóstomo e os seus mais diretos colaboradores, vencendo algumas compreensíveis resistências à mudança devidas ao receio de que se desvirtuasse a original ligação a Sousa Mendes e ao Holocausto e ao 17 de junho, data mais expressiva da sua corajosa ação, decidiram que (cito literalmente o que ele escreveu em carta ao Cardeal Parolin) o Dia da Consciência “embora baseado no testemunho de Aristides de Sousa Mendes, em 17 de junho de 1940, será celebrado a partir de agora na mesma semana em que as Nações Unidas celebram o seu ‘Dia Internacional da Consciência’ para evitar qualquer ideia, mesmo involuntária, de competição e proselitismo, como disse um ilustre diplomata português”.

Entretanto, processava-se no Brasil a reabilitação de Luís de Souza Dantas, eminente Embaixador do Brasil em França e um dos mais prestigiados diplomatas brasileiros de todos os tempos, o qual evocando, como Sousa Mendes, motivos “de consciência e humanidade” salvara também centenas de vidas de judeus e outros fugitivos do nazismo e dos seus campos de concentração.

Atentos a esse facto, em muito boa hora os promotores do Dia da Consciência decidiram estendê-lo ao mundo lusófono e celebrar no dia ou na semana de 5 de abril o único e universal Dia Mundial da Consciência, mas concentrando as celebrações na específica evocação dos ideais e motivações humanistas, tanto de Sousa Mendes e Souza Dantas como de todos os que, brasileiros, portugueses ou de qualquer outra fonte lusófona, defenderam e salvaram vidas e se guiaram pelos mesmos critérios de humanidade e consciência como Teixeira Branquinho, Sampaio Garrido, P. Joaquim Carreira, diretor do Colégio Português em Roma, a brasileira Aracy Guimarães Rosa e tantos outros, cujos feitos e nomes se perderam na clandestinidade dos seus atos ou no esquecimento coletivo.

Entre estes, recorde, por mero exemplo, Frei Rafael dos Santos, irmão leigo franciscano natural do Vilar, Torres Vedras, o qual, como eu mesmo ouvi de sua própria boca, escondeu, alimentou e confortou dezenas de famílias judaicas nos extensos sótãos do Colégio Internacional, hoje Universidade, “Antonianum”, na Via Merulana, em Roma, onde, aliás me formei em direito canónico e ele esteve por muitos anos ao serviço da Ordem, situação que só era conhecida do Superior da casa e de dois outros irmãos que com ele tinham acesso clandestino aos sótãos.

De entre todos sobressaem, porém, os dois que estou hoje aqui a homenagear, ambos “Justos entre as Nações”, que, como referiu o Papa Francisco a propósito de Sousa Mendes em mensagem enviada à inauguração do Museu Sousa Mendes como sede do nosso “Dia da Consciência”, na sua Casa do Passal, em Cabanas, eram “homens peritos em humanidade”.

Dois peritos em humanidade, dois modelos de humanismo.

Comecemos por Sousa Mendes:

Votado, por largas décadas, ao mais profundo e intencional esquecimento imposto por vontade e expressas diligências de Salazar e do seu Regime, os quais, além da demissão, assim o pretendiam castigar por desobediência, Aristides de Sousa Mendes e a sua obra, recuperadas por ação das liberdades de abril, são hoje plenamente reconhecidas sobretudo em Portugal, no mundo lusófono e na comunidade judaica mundial.

Assim, tem desde 3 de julho de 2020 honras de Panteão Nacional, tendo também sido condecorado a título póstumo com a Grã-Cruz de Cristo em 1995, a Grã-Cruz da Liberdade em 2016 e a Grã-Cruz do Mérito e declarado, em 1966, “Justo entre as Nações” pelo *Yad Ashem* e Museu do Holocausto em Jerusalém, continuando ainda a merecer, como reabilitação a nível mundial, as mais variadas celebrações e altas referências, incluindo uma Fundação e Museu com o seu nome e ainda nomes de ruas, praças e monumentos, biografias, teses e publicações e representações várias.

Não carece, pois, nem se justificaria, que aqui evoquemos todos os passos e feitos da sua vida, pelo que referirei apenas os essenciais para enquadrar o sentido de humanismo com que, por expresse imperativo de consciência e contrariando sucessivas ordens dos seus superiores hierárquicos, ele salvou de modo heróico dezenas de milhares (fala-se mesmo em cerca de 30.000) de vidas de judeus e outros perseguidos pelo nazismo.

Nascido em 19 de julho de 1885 em Cabanas de Viriato, Carregal do Sal, no seio de uma família profundamente católica e de formação franciscana, licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra ao mesmo tempo que seu irmão gémeo, César, tendo depois, tal como seu irmão, entrado

na carreira diplomática, onde exerceu as funções de Cônsul em Zanzibar, Brasil, Espanha, Estados Unidos, Bélgica e, a partir de 1938, em Bordéus.

Foi precisamente neste último Consulado Geral que, acorrendo a Bordéus multidões de refugiados das perseguições e campos de concentração nazis, Sousa Mendes, apesar de adoentado, com a ajuda dos filhos e sobrinhos e do Rabino Jacob Kruger, que teria conhecido em Antuérpia e agora reencontrara numa rua em Bordéus, principalmente nos três dias e três noites de 18, 19 e 20 de junho de 1940, aos milhares carimbou passaportes e passou vistos, dizendo em certo momento, no meio do terror e emoção generalizada entre os requisitantes, “a partir de agora, darei vistos a toda gente; já não há nacionalidade, nem raça nem religião”.

Isto é humanismo universalista: tratar a todos com humanidade e sem discriminações.

Alertado de que estaria a contrariar e desobedecer a expressas e repetidas orientações governamentais, respondeu “Se há que desobedecer, prefiro que seja a uma ordem dos homens do que a uma ordem de Deus”.

Isto é a reta consciência a funcionar.

Apesar de lhe terem sido enviadas ordens expressas e funcionários governamentais, incluindo o poderoso Embaixador Teotónio Pereira, para o dissuadir e conter, o corajoso Cônsul, movido por intenso ardor humanitário continuou a passar vistos e carimbar passaportes. E mais: tendo-lhe chegado a informação de que Espanha ia recusar a entrada e passagem destes refugiados, com a sua própria viatura conduziu uma coluna de veículos de refugiados até à fronteira franco-espanhola, conseguindo fazê-los passar.

Isto é a determinação a seguir a consciência.

Perante tudo isto e sob as pressões mais variadas, foi compulsivamente exonerado e mandado regressar ao país.

Aí começou um calvário de castigos e marginalizações que o reduziram à mais profunda pobreza. Tendo morrido sua mulher Angelina, os filhos para sobreviver foram forçados, porventura com auxílio de alguns familiares ou amigos de seu pai, e da “Cozinha Económica Judaica” de Lisboa, a emigrar para os Estados Unidos e Canadá, de modo que, após um largo processo persecutório e punitivo, veio a morrer só e abandonado, como na altura escreveu sua sobrinha, único familiar que o acompanhou na morte:

“Lisboa, 3 de Abril de 1954. Estou no Hospital da Ordem Terceira, na Rua Serpa Pinto. O meu tio, Aristides de Sousa Mendes, acaba de falecer, trombose cerebral agravada por pneumonia. A sua esposa, a minha tia Angelina, morreu em 1948 com uma hemorragia cerebral e ficou vários meses em coma, coitada.

Todos os seus filhos, meus primos, vivem hoje nos Estados Unidos e Canadá, conseguiram escapar a tempo do purgatório... Sou a única familiar presente. O meu tio era um homem bom sempre a pensar nos outros. É por isso que morreu pobre e desonrado”.

Sabe-se que foi sepultado com hábito franciscano, provavelmente escapulário e cordão da Ordem Terceira de S. Francisco, da qual era membro, tal como seu irmão gémeo, embaixador César Sousa Mendes, que foi mesmo Ministro desta Ordem Terceira então ainda existente em Cabanas.

Este verdadeiro herói, português, cristão e franciscano, “*Justo entre as Nações*”, que em determinado momento dissera “Como pode a minha consciência estar tranquila quando penso que tantas pessoas estão a sofrer e a morrer?”, em várias peças dos processos disciplinares, com que Salazar e o regime o perseguiram, sempre se defendeu com o argumento de que agira por “dever de consciência de cristão e bom português”.

E, claro, acrescento eu, também de bom irmão terceiro franciscano, que ele era, cuja Regra, ao seu Capítulo II, nº 5, determina que os Irmãos “Estejam sempre presentes com o testemunho da sua vida humana e também com iniciativas corajosas, quer individuais quer comunitárias, na promoção da justiça, principalmente no âmbito da vida pública, comprometendo-se com opções concretas e coerentes com a sua fé”, designadamente, obedecendo sempre aos seus superiores “a não ser que as suas ordens sejam contra a nossa alma e a nossa Regra”, norma fundamental do franciscanismo deixada pelo próprio S. Francisco no texto da sua Regra dos Frades Menores. Um franciscano deve obedecer sempre, exceto por razões de consciência.

Assim, por exemplo, no processo disciplinar, arquivado no Arquivo Histórico-Diplomático do MNE, Sousa Mendes disse: “a minha atitude inspirada única e exclusivamente nos sentimentos de altruísmo e de generosidade de que os portugueses, através dos seus oito séculos de história, soubemos tantas vezes dar provas eloquentes e que tanto ilustram os nossos feitos históricos”.

Isto é aquele “Humanismo Universalista dos Portugueses” que Jaime Cortesão escolheu como título da sua bem conhecida obra.

Em razão desse seu comportamento humanitário bem merece ser - e de facto já é - reconhecido como símbolo e modelo de humanismo, dever máximo da consciência universal, que o Dia Mundial, a partir de agora, celebra a 5 de abril ou na semana envolvente.

Evoquemos agora, ainda que ligeiramente, Souza Dantas:

De entre outros heróis que, por dever de consciência e não raro desobedecendo a explícitas ordens superiores, salvaram milhares de judeus e outros perseguidos pelo nazismo, destaca-se o eminente Embaixador brasileiro Luís de Souza Dantas, que, mais recentemente do que Aristides, foi também ele resgatado do olvido imposto pelos poderes políticos no seu jogo de interesses e artes da diplomacia.

No seguimento da aprofundada investigação de Fábio Koifman, nosso Académico Correspondente já eleito ainda não empossado, autor do grosso volume “*Quixote nas Trevas – O embaixador Dantas e os refugiados do nazismo*” e de “*Two Diplomats and People in Need*” (Souza Dantas e Raoul Wallenberg) bem como do direto envolvimento (após contato pessoal de João Crisóstomo em Nova York) do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, Souza Dantas, em 10 de dezembro de 2003 foi, tal como Sousa Mendes, reabilitado no Brasil e consagrado pelo Yashem “*Justo entre as Nações*” com lugar próprio no Jardim do Holocausto em Jerusalém e passou a integrar a galeria dos “Heróis da Consciência” no mundo da lusofonia.

A própria Comissão que, a partir dos Estados Unidos, promovia o Dia lusófono da Consciência (17 de junho) passou, a partir de 2004, a associá-lo a Aristides de Sousa Mendes nas respetivas celebrações com a constatação da impressionante coincidência de circunstâncias, que João Crisóstomo,

emérito aristidesólogo e, de certo modo, pai do Dia lusófono da Consciência, descreve assim, a páginas 25 do seu *“O Papel das Comunidades Luso-Americanas no Reconhecimento de Aristides de Sousa Mendes”*:

“É impressionante o quanto estes dois humanistas têm em comum: Os dois têm como língua materna a língua portuguesa. Ambos seguiram a vida diplomática e ambos se encontraram em França, quase vizinhos, no desencadear da WWII. Ambos tomaram a decisão de desobedecer aos mandatos errados dos seus governos para seguir a voz das suas consciências, salvando indivíduos perseguidos pelo terror nazi. E ambos, aparentemente mesmo sem se conhecerem, vão declarar mais tarde durante os processos disciplinares de que vão ser vítimas, ter sido o dever de “seguir a sua consciência de cristãos”, a razão do seu proceder. E como que para selar todas estas “irmandades” os dois vêm a morrer no mesmo mês e no mesmo ano, a escassos dias um do outro: Aristides de Sousa Mendes morreu a 3 de abril e Luís Martins de Souza Dantas duas semanas depois, a 16 de abril de 1954”.

De Souza Dantas e da sua vida e obra ímpar em favor da liberdade de consciência e do mais profundo humanismo universalista certamente nos falará Fábio Koifman na sua comunicação de posse nesta sua e nossa Academia, pelo que aqui e agora me limito a transcrever duas das múltiplas frases lapidares com que, em processos disciplinares por causa delas, Dantas justificou as suas corajosas opções.

Assim, em telegramas oficiais ao seu Ministro Aranha, referindo-se ao “internamento em campos de concentração comparáveis ao inferno de Dante”, Souza Dantas evoca a “generosidade da alma brasileira” como justificação para “continuar a passar visas livres de encargos para sair de França” (onde eram horripelmente perseguidos), e ainda: “Eu fiz o que faria o mais frio de coração, com a nobreza de alma dos Brasileiros, movido pelos mais elementares sentimentos de piedade Cristã”.

Esta “alma dos brasileiros” é, na verdade, aquela “alma”, “alma portuguesa repartida pelo mundo” de que nos falava Camões e que, muito para além dos interesses políticos e económicos, é hoje partilhada na troca de princípios e valores comuns entre os vários intervenientes do grande e permanente “encontro de povos, culturas e crenças diferentes”, a que, em razão do muito que têm de comum, chamamos *lusofonia*.

Como escreveu o nosso já clássico Eduardo Lourenço no seu precioso texto *“Repensar a Lusofonia”* incluído no vol. IV das suas Obras Completas, embora “talvez a muitos apareça inviável”, “este sonho universalista”, “esse continente imaterial que é a lusofonia” (*Nau de Ícaro*, 174) é possível, mas “só o aprenderemos a fundo no convívio, no contato e, quanto possível, na comunhão daqueles (povos e gentes) que quisemos ensinar e que, por sua vez, nos ensinaram e nos recriaram. É uma *empresa futurante* esta, endereçada à redefinição de nós mesmos no horizonte do mundo lusófono, que nos compreende e nos ultrapassa, e não na revisitação nostálgica de um passado de muitas cicatrizes”. Empresa, diz ele, que “apetecia tutelar pela mais lusófona das vozes, a voz imensa, acusadora e ecuménica de António Vieira”.

Eis porque escolhi por tema desta minha intervenção de caráter institucional a convicção pessoal de que o lusófono humanismo universalista, gerado na fé e marcado de franciscanismo, do qual Aristides e Dantas são testemunho repleto de atualidade.

Sim. Homens como estes precisam-se. Hoje mais que nunca.

Os valores, princípios e causas, que regeram as suas corajosas opções não podem perder-se.

A cultura do humanismo, da solidariedade sem barreiras nem fronteiras e a fidelidade à consciência têm de se recuperar, corrigindo a hoje dominante desvairada globalização de interesses e individualismos opostos aos valores da consciência e do universalismo humanista.

Por isso, me congratulo com a feliz decisão de, a partir do próximo ano, passarmos a celebrar o nosso Dia da Consciência na mesma data, objetivos e contexto do Dia Mundial proclamado pelas Nações Unidas, assim evitando duplicações e separatismos, mas permitindo-nos “lusofonizar” (desculpem o atrevimento do neologismo) a celebração do único e universal “Dia da Consciência” com acento tónico nos valores ancestrais identitários da nossa cultura humanista e na evocação dos nossos “heróis da consciência”.

De facto, a própria Resolução 73/329 da Assembleia Geral das Nações Unidas, que o criou, estabelece que a celebração e objetivos do Dia se realizem, (cito) “de acordo com a cultura e com outras circunstâncias ou costumes adequados às suas comunidades locais, nacionais e regionais, sobretudo por meio de uma educação de qualidade e de atividades de sensibilização do público”.

É essa intenção que cada vez mais justifica que Portugal, o Brasil e demais Países-Irmãos da CPLP fomentem esta “educação de qualidade” a partir das escolas e outros espaços de educação de modo que, evocando esses heróis e revitalizando a sua comum cultura identitária de humanismo universalista, façam que aquela partilhada cultura, que da camoniana “*saudade para além dos mares*” fez a “*sodade, sodade dess’ nha terra San Niclau*” cantada por Cesária Évora, seja agora por eles assumida como vigoroso e comum instrumento de Paz.

Do mesmo modo, sendo a nossa Academia, “instituição de índole cultural”, cuja finalidade fundacional e estatutária é (cito) salvaguardar e promover “as tradições e padrões culturais portugueses no estrangeiro e a identificação e estudo das comunidades filiadas na cultura portuguesa radicadas fora de Portugal” é natural e altamente desejável que assuma o “Dia lusófono da Consciência” como lógico e envolvente instrumento de portugalidade em lusofonia e, portanto, do humanismo universalista como padrão identitário da cultura lusófona.

Por isso, e a terminar, permitam-me, Senhora Presidente e caros Confrades Académicos, a ousadia de sugerir (que não me sinto com autoridade para propor) que o próximo dia 3 de abril de 2025 seja aqui celebrado como “Dia da Consciência” com convite para vir tomar posse e apresentar a sua inerente comunicação o nosso Académico Correspondente brasileiro Fávio Koifman. É mera sugestão, claro. Mas oxalá seja compreendida e aceite. OBRIGADO.

Bem hajam todos pela vossa presença e paciência.

Viva o Brasil de Souza Dantas.

Viva Portugal de Sousa Mendes.

Vivam a Lusofonia e a nossa Academia.

SOBRE A FRONTEIRA MARÍTIMA DE PORTUGAL¹

Maria Regina de Mongiardim

*Presidente do Conselho Académico da Academia
Internacional da Cultura Portuguesa*

*Doutora em Relações Internacionais
Diplomata (Ref.)*

INTRODUÇÃO

Portugal, ou a nação portuguesa, só pode ser compreendido pelo (e através do) Mar. Pensar o mar - essa enorme massa de água que quase nos cerca - conduz-nos aos primórdios da nacionalidade, à concretização da independência de Portugal, à definição do território nacional, à edificação do Estado, à construção da Nação, à sua afirmação internacional e à sobrevivência do Estado-nação, passados que foram 9 séculos sobre o seu nascimento.

É no mar que se funda a nossa independência, a legitimidade soberana de Portugal e o seu reconhecimento internacional, como país livre e independente, necessário aos equilíbrios políticos da Península Ibérica, da Europa e da região transatlântica; necessário, também, à segurança da navegação e do comércio marítimo, e à difusão, preservação e defesa dos valores da civilização ocidental.

É pelo mar que se concretiza a expansão transcontinental de Portugal, e que se alicerça a sua influência cultural, religiosa, linguística, social, económica e política em redor do mundo.

É, também, no mar onde dispomos de um dos principais sustentáculos da defesa e segurança do país, e da segurança e defesa dos nossos aliados.

E é no mar, por fim, onde podemos descortinar uma miríade de oportunidades em múltiplos setores, que vão da economia à política, da ciência à tecnologia, da medicina ao desporto, e ao lazer.

Portugal nasceu em terra - terra pequena, pouco produtiva e pobre, mas cobiçada -, e concebeu-se no mar, com que se identificou e a que cedo se coligou e adaptou, para impedir os avanços mouros; completar, dar coerência e homogeneizar o território; criar um imaginário coletivo; desenvolver o seu comércio; recrutar auxílio externo; e para se opor a Castela, à época, a potência continental dominante.

¹ Este texto tem por base uma comunicação proferida na Academia de Marinha, na abertura do Novo Ano Académico, em 14 de janeiro de 2025.

O mar e o seu “braço armado” - a Marinha portuguesa - acompanharam, desde sempre, a formação de Portugal.

Primeiro, como Condado, quando se separou da Galiza; seguidamente, como Reino, quando foi reconhecido pelo Papa.

Depois, como Estado, quando se apropriou do território e se dotou de um poder político hierárquico centralizado, de regras jurídico-administrativas, e de fronteiras fixas, lineares, facilmente identificáveis (rede de castelos, na raia, e de cidades, no Sul).

Mais tarde, como Nação, quando conseguiu reunir a população, dispersa e diversa, sob os mesmos atributos de governação; quando lhe deu uma só língua e os mesmos costumes; quando lhe incutiu sentimentos de pertença; e quando a impeliu a virar costas à vizinhança castelhana e a direcionar-se para o mar, para seu sustento, defesa do país e descoberta de novos mundos, novas culturas e novas etnias.

Ao início, sem grandes conceptualizações sobre o “espaço territorial”, Portugal adotou as principais linhas de água como limites territoriais, face a Leão e Castela, e olhou o mar, que tomou como seu, enquanto provedor de alimentos (pesca), de riquezas (naufraques junto à costa) e de auxílio externo contra os seus inimigos (árabes e castelhanos).

Todos os processos de demarcação e de diferenciação do reino de Portugal, feitos a partir do seu centro político, entroncaram numa demanda identitária e sua consequente afirmação, a níveis interno e externo.

DA FRONTEIRA MARÍTIMA, DESDE A FUNDAÇÃO DE PORTUGAL AOS NOSSOS DIAS

a) – A formação de Portugal: ambivalência entre terra e mar

A fundação do Condado Portucalense entronca numa tradição dinástica empoderada, vinculada, por delegação de funções, ao reino asturo-leonês. Consumada a separação territorial, o seu reconhecimento como reino independente foi feito pelo Tratado de Zamora, de 1143.

À época, o Condado Portucalense ocupava um pequeno território de contornos imprecisos e descontínuos, composto por pequenas paróquias e pequenos núcleos urbanos de poder encastelado, que comungavam na fé católica e na vontade política de um homem, empenhado em lhes dar autonomia, frente a um poder excêntrico e longínquo, e em homogeneizar e estabilizar um novo poder político territorial. Coube essa missão a D. Afonso Henriques, herdeiro de abastados terratenentes galegos e membro de uma dinastia regional cujo poder político era reconhecido e respeitado.

Nos primórdios da construção do reino, o exercício do poder político assentava, fundamentalmente, nas relações pessoais com os senhores da terra e num municipalismo disperso, sem limites definidos, reconhecidos e perenes. Resultou daí a ocupação ou a apropriação de lugares estratégicos, fixamente estabelecidos - os castelos -, em torno dos quais se produziria o povoamento.

Tratava-se de um modelo político de poder “nuclear”, assente na propriedade rural, nos castelos, num povoamento “encastelado” e nas dioceses, que funcionavam como unidades políticas

individuais. Com o andar dos tempos, este modelo de parcelamento territorial e político foi substituído pelo modelo de poder territorial contíguo e linear, graças à captura e progressiva centralização do poder político, bem como à recuperação do direito romano, que estaria na base do estabelecimento de fronteiras, da centralização do poder e da instituição do Estado.

A construção do território nacional assentou, originalmente, na coexistência e sobreposição de poderes “nucleares” e “territoriais” distintos (propriedade rural, municípios, dioceses e reino). Posteriormente, por imperativos de autonomia e segurança, frente ao espaço envolvente, aberto e desconhecido, impor-se-ia uma conceção da fronteira linear, cuja função era a delimitação clara, definitiva e jurisdicional do espaço público territorial, sustentáculo do poder político centralizado do rei.

Na confrontação com os poderes de Leão e Castela, o modelo da fronteira linear fixa permitia delimitar, com clareza, o território “rugoso” do reino de Portugal, em contraste e oposição ao território amplo e “desafogado” dos reinos continentais vizinhos. No início da ocupação portuguesa do Alentejo, na ausência de referências geográficas fixas, facilmente reconhecíveis, pontificou uma perspetiva “zonal”, mais fluída e flexível (não tanto no Algarve, onde as cidades constituíam centros de exercício e de irradiação do poder), entretanto rapidamente substituída pela fronteira linear, único garante da estabilidade e defesa do reino. Para tanto, contribuiu o regime territorial, social e tributário do Al-Andaluz, por sua vez, alicerçado no modelo perimetral das taifas, que inspirou o processo de definição e conceptualização das fronteiras nacionais.

Herança da ocupação romana, a definição do território do Condado Portucalense foi essencialmente geográfica.

As suas primeiras fronteiras foram estabelecidas no perímetro geográfico dos elementos líquidos mais relevantes da região noroeste da Península Ibérica.

Na sequência da sua separação da Galiza, em 1139, o rio Minho foi a fronteira inicial, que condensava todo o peso político, militar e económico, assumido por essa nova entidade política peninsular. Esta fronteira, conjuntamente com o rio Douro, a Sul, e com o Oceano Atlântico, a Oeste, traçava os limites originais do reino de Portugal.

Cada uma destas três fronteiras naturais tinha um significado específico e, em articulação, serviam para normalizar, homogeneizar e reforçar o poder político estabelecido, e para defender o jovem reino da pressão exercida, quer pelas forças leonesas e castelhanas, quer pela resistência árabe-muçulmana. A fronteira líquida do Norte garantia a autonomia e a independência do reino frente a Leão e Castela, sem pôr em causa a estreita relação sociocultural entre portugueses e galegos; a fronteira Sul, estabelecida no rio Douro, tinha o duplo significado de servir de tampão ao avanço dos reis mouros, e de proporcionar o avanço da Reconquista e o aumento do território do país; e a fronteira Oeste, o Atlântico, sustentava as populações ribeirinhas, facultava as relações com outros povos, para comerciar e desbravar terrenos desconhecidos, e alargava o horizonte político-estratégico dos monarcas portugueses. Esta fronteira natural do mar aberto, de nítidos contornos, merecia ainda pouca atenção, já que os objetivos primordiais do jovem poder político português se situavam em terra, e seria em terra que eles se iriam desenvolver, primeiramente.

Numa sociedade predominantemente agrícola, o aproveitamento do mar era limitado, se bem que não fossem desconhecidas ou desperdiçadas as suas capacidades, nomeadamente, em termos defensivos. A primeira batalha naval contra os mouros deu-se no reinado de D. Afonso Henriques, em 1180, ao largo do Cabo de Espichel. Também durante o cerco de Lisboa, em 1147, D. Afonso Henriques pôde dispor do auxílio dos Cruzados, por mar, para conquistar, aos mouros, a “pérola do Tejo”. Há ainda relatos históricos que dizem que D. Afonso III já tinha constituído uma esquadra ancorada em Lisboa, cabendo embora a D. Dinis conferir-lhe o estatuto de instituição militar ao serviço do reino, nomeando Nuno Fernandes Cogominho, como almirante da marinha real. À sua morte, sucedeu-lhe, por contrato, o genovês Manuel Pessanha, em 1 de fevereiro de 1317, portador dos conhecimentos da prestigiada escola marítima genovesa. Com ele vieram para Portugal mais 20 navegadores genoveses.

D. Afonso Henriques pertencia a uma linhagem familiar francesa, mas não descurou as suas ligações a Inglaterra, o que lhe permitiu angariar auxílios externos à sua governação. Essas influências, presentes também na sua educação, conferiram à sua personalidade e ao seu exercício de poder características de maritimidade.

O poder político português, enclausurado entre a barreira inexpugnável do Atlântico, o limite geopolítico do rio Minho e uma extrema leste, mal demarcada, insegura, cobiçada e militarizada, só cruzando o rio Douro, em direção a Sul, podia perspetivar o avanço da Reconquista e o aumento do território do reino. Por isso, o rio Douro, de fronteira geográfica, fixa, havia de se converter numa fronteira ofensiva, em movimento, legitimada por Roma e pelas concessões políticas e religiosas da Reconquista.

Para o Pontífice, o reconhecimento do novo reino peninsular católico, pela Bula *Manifestis Probatum*, de 1179, significava a legitimação de um novo poder territorial dinástico na Península Ibérica, que contribuiria, tanto para o reforço da fé católica, do movimento da Reconquista e do poder universal da Igreja, como para o equilíbrio político peninsular.

Nesses tempos, o mar ainda não tinha a importância geopolítica e geoestratégica que haveria de ter mais tarde. A sua importância era assessória e complementar, porque o esforço principal se situava em terra, no seu interior e na dupla direção Sul-Este.

b) – A emergência do significado da fronteira marítima

Nascido da Reconquista, Portugal encarou à partida o mar como uma fronteira natural, um “dado adquirido” da sua geografia, que, por ser rota de passagem dos Cruzados, granjeou o duplo significado de fronteira da cristandade e de defesa contra os infiéis.

É sabido que os Cruzados, vindos da Europa do Norte (Inglaterra, Flandres e França), em direção à Terra Santa, faziam parte desse trajeto por mar, dando-lhe essa condição de fronteira marítima da cristandade. Porém, a sua participação na tomada de Lisboa, com 200 galeras, em auxílio de D. Afonso Henriques, ao assinalar a importância do mar na construção de Portugal, conferiu-lhe a condição de fronteira de defesa da orla marítima portuguesa.

O vasto Oceano Atlântico, que, a Ocidente, delimita o território nacional de Norte a Sul e a Sudeste, foi, desde os primórdios da nacionalidade, uma “barreira limite” bem definida,

progressivamente encarada como a única fronteira do reino português não negociada e perene, que a natureza, a geografia e a crescente centralidade política, punham ao seu serviço as condições para se afirmar na Península Ibérica e na Europa, e perante Roma e o mundo árabe-muçulmano.

Não obstante a falta de mapas e uma informação limitada da geografia do reino, no Portugal de duzentos, o mar começava a adquirir dimensão geopolítica, geoeconómica e geoestratégica, funcionando como uma frente ativa no seu desenvolvimento económico e comercial, e como retaguarda das decisões político-diplomáticas dos monarcas portugueses. O mar significava já um fator preponderante da sua defesa, que compensava a vulnerabilidade da sua fronteira terrestre.

Estas circunstâncias podem intuir-se, facilmente, nos circuitos comerciais marítimos entre Portugal, o Norte da Europa e o Mediterrâneo, nas ligações familiares cruzadas das monarquias peninsulares com outras casas reinantes europeias, e nas batalhas marítimas ocorridas junto à costa portuguesa, contra muçulmanos, corsários e saqueadores.

Tanto o comércio com o Norte da Europa, como as ligações familiares com essas monarquias, como ainda as garantias de segurança para a liberdade de navegação junto às costas portuguesas, foram fatores relevantes na sustentação da independência de Portugal, face aos designios aborcionistas e centralizadores de Castela e Leão.

De costas para Castela, mas frente ao mar aberto, Portugal conseguiu dotar-se dos instrumentos políticos necessários à criação e desenvolvimento de um imaginário próprio, que lhe permitiu definir-se internamente e afirmar-se externamente, e que deu ao país e ao seu corpo dinástico, um estatuto de perenidade.

A fronteira marítima, de que os monarcas portugueses cedo se apropriaram, gozava de condições físicas de perenidade, facilmente identificáveis, e de um estatuto político, estratégico, jurídico, religioso e espiritual, que encerrava todo um imaginário e uma conceptualização, porventura ainda não estruturada, da nacionalidade portuguesa e do Estado.

Envolvidos no movimento religioso, militar e político da Reconquista, mas em oposição à supremacia dos reinos continentais castelhano-leoneses vizinhos, os monarcas portugueses da I Dinastia empenharam-se em aumentar e defender o território de Portugal, do rio Minho ao Algarve, expulsando a presença moçárabe, em direção a sul, confrontando a pressão aborcionista de Castela e Leão, a leste, e definindo, homogeneizando e estabilizando o espaço territorial sob seu domínio, a partir de fronteiras geográficas, todas elas líquidas, em que só o Atlântico era mais dificilmente dominado ou franqueável.

Sobretudo em contexto de confrontação militar, era imperativo do monarca português estabelecer limites territoriais, destinados a defender o território nacional, e a definir, estabilizar e homogeneizar o espaço territorial em que era exercido o seu poder político. Essas demarcações territoriais, idealmente perduráveis no tempo, funcionavam como barreiras defensivas, se bem que o seu traçado, apoiado na geografia ou no direito de conquista, tivesse que ser juridicamente reconhecido pelas partes.

Assumido o prolongamento do território do reino para sul, com duas fronteiras físicas naturais - o rio Minho, a norte, e o Atlântico, a oeste e sudeste -, importava estabelecer uma

fronteira terrestre linear e fixa, a leste, com um traçado facilmente identificável, que satisfizesse as seguintes condições:

- 1º - contribuísse para a construção do mapa mental da geografia do reino e para o estabelecimento da hierarquia do poder político que o governava;
- 2º - acautelasse a segurança das zonas de poder geograficamente mais frágeis e difusas;
- 3º - e constituísse uma barreira às investidas de Castela.

A definição do território nacional e a estabilização do assentamento do poder político nesse espaço territorial, delimitado por essas três fronteiras, de diferentes características e assentamento, eram condição *sine qua non* para o desenvolvimento das capacidades políticas, militares, económicas, culturais e demográficas do reino. Por outro lado, o cabal aproveitamento da fronteira marítima e suas potencialidades, só poderia concretizar-se, a partir do momento em que a fronteira terrestre funcionasse nos seus múltiplos requisitos, e em que se verificasse a total estabilização do território nacional e do seu poder político.

Para os monarcas portugueses da I Dinastia, a questão das fronteiras era incontornável, revestindo a dupla vertente política nacional e internacional. Dependiam delas, não apenas, a configuração territorial do reino, o integral exercício do poder político do rei e a estabilidade da sua governação, mas, sobretudo, a própria existência e viabilidade do país, como entidade política independente e soberana.

Por óbvio circunstancialismo, os ideais de independência do reino tiveram como referência física inicial as barreiras geográficas líquidas que limitavam o pequeno território do Condado Portucalense, na sua adjacência aos territórios do poder continental leonês-castelhano e da ocupação moçárabe. Idênticos parâmetros geográficos foram usados na delimitação do prolongamento territorial do reino de Portugal, para sul (Algarve), estabelecida e reconhecida no rio Caia. À exceção da orla marítima atlântica, sem “senhorio” que questionasse a sua propriedade, só o contorno terrestre do reino, traçado com o auxílio da geografia e em diferentes tempos e troços, foi passível de guerras, negociação, reconhecimento e legitimação pelo reino castelhano vizinho.

Para o Portugal medievo, o mar serviu de contraforte geopolítico à fronteira terrestre, mais imprecisa, vulnerável e conflituante, socorrendo como barreira perante investidas dos inimigos externos, fossem eles muçulmanos, castelhanos ou simples saqueadores. Ajudou, também, como porta de acesso a ajudas externas, na defesa do reino contra a pressão de Leão e de Castela. O Oceano Atlântico consistia na mais robusta e perene barreira física, difícil de dominar ou disputar, mas capaz de oferecer muitas oportunidades a quem o enfrentasse.

Dada a contiguidade geográfica e a sua “obrigada familiaridade”, Portugal via o Atlântico, não tanto como uma barreira inexpugnável, mas como uma via de autoafirmação e um espaço de libertação das tensões territoriais.

Poderíamos pensar que os dirigentes políticos dessa época (Idade Média) eram desprovidos de pensamento estratégico.

Não acredito que assim fosse, pois sabe-se que os acontecimentos históricos formaram parte de um processo em *continuum* no tempo, desde os que estiveram na base da fundação

de Portugal, aos que possibilitaram o aumento do território e permitiram a definição das suas fronteiras, e àqueles que projetaram o país para o exterior.

Os monarcas da I Dinastia idealizaram um país e delinearão uma estratégia para o conseguir. Essa estratégia, porventura, ainda não estaria sistematizada, mas, tanto os seus objetivos, quanto as suas ações, foram transmitidos de pais para filhos, de geração em geração, de forma a darem continuidade aos seus projetos políticos e assim atingirem os objetivos traçados.

Pode assim dizer-se que estes monarcas (uns mais do que outros) tinham um ideal de país, e que todos lutaram por esse ideal: a independência do reino frente às *Hespanhas*, a sua autonomia com relação à Igreja de Roma (nacionalização das Ordens Militares e redução das propriedades da Igreja, a favor do tesouro real, que haveria de sustentar a expansão marítima), a sua identidade cultural diferenciada (imposição do português na administração pública do reino), a coesão nacional (conseguida por via da uniformidade religiosa, da criação da moeda, do recrutamento militar e da participação popular nos destinos do país, mediante a instituição dos “homens livres” e das Cortes), e a viabilidade do reino, graças ao desenvolvimento comercial e económico, e à sua afirmação internacional.

As decisões destes monarcas não foram casuísticas. Pelo contrário, elas convergiram na concretização desse ideal de país, conferindo-lhe perpetuidade e uma representação física do espaço territorial ocupado, facilmente identificável, através das suas fronteiras marítima e terrestre. Melhor definida a primeira, do que a segunda.

Portugal foi, efetivamente, o primeiro país do mundo com um território bem delimitado por fronteiras fixas, reconhecidas, com um poder político estabilizado e autónomo, e com uma população identificável e coesa.

Um marco importante desta evolução histórica, situá-lo-emos nos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis, quando Portugal completou o desenho das suas fronteiras marítima e terrestre, e lançou os alicerces para a formação da Nação e para a construção do Estado.

Com D. Afonso III, o reino de Portugal estendeu-se às terras do Algarve, cuja posse foi legitimada pelo Tratado de Badajoz, celebrado com o reino de Castela e Leão, em 1267. A posse efetiva do Algarve prolongou a fronteira marítima de Portugal, completou e deu coerência ao território nacional, conferiu consistência à sua estratégia de defesa, e permitiu a inserção do país nas rotas marítimas que ligavam o Atlântico ao Mediterrâneo. Com D. Dinis, a definição do território nacional ficou definitivamente concluída, com o remate da fronteira terrestre feito pelo Tratado de Alcanizes, celebrado com Castela e Leão, em 1297.

Aliada a um prolongado período de paz, esta delimitação definitiva do território do reino permitiu a criação de instrumentos políticos, económicos, culturais, jurídicos, administrativos e militares, sobre os quais seriam edificados o Estado e a nação.

Sem aparentes intenções de conquista territorial na Península, D. Dinis privilegiou a segurança e defesa na fronteira terrestre; a centralização do seu poder, mediante a reunião de todos os elementos territoriais, populacionais e administrativos; e o aproveitamento da fronteira marítima, colocando Portugal no epicentro dos interesses económicos e comerciais dos reinos do Norte da Europa, inserindo-o nas rotas atlântica e mediterrânica, e na competição

dos mercados. Com a instituição da marinha, a construção de portos e a capacitação das cidades da orla atlântica do reino, com Lisboa erigida como capital do reino, D. Dinis deu maior consistência à fronteira marítima, reforçando a fronteira terrestre, e abriu portas à expansão marítima dos portugueses. A partir de então, o controlo do mar ribeirinho e da orla costeira tornou-se uma realidade.

Tal como terá sido concebida, a representação geográfica do território nacional, em forma de retângulo, desenvolvia-se de norte para sul, paralela à faixa atlântica, em oposição à massa continental dos territórios castelhanos.

Este território retangular, “rugoso”, delimitado jurídica e politicamente pela geografia terrestre, e melhor definido pela sua orla marítima, tem maior comprimento do que profundidade, pelo que a faixa atlântica acabaria por se impor como o maior, mais preciso e mais estável fator de representação do território nacional.

O mar que banha as nossas costas foi, desde sempre e em simultâneo, o maior desafio e a maior defesa de Portugal.

Esse vasto horizonte líquido, sem “senhorios” e de potencialidades quase ilimitadas, tornar-se-ia, ao longo da História, o “destino manifesto” dos governantes e da população portugueses, com influência na política, na cultura, na identidade, na economia, na defesa, na segurança e nas relações internacionais.

À medida que o reino de Portugal se ia consolidando territorial e politicamente, tanto no plano da Reconquista, como no quadro peninsular contra Castela, através do estabelecimento e fixação da fronteira terrestre, como a nível interno, a fronteira marítima adquiria novos e mais amplos significados: de fronteira religiosa e de defesa, passaria a significar, também, fronteira de afirmação identitária, fronteira de segurança e defesa, fronteira comercial e económica, fronteira de difusão da fé católica, e fronteira política de expansão universal e de projeção de poder.

Internamente, a fronteira marítima, além de prover às necessidades da alimentação e do comércio, exercia atração sobre quase todos os estratos da população, dos mais humildes (pescadores e artífices) aos mais poderosos, com senhores e burgueses a disputarem os proventos vindos do mar. Data de 1220 ou 1223, a primeira legislação do *ius naufragii* sobre os direitos dos tesouros de naufrágios na costa portuguesa, bem reveladora dessa atenção.

A demanda, no Norte da Europa, de produtos agrícolas e de luxo, seria responsável pelo crescimento do comércio marítimo, com nobres e burgueses a competirem nesse comércio.

Externamente, a fronteira marítima tornou Portugal um “país de serviço” das monarquias do Norte da Europa, ao garantir a segurança do comércio marítimo contra o corso e a pilhagem.

O mar sempre desempenhou uma função económica e social, mas, simultaneamente, um fator de atração e agregação das populações, que procuravam na orla marítima parte do seu sustento, e nas suas costas, um bom local para o seu assentamento. É junto ao litoral e na desembocadura dos rios que se concentra o maior volume populacional e o maior número de vilas e cidades.

O mar desempenhou sempre, também, uma via privilegiada de comunicação, relações e trocas com outros povos e outras culturas, e um itinerário de exceção para a guerra e a conquista.

É, por isso, considerado, por países e territórios marítimos, um “espaço natural próprio” de defesa e segurança.

O mar foi igualmente considerado o trajeto preferencial, mais rápido e direto, para o comércio distante e de grande tonelagem, para a deslocação de armadas, com fins guerreiros ou de coação, em direção a países ribeirinhos e adjacentes, para a descoberta de novos povos e novos mundos, e para a exploração e comércio de novos produtos requeridos pela própria evolução das sociedades.

c) - Na expansão de Portugal

Quando Portugal garantiu e consolidou a sua independência relativamente a Castela e estabilizou o seu território e o seu poder político, virou-se para o exterior. Primeiro, no rescaldo de uma Reconquista tardia, para Granada, e séculos mais tarde, com D. Sebastião, para o Norte de África, o que se revelaria fatal. Seguidamente, para o mar aberto que tinha pela frente, o “mar sem fim”, que Fernando Pessoa disse ser português.

Como bom estratega, D. Dinis providenciou essa viragem para o mar, com a criação da Marinha, a nomeação do 1º almirante, o genovês Manuel Pessanha, e a plantação do Pinhal de Leiria. Este Pinhal não servia apenas para sustentar as areias que danificavam as culturas; ele fornecia a madeira necessária à construção dos navios que haviam de sulcar o Atlântico.

Com a instituição da Marinha – a mais antiga da Europa -, a construção de portos, a capacitação das cidades da orla atlântica do reino, e Lisboa erigida como capital, D. Dinis deu maior consistência à fronteira marítima, reforçando a fronteira terrestre, e abriu portas à expansão marítima dos portugueses. As instâncias do rei junto do Papado, parte dos rendimentos dos bens da Igreja passaram a reverter para o desenvolvimento da Armada portuguesa.

Obtido o controlo do mar ribeirinho e da orla costeira, a incursão de navios portugueses no Norte de África tornou-se uma realidade, dando início às tentativas de Portugal na grande empresa da sua expansão marítima.

A necessidade de desbravar o mar, de descobrir novas rotas para aumentar e facilitar o comércio com os reinos da Europa do Norte, de aceder aos produtos mais requisitados, reduzindo a intervenção de intermediários, e de criar condições de segurança da navegação, estiveram intimamente associados à consolidação do Estado, da marinha, enquanto instituição, e à própria centralização do poder real.

Contrariamente à perceção da fronteira terrestre, mais tardia e abstrata, menos definida e descontínua, o Atlântico permitia uma perceção do espaço mais concreta, contínua, aglutinadora e ampla.

Frente ao mar, os portugueses tinham ante si uma fronteira física, natural e perdurável no tempo, sem interrupções ou escaramuças pela sua propriedade, proporcionando-lhes um imaginário comum, ao contrário da fronteira terrestre, partilhada com o inimigo castelhano, configurada como uma linha intermitente, pontuada a espaços por castelos, fortalezas ou cursos de água, que funcionavam como referências do exercício e organização do poder territorial, só politicamente estabelecido.

Entre estas duas fronteiras paralelas, a marítima e a terrestre, só a primeira representava um elemento físico, real, em que toda a comunidade nacional se revia; pelo contrário, a terrestre, arrastava consigo um rosário de guerras, traições, ameaças e de confrontação com o “outro”, sempre beligerante e hostil. Pela sua imensidão e horizontes desconhecidos, o mar podia provocar medo e respeito, mas os inimigos castelhanos ou mouros, se bem que provocassem medo, não provocavam respeito.

Graças à pequena profundidade do território nacional e às migrações internas, a população portuguesa adquiriu facilmente uma identidade marítima. A miscigenação com pescadores algarvios, mais habituados à faina marítima e a aventurarem-se mar adentro, facilitou a aquisição dessa identidade.

Mar sem dono, que não o rei de Portugal, o Atlântico e o seu fascínio acabaram por atrair os portugueses a abrir novas rotas, para além do Norte de África, em direção a outros mares e continentes longínquos, para aí se estabelecerem, comerciarem, criarem raízes económicas, políticas, culturais e familiares, e darem início àquilo que se considera ter sido o primeiro ensaio da globalização.

O mar não era, propriamente, desconhecido dos portugueses. Avultavam já conhecimentos marítimos e documentação vária sobre o papel da Península Ibérica, enquanto encruzilhada e local de estacionamento das frotas marítimas vindas do Mediterrâneo e do Norte de África, que cruzavam o Estreito de Gibraltar, quer para comerciar, quer para aqui se estabelecerem. Assim aconteceu com Fenícios, Cartagineses, Romanos, e com povos muçulmanos, árabes e mouros.

Se bem que ainda rudimentar, o conhecimento do mar e das suas potencialidades, pelos monarcas portugueses, foi adquirido sucessivamente por via dos contactos com os reinos mediterrâneos, mais avançados em matéria de navegação.

Graças ao prestígio dos seus comerciantes e navegadores, e à intuição estratégica do Infante D. Henrique, Génova tornou-se centro de recrutamento de navegadores experimentados e epicentro da aquisição de conhecimentos marítimos teóricos e práticos, pela Escola de Sagres, o que constituiu um ponto de viragem na estratégia marítima dos reis portugueses.

A dinâmica comercial europeia, as consequentes necessidades de ouro e de produtos de luxo para comerciar no Norte da Europa, e as crescentes dificuldades do trânsito comercial na “Rota da Seda” e no Mediterrâneo, devido à expansão árabe-muçulmana, empurraram, definitivamente, Portugal para o mar.

A expansão marítima de Portugal, na II Dinastia, conheceu o seu máximo expoente nos reinados de D. João I, de D. Duarte, do príncipe regente, D. Pedro (D. Afonso V, ainda menor), de D. João II e de D. Manuel I.

Pela sua estratégia marítima, de pendor universal, D. João II inaugurou a chamada “*era gâmica*”, tal como foi apelidada pelo historiador britânico Arnold Toynbee. Confrontada com a ambição dos Reis Católicos, esta estratégia culminaria na divisão do mundo em dois hemisférios repartidos entre Portugal e Espanha.

Seguiu-se-lhe D. Manuel I, que, graças ao seu engenho político e arte administrativa, ergueu o primeiro Império do Comércio Mundial. D. Manuel intitulava-se “Senhor do Comércio, da Conquista e da Navegação da Arábia, Pérsia e Índia”.

D. João III deu continuidade a esse projeto com o Império Português das Índias.

A partir de então, as políticas imperiais portuguesas sobre os novos espaços marítimos e terrestres conquistados, desfizeram-se de mitos e lendas, que povoavam os mares de monstros e de fenômenos inexplicáveis, abrindo caminho para a expansão da fé católica.

A expansão marítima de Portugal teve como substrato espiritual inicial a difusão do catolicismo nos territórios descobertos de África, Índia, Malásia, Timor, Macau, Japão, China e Brasil, dando, assim, maior legitimidade, consistência e amplitude à fronteira marítima religiosa.

Porém, a procura de objetos preciosos para comerciar conferiu-lhe uma natureza materialmente mais consistente, politicamente dominante. A fronteira marítima já não era apenas natural, geográfica e religiosa, era, acima de tudo, comercial e estratégica. Simultaneamente, tornava-se também um fator de identidade da comunidade portuguesa.

Ao ser monopolizada e nacionalizada pela Coroa, a expansão conferiu à fronteira marítima os mesmos atributos do Estado.

Com as rotas oceânicas, a fronteira marítima de Portugal - fronteira líquida em expansão, impulsionada pelo homem - tornou-se uma projeção de poder e de influência geopolítica, ao mesmo tempo que adquiria atributos de exploração, de avanço das técnicas e teorias da navegação, de sinalização (padrões) e apropriação territorial, bem como competências comerciais, económicas, políticas, militares (defensivas e ofensivas), culturais e religiosas.

Tratava-se de uma fronteira marítima de natureza global, que absorveu, extraterritorialmente, todos os atributos da soberania e da nacionalidade portuguesas, a que nenhum outro poder podia fazer-lhes frente, mas que influenciava as condições de segurança e defesa de outras nações, especialmente as ribeirinhas.

Os Descobrimentos produziram uma percepção espaço-temporal global, baseada numa fronteira natural de alcance ilimitado, que permitiu a Portugal, com o apoio da Cúria Romana, arregar-se no poder monopolista do *mare clausum* e do *mare nostrum* (1443 e 1446).

Este poder só seria condicionado pelos Tratados de Alcáçovas-Toledo (1479) e de Tordesilhas (1494), com o reino de Espanha, que não impediam, no entanto, os intercâmbios, por via marítima, de produtos materiais e de fatores culturais nacionais e alienígenas, ou os benefícios do poder político e militar extraterritorial português, extensivo a áreas de influência em quase metade do universo.

Com a fronteira marítima em movimento e expansão - uma empresa financiada e planeada pela Coroa, por conseguinte, de âmbito exclusivamente estatal -, os espaços de soberania portuguesa alargaram-se e adquiriram traços multiculturais e multiétnicos, que se agregavam aos fatores político-estratégicos já incorporados na mente dos governantes.

De natureza geográfica, que definia, com precisão, grande parte do perfil do território nacional, o mar tornou-se referência de uma especificidade lusa, património cultural da população portuguesa e fator da sua identidade. Uma identidade forjada no medo, no mito, na lenda, na necessidade e nas experiências mais ou menos felizes, mais ou menos trágicas do povo português, “recriadas” em cada período da história de Portugal, com sentido político próprio específico, consoante as circunstâncias.

Esta faceta cultural do mar, ou, mais precisamente, da fronteira marítima portuguesa, tem-se refletido em múltiplas e diferentes manifestações.

Desde os primórdios da nacionalidade, o mar tem sido motivo de inspiração artística.

Na literatura, por exemplo, encontramos belas obras de trovadores, poetas e prosadores, que glosaram o mar, o seu misticismo, a sua beleza, o seu fascínio, a sua generosidade, mas, também, os seus perigos e a sua impiedade. Íntimo dos portugueses, o mar costeiro provocava sentimentos contraditórios e ambivalentes: a origem de tudo, a fecundidade e a vida, mas, também, a distância, o desastre e a morte.

Com os Descobrimentos, essa ambivalência tornou-se realidade quotidiana, fruto de uma vivência coletiva. O mar que transportava os homens para novos mundos e terras desconhecidas, era também aquele que separava famílias e amigos. O mar que trazia especiarias, tecidos, pedras e metais preciosos, era também aquele que provocava naufrágios, o desespero e a morte.

Luís de Camões, com a sua epopeia *Os Lusíadas*, e, séculos mais tarde, Fernando Pessoa, com a *Mensagem*, o poema “Mar Português” e a “Ode Marítima”, do seu heterónimo Álvaro de Campos, ou Sofia de Mello Breyner, são os expoentes máximos da literatura portuguesa, inspirada nesse fascínio do mar.

Foi o mar que nos pôs em contacto com outras civilizações e outras culturas, com as quais trocámos produtos, experiências e saberes.

Com muitas dessas sociedades – hoje, países independentes - comungamos da mesma circunstância marítima, fator da respetiva identidade, que nos aproxima e que, através da língua portuguesa comum, sinaliza esse utópico “Oceano Moreno”, de que falava o Professor Adriano Moreira.

Foi através do mar que Portugal forjou a sua vocação universalista, profusamente ilustrada na nossa história e também utilizada por vários governantes, até aos nossos dias.

Por tudo isto, intitulamo-nos (a Portugal) “país de marinheiros”.

Porque, é neste mar que nos reconhecemos e nos reconhecem, como comunidade nacional, portadora de uma identidade própria, diferenciada.

É neste mar e nesta fronteira, que residem muitos dos fatores geopolíticos e geoeconómicos, que fazem de Portugal uma média potência, a dever ser tida em conta no delinear de políticas internacionais e decisões das grandes potências.

O Oceano e o Mar são uma verdadeira imagem de marca de Portugal.

Independentemente de outros considerandos, a fronteira marítima portuguesa reveste múltiplos significados, que se foram agregando e adaptando ao longo dos séculos, e um vasto leque de competências e funções, que não se restringem ao exercício da soberania e não se esgotam nas águas territoriais e jurisdicionais portuguesas (ZEE e plataforma continental e marítima), mas convocam países amigos e aliados, e dizem respeito ao ecossistema do mundo em que vivemos: o Antropoceno.

Por todas estas razões, também os desafios e ameaças a que a fronteira marítima de Portugal está exposta são mais elevados, particularmente, num tempo de grandes alterações políticas, geopolíticas, económicas, sociais, científicas e tecnológicas mundiais, tendencialmente pouco pacíficas.

d) - Na perda da independência de Portugal

Voltando atrás na história e aos atributos imperiais da fronteira marítima portuguesa, a perda de independência do país, durante o período filipino (1580-1640), repercutiu-se drasticamente nesses mesmos atributos e na sua universalidade.

A fronteira multio-ceânica, até então dominada por Portugal, tornou-se alvo das potências inimigas de Espanha. A derrota da Invencível Armada, em 1588, constituiu como que o golpe de misericórdia ao poder naval espanhol, arrastando na sua derrocada o poder marítimo universal português.

Na perspectiva dos inimigos de Espanha, Portugal deixara de ser um país soberano, tornando-se pertença da coroa espanhola, pelo que os ataques militares de que foi alvo contribuíam para enfraquecer ou derrotar o poder espanhol.

Onde quer que estivesse estabelecida, a fronteira marítima portuguesa foi assimilada à fronteira marítima espanhola, tornando-se objeto da inimizade e dos ataques das grandes potências do Norte de Europa.

e) - Na competição desigual com as grandes potências

No início do séc. XVII, com a emergência de novas potências navais europeias (Holanda, Inglaterra e França), o Atlântico perdeu o estatuto de *mare nostrum*, estabelecido por Portugal e readquiriu o estatuto de *mare liberum*, doravante imposto pela Holanda, abrindo-se de novo à competição comercial, económica, política e naval entre as potências.

À luz desta doutrina, aplicada a todos os mares e a ser seguida por todos os “príncipes e povos livres da Cristandade”, Portugal perdia os direitos de descoberta, ocupação, doação pontifícia, conquista e aquisição por prescrição.

Apesar de todas as limitações, a fronteira marítima de Portugal manteve as características de fronteira comercial, económica e de afirmação política, à escala multio-ceânica, graças aos territórios ultramarinos que ainda detinha, todos eles de condição marítima.

Em todo o caso, a expansão do comércio marítimo das potências do Norte da Europa ditou o declínio da antiga soberania sobre os mares dos velhos e decadentes impérios da Península Ibérica.

Para cúmulo, a Reforma e o Cisma na Igreja, ao provocarem a perda da autoridade universal do Papa, tornaram nulas as bulas sobre os direitos dos portugueses nas terras e mares por eles descobertos.

f) - No declínio do poder político imperial de Portugal

Já depois de recuperada a independência - com o auxílio de Inglaterra -, Portugal viu-se alvo da cobiça britânica, que, através da promulgação do Ato de Navegação, em 1651, também conhecido por “Pacto ou Sistema Colonial”, levou à perda do monopólio do comércio com o Brasil a favor da Inglaterra.

A partir de então, Portugal começou a ser pressionado, também, para pôr fim à escravidão e ao tráfico de escravos, comércio em que se apoiava a produção de riqueza do Brasil.

Era um facto incontornável que Portugal, a nível internacional, deixara de ter capacidade e poder político para conferir à sua fronteira marítima, alargada, as competências outrora exercidas.

Esta espécie de “cerco” ao poder marítimo e ultramarino português tornou-se mais acentuado a partir: i) - da Conferência de Berlim de 1884/85, com a obrigatoriedade da ocupação efetiva dos territórios ultramarinos; ii) - do *Ultimatum* inglês, quando os interesses portugueses no *hin-terland* africano colidiram com os interesses britânicos ; iii) - da I Guerra Mundial, em que Portugal participou para salvaguardar as colónias africanas; iv) - das subseqüentes conversações de paz, em que Portugal não foi chamado a estar presente; v) - do regime de Mandatos, instituído pela Sociedade das Nações; vi) - e do regime de “porta aberta” (livre acesso às matérias primas), estabelecido antes da II Guerra Mundial.

Todos estes acontecimentos históricos, que delinearam um mundo novo, lesaram os interesses de Portugal nos territórios coloniais, afetando, por conseguinte, as condições de estabilidade interna e externa da sua fronteira marítima, as suas competências e o seu significado.

Embora permanecesse uma fronteira multi-ocêânica, a fronteira marítima portuguesa há muito que deixara de significar uma fronteira de expansão, uma fronteira com exclusividade no comércio marítimo internacional, ou uma fronteira cultural, militar e politicamente dominante.

Também os atributos religiosos da fronteira marítima portuguesa haviam perdido protagonismo, se não mesmo influência, a partir do momento em que diferentes ordens religiosas cristãs se estabeleceram nos territórios ultramarinos, ocupando-se da evangelização das comunidades autóctones, e em que o próprio poder político português se laicizou, com a instauração do Absolutismo e do Liberalismo, e durante as duas Repúblicas.

g) - Na sequência da perda dos Impérios

Entre a perda do império do Brasil e dos impérios da Índia e de África, a fronteira multi-ocêânica de Portugal acusou os efeitos da conjuntura política internacional em mudança, da pressão das grandes potências, dos confrontos ideológicos e do acosso dos movimentos de libertação nos territórios coloniais. Politicamente, tornou-se mais frágil e controversa, com relativamente poucos ganhos nos demais domínios.

No rescaldo da II Guerra Mundial e em clima de Guerra Fria, a inclusão de Portugal na Aliança Atlântica e na NATO outorgou à fronteira marítima portuguesa a condição de interesse estratégico ocidental. Independentemente do exercício da soberania portuguesa, a nossa fronteira marítima tornava-se corresponsável pela segurança e defesa do Ocidente, no Atlântico Norte, o que seria reforçado pelo Acordo das Lajes, firmado com os EUA, em 1948.

A integração de Portugal na ONU (1955) conferiu-lhe, por outro lado, uma conceptualização política mais ampla e abrangente, por força da própria natureza e vocação da Organização, das obrigações decorrentes do Direito Internacional Marítimo, do multilateralismo, e também da pressão do liberalismo ocidental.

Numa época em que o crescimento do comércio internacional promovia o agrupamento regional de países, a inclusão de Portugal na EFTA (1960) acentuou o carácter geoeconómico e

geoestratégico da fronteira marítima portuguesa, mas tornou-a mais interdependente no domínio da economia mundial, e do comércio, retirando-lhe autonomia.

As adesões à CEE (1986) e a Schengen (1991), e a evolução da UE introduziram modificações importantes na conceptualização da nossa fronteira marítima, vista doravante como fronteira externa à escala europeia, submetida a regras jurídicas e a políticas supranacionais em múltiplas áreas da governação. Por força da autonomia soberana dos Estados-membros da UE em matéria de política externa e de segurança comum (PESC), a fronteira marítima portuguesa manteve alguma independência, servindo sempre, no entanto, o interesse estratégico europeu e ocidental.

Com acento tónico na cultura e na língua portuguesas, a criação da CPLP (1996) respondeu a objetivos internos e externos. Entre eles, importava fortalecer os vínculos identitários com as antigas colónias (todas elas marítimas), compensar a diluição supranacional europeia da soberania do Estado, restabelecer a ligação do país ao Atlântico Sul (uma estratégia política de duplo significado), e recuperar, por via do *soft power*, a condição multi-ocêânica e a vocação universal dominante da fronteira marítima portuguesa.

Mesmo depois das independências do Brasil e das colónias portuguesas na Índia, em África e no Extremo Oriente, a fronteira marítima de Portugal nunca mais foi reduzida à sua dimensão geográfica inicial.

O projeto de extensão da plataforma continental-marítima de Portugal, em discussão na ONU, a ser aprovado, poderia, num plano idealista, significar uma espécie de retorno à fronteira marítima da época dos Descobrimentos. Tal retorno, porém, só teria expressão étnica, fator que prevalece enquanto elemento identitário da população portuguesa, reforçado pelo acolhimento de comunidades migrantes.

Sem perda do exercício de soberania, a fronteira marítima portuguesa foi-se acomodando às derivas europeia, transatlântica e internacional, por via da pertença do país às várias instituições internacionais, da abertura ao mundo após a implantação da democracia, das relações com outros Estados e do movimento da globalização, adquirindo novas competências e novos significados, e exercendo novas funções, sempre ao abrigo das regras do Direito Internacional, do multilateralismo e de competências partilhadas.

A fronteira marítima de Portugal já não é religiosa, é laica; já não é apenas portuguesa, é portuguesa, europeia e universal; já não é só do homem branco, é miscigenada; já não é culturalmente latina ou portuguesa, é multicultural; já não está só sob a alçada dos poderes político, militar e naval, obedece também à jurisprudência, respeita a responsabilidade partilhada e exerce a cooperação; já não tem apenas uma dimensão unilateral, é também do domínio multilateral; já não é apenas uma fronteira comercial e económica, é também científica, tecnológica, ambiental e sanitária.

Sem prejuízo das competências soberanas de Portugal, a fronteira marítima portuguesa já não está submetida apenas à soberania exclusiva do Estado; é interdependente, sem deixar de ser nacional, identitária e objeto do interesse vital do Estado.

Não obstante o esbatimento das competências soberanas de Portugal sobre a sua fronteira marítima, devido às regras do DI Marítimo, à partilha de responsabilidades com os

seus aliados nos quadros multinacionais em que se integra, aos limitados recursos do país e às pressões internacionais das potências, a condição de fronteira histórica multi-oceânica ainda mantém acuidade, razão pela qual o poder político-diplomático se arroga no direito de invocar a vocação universal do país.

Essa condição da nossa fronteira marítima tem sido determinante no delinear da política externa do país, onde o fator histórico-cultural e o multilateralismo têm estado presentes nas suas prioridades.

Recentemente, a nossa fronteira marítima tem funcionado, em grande medida, como plataforma atlântica, privilegiando a ligação entre a Europa, as Américas e África. Nomeadamente em termos comerciais e por força das orientações políticas da UE e dos EUA, a fronteira marítima portuguesa tem procurado posicionar-se como alternativa ao eixo do Indo-Pacífico, frente ao avanço da China.

Atualmente, porém, são muitas as incertezas e as interrogações sobre o posicionamento político-estratégico da nossa fronteira marítima, já que o mundo em mudança, a fragilidade das alianças tradicionais e o futuro incerto das mais importantes Organizações Internacionais, poderão determinar a sua necessária adequação às novas circunstâncias geopolíticas mundiais. Situada na linha da frente da Europa atlântica, na confluência do Atlântico Norte, Oeste e Sul, e do Mediterrâneo, a nossa fronteira marítima, porque muito mais exposta, obriga Portugal a uma reponderação das suas prioridades estratégicas.

Como é de todos conhecido, o mar reveste-se de múltiplas dimensões, que atingem todos os países do mundo, se bem que em distintos graus. As mais evidentes são: política, económica, comercial, social, cultural, jurídica, científica, tecnológica, ambiental, sanitária, humanitária, estratégica, e de segurança e defesa.

Naturalmente, a nossa fronteira marítima está adstrita, ou até subordinada, a todas essas dimensões, seja no domínio externo ou no âmbito interno. Todas elas se traduzem em enormes desafios, aumentando os riscos a que a fronteira marítima está submetida. Para já não falar das ameaças que, nos últimos anos, invadiram os mares, muitas delas diretamente relacionadas com guerras híbridas, a criminalidade organizada (tráfico de droga, de seres humanos, etc.), pesca ilícita e imigração ilegal. Razões pelas quais, a nossa fronteira marítima deverá estar melhor apetrechada para responder a todas essas dimensões, riscos e ameaças.

Independentemente dessa categorização e do enquadramento político-estratégico da nossa fronteira marítima, não podemos ignorar que o mar, na sua dimensão estritamente política, é sinónimo de poder. Dito de outra forma, o mar gera poder, se convenientemente aproveitado e administrado. Mas, também, impõe obrigações recíprocas, se as partes que dele dependem e com ele se relacionem forem suficientemente responsáveis.

A reboque da dimensão política, temos a dimensão estratégica ou, mais concretamente, a dimensão geoestratégica, o que nos permite reiterar a importância capital da geografia, cujos benefícios são tanto de natureza política interna, como externa, com países aliados e amigos a usufruírem, também, dessa condição e a serem corresponsáveis da mesma.

A singular geografia de Portugal, a sua compleição arquipelágica e, consequentemente, a extensão e localização da sua fronteira marítima, são fatores não negligenciáveis. No extremo ocidental da Europa – na “cara” da Europa –, de frente para os EUA, na desembocadura do Mediterrâneo, na reunião do Atlântico Norte com o Atlântico Sul e na proximidade com África, a fronteira marítima de Portugal revela-se em toda a sua magnificência, mas, também, na sua enorme exposição, sinónimo de riscos acrescidos.

Se convenientemente valorizada e administrada (o que implica visão estratégica, meios e recursos), e se a conjuntura política nacional e internacional não se apresentasse tão complexa, a fronteira marítima portuguesa poderia ter um grau de desempenho mais elevado das competências próprias e partilhadas, beneficiando mais o país, os países aliados e amigos, o mundo em geral e o próprio desenvolvimento sustentável. A este propósito, refira-se a relevância da exploração dos recursos marinhos (pesca, energia oceânica, minerais e biodiversidade marinha), da atividade marítima (comércio, transportes, pesca, investigação científica, desporto e turismo) e da segurança e vigilância (monitorização pela Marinha, Autoridade Marítima e forças de segurança). Algumas destas competências, já de difícil e integral desempenho, poderão ver-se comprometidas se a conjuntura internacional se agravar.

Embora sem equiparação à de épocas históricas recuadas, a dimensão da fronteira marítima portuguesa (mais de 3.000 km e cerca de 1,7 milhões de km² de ZEE), a sua riqueza e o seu significado, tanto a nível nacional, como internacional, exigem agora o delinear de uma estratégia global, de que Portugal será o principal responsável. Responsabilidade essa que aumentará, se o pedido de alargamento da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas for aprovado pela ONU.

Apesar das limitações, constrangimentos e incertezas, Portugal é uma potência geográfica. A sua localização e as reais condições da fronteira marítima portuguesa, embora de competências partilhadas (de certa forma, mais difusas, mas também mais amplas), conferem-lhe essa condição.

Mesmo em tempos politicamente conturbados, como os que vivemos, de alteração da ordem mundial, de competição entre as potências, de guerras híbridas, de acentuação dos desequilíbrios sociais e económicos, de utilização maliciosa das tecnologias, de falhanço da diplomacia e fracasso do sistema onusiano, de aumento dos poderes autocráticos e dos “senhores da guerra”, de deslaçamento das alianças, etc., a fronteira marítima portuguesa, apesar das incertezas, poderia incrementar a sua importância estratégica, se Portugal se impusesse, de novo, no papel histórico de “país de serviço”, quer dentro da sua área geopolítica própria, quer noutros espaços e regiões do mundo onde ainda goza de prestígio e influência. Sem esquecer que, atualmente, as suas responsabilidades e riscos talvez sejam superiores às que enfrentou no passado.

h) - Num mundo em turbilhão e de múltiplas ordens

No atual contexto, a nossa fronteira marítima (e o seu “braço armado”, a Marinha portuguesa) seria chamada a desempenhar tarefas de apaziguamento e segurança dos mares, a pôr fim

às ameaças ambientais e criminais, a favorecer o desenvolvimento científico e os avanços tecnológicos, por forma a contribuir para que o mar seja, efetivamente, um provedor de riqueza, de segurança e bem-estar, em prol da humanidade.

Nestes termos, importaria saber em que moldes, e com que instrumentos e recursos, a fronteira marítima portuguesa pode atuar em todas essas vertentes, o que se revela difícil e complexo.

A presente situação política internacional é grave e imprevisível, e isso reflete-se nas condições e competências da nossa fronteira marítima. Até mesmo a sua condição de fronteira marítima globalizada corre o risco de se ver desnaturalizada, devido ao recuo da globalização, à formação de novos blocos geopolíticos e às pressões de distintos agentes externos. O “*decoupling*”, que já se verifica na produção e no comércio internacionais, poderá refletir-se na condição e desempenho da nossa fronteira marítima, sob diversos prismas. Do mesmo modo que as autocracias, em aumento de número e de poder, poderão querer impor condições de funcionamento humanitário mais restritivas à nossa fronteira marítima.

A ZEE de Portugal, cuja plataforma continental se estende muito para além dos Açores, é das zonas marítimas da Europa com maior biodiversidade, o que confere à nossa fronteira marítima uma enorme riqueza, designadamente, na área da revolução industrial “verde”. Essa situação é confirmada pela crescente “invasão” de embarcações com bandeiras de conveniência, verdadeiras fábricas flutuantes predadoras dos mares, a que o Estado português e a Marinha não conseguem pôr cobro. Ou porque é impossível reunir provas, dada a magnitude das operações e a dificuldade em identificar os infratores, ou porque levar a um tribunal internacional essas transgressões resultaria num processo demasiado longo e de conclusões incertas.

Uma das áreas mais críticas do nosso posicionamento geoestratégico é a defesa e a segurança nacional, numa perspetiva mais ampla e abrangente do que aquela que trata o Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Se a situação política internacional evoluir em moldes ainda mais conflituosos, as condições, competências e funcionamento da nossa fronteira marítima poderão estar seriamente em risco.

Atentas as incógnitas que pairam sobre a evolução do mundo, a fronteira marítima portuguesa confronta-se com inquietações esdrúxulas, que advêm, não apenas de um hipotético conflito mundial armado, mas também do futuro incerto do sistema internacional edificado após a II Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria. A pertença de Portugal à ONU, à NATO, à UE, à OSCE e ao Conselho da Europa, grandes areópagos internacionais, que, sob a égide do Ocidente, do liberalismo, do respeito pelo DI em prol da paz e da segurança mundial, e do multilateralismo, serviam de escudo de segurança e defesa do país, e garantiam que a nossa fronteira marítima desempenhasse competências alargadas, mesmo que partilhadas, em todos os domínios pertinentes. Essa pertença, porém, suscita agora mais incertezas e apreensão, do que segurança e tranquilidade.

Ainda que o bloco europeu, em busca de unidade, autonomia e fortalecimento, lute por se impor num mundo desregado e de múltiplas ordens, aumentam as dúvidas, quer no tocante à sua capacidade de liderança interna, quer relativamente ao avanço do populismo, dos nacionalismos e das forças autocráticas, que ameaçam fazer ruir todo esse edifício europeu da paz. No entanto, e apesar desta conjuntura política europeia, é na Europa que Portugal se reconhece,

e é através da Europa que Portugal se pode afirmar como potência, valorizando, consequentemente, a sua fronteira marítima.

Assente na cultura lusófona e na cooperação político-diplomática, só a CPLP, a que também pertencemos, parece escapar à convulsão sistémica do mundo de hoje. Não obstante as fragilidades intrínsecas desta Organização, e por causa delas, tudo aconselha a que Portugal invista mais nela e nos seus países-membros, tendo em conta, nomeadamente, a crescente influência chinesa nesses países do Sul, já transformados em “corredores portuários” da Nova Rota Marítima da China. A China é, pois, um interlocutor incontornável da política externa portuguesa, em praticamente todas as suas dimensões.

À mingua de recursos e de equipamento militar – não obstante a recente decisão política de aumentar o investimento na área da defesa –, resta a Portugal a sua arma mais poderosa e eficaz, a diplomacia.

A fronteira marítima de Portugal sempre foi e deveria continuar a ser o instrumento mais importante da sua diplomacia. Este valioso atributo da fronteira marítima portuguesa, que entronca na própria história do país, pode ser uma poderosa mais-valia, que, a própria China, dada a sua cultura milenar e prática diplomática de longo prazo, sabe reconhecer e avaliar.

A guerra da Rússia contra a Ucrânia, a ameaça nuclear, o quase total desaparecimento da ONU, as incertezas sobre o compromisso dos EUA com a NATO, a aparente rutura do eixo transatlântico, o declínio da Europa como ator global e o seu rearmamento, como fator de compensação, a tendencial “renacionalização” das políticas da UE e a sua falta de liderança, o regresso das esferas de influência, e a partilha do poder do mundo entre as grandes potências, todas munidas de regimes autocráticos, nacionalistas, não deixarão de se fazer sentir nas condições de exercício da nossa fronteira marítima, aumentando a inquietação com que olhamos para as suas competências e funcionamento, mas, sobretudo, para a sua exposição. Vendo o que se passa com a Gronelândia, não podemos esquecer-nos dos Açores... basta que nos recordemos das intenções anexionistas de Roosevelt, em 1941, travadas por oportuna intervenção britânica.

A tudo isto acresce a convicção de que a partilha do poder do mundo entre as grandes potências poderá fazer-se de forma pouco pacífica, com os EUA e a China, numa luta encarniçada por esse poder, e a Rússia, num jogo tático de permeio, a não perder a oportunidade de se afirmar como um poder imperial e a cavalgar os direitos de que se arroga nas comunidades russófonas no Leste da Europa, e nos mares do Norte, Báltico, Negro, e no Ártico, igualmente disputado por Washington e Pequim.

Em todas estas potências pesa o facto de serem marítimas e de o mar constituir, para elas, uma prioridade estratégica. Por tudo isso, Portugal encontra-se verdadeiramente no “olho do furacão”.

Importa, assim, repensar a fronteira marítima portuguesa à luz desta evolução da conjuntura internacional e destes acontecimentos. Não será tarefa fácil, mas é impreterível, sobretudo, quando a maior garantia de segurança e defesa do país repousava na Aliança Atlântica e na NATO, e na aliança bilateral com os EUA, a maior potência ocidental marítima, agora com Trump na presidência, a revelar-se a mais revisionista do sistema internacional e das suas tradicionais alianças.

Repensar a nossa fronteira marítima tendo por base a nossa história e os vínculos históricos e culturais com países, com os quais Portugal desenvolveu especiais relações de amizade, pode recortar alguns aspetos da condição global da sua fronteira marítima, mas pode assegurar, também, garantias de preponderância no delinear da sua estratégia e no desempenho das suas competências e funções, dotando-a de capacidades de atuação e benefícios próprios.

Repensar a fronteira marítima portuguesa implica ter em consideração que o mundo em mudança, com novos blocos geopolíticos (v.g., BRICS, OCX), terá, na dianteira, potências emergentes, todas elas marítimas, como a China, a Índia, a Turquia, o Brasil e a África do Sul, algumas das quais mantêm com Portugal excelentes laços de amizade, inclusive histórica e cultural, que há que desenvolver.

Repensar a fronteira marítima portuguesa é privilegiar a habilidade e astúcia da nossa diplomacia, velha de séculos, que tão bem soube gerir os destinos de Portugal, como país livre, autónomo e independente; é apostar no diálogo, na negociação e na perseverança, ao invés da ameaça e da retaliação, porque somos pequenos, ou do tiro de canhão, de que não dispomos; é usar a memória histórica e extrair dela os saberes e experiências, que fomos recolhendo em várias partes do mundo, por onde andámos e nos assentámos, e saber delinear uma estratégia política, essencialmente marítima, porventura menos universalista, mas mais focada em áreas geográficas de que poderemos retirar maiores benefícios; é considerarmos que as teorias de grandes estrategistas (v.g. Spykman) sobre a importância do *Rimland* não perderam atualidade, e que devemos contribuir para a afirmação da Europa (com inclusão da Grã-Bretanha), a que pertencemos e que podemos valorizar, enquanto bloco geopolítico autónomo, vital para o reforço da nossa segurança e defesa; é ainda atender, com especial acuidade, ao facto de uma densa rede de cabos submarinos de telecomunicações estar sedeadada nas costas portuguesas, o que, tornando a nossa fronteira ainda mais vulnerável em termos de infraestruturas críticas, também obriga Portugal a priorizar a respetiva segurança e defesa. O mesmo é dizer que devemos dotar a nossa fronteira marítima de capacidades soberanas e de uma estratégia destinada a desenvolver a resiliência e segurança dos cabos submarinos, nas suas vertentes nacional e internacional.

A atlanticidade da fronteira marítima portuguesa pode já ter perdido, ou vir a perder, prevalência em alguns domínios, mas não a perdeu em termos geopolíticos, mesmo que a balança de poder se desloque para o Indo-Pacífico e que os EUA se afastem efetivamente da Europa. Ainda que o poder global da Europa esteja em declínio, ou entre parêntesis, e que os EUA revolucionem o sistema político internacional, o Oceano Atlântico, e o Mediterrâneo que se lhe associa, será sempre um dos maiores do mundo, com ligação a todos os outros e com um ecossistema de relevância capital. Ao banhar as costas de três continentes, o Atlântico é um corredor marítimo de vital importância para todos os intervenientes, donde, a disputa entre as grandes potências e algumas das potências emergentes pelo seu controlo.

Portugal tem que fazer valer essa sua inigualável condição geopolítica, que é de onde lhe advém o seu poder como média potência, garantindo, em simultâneo, a autonomia estratégica da sua fronteira marítima.

O BRASIL E A CPLP

SEMINÁRIO “O BRASIL NA NOVA ORDEM MUNDIAL”

Carlos Sérgio Sobral Duarte

*Embaixador, Secretário de África e Oriente Médio
do Itamaraty, Brasil*

Bom dia a todos!

Gostaria em primeiro lugar de cumprimentar meus companheiros de painel: Doutor **José Carlos Venâncio** e o Professor **Luís Brás Bernardino**.

Também quero saudar meus colegas embaixadores aqui presentes, demais autoridades portuguesas e estrangeiras, e os servidores da CPLP, na pessoa do seu Diretor Geral, que nos apoiaram neste projeto.

Registro por fim meu reconhecimento a todos aqueles que dedicaram seu tempo para assistir este seminário, que busca apresentar uma visão da atualidade do meu País.

Antes de começar esta apresentação, quero felicitar a **Academia Internacional de Cultura Portuguesa** (AICP), instituição Observadora Consultiva da CPLP, pela concepção deste seminário, “O Brasil na Nova Ordem Mundial”. É o primeiro de um ciclo sobre todos os países do espaço lusófono e um projeto que conta com o apoio institucional da nossa Comunidade.

Agradeço igualmente a minha equipe, na Missão do Brasil, pelo empenho e dedicação nos mínimos detalhes para levar adiante este trabalho de juntar tantas pessoas em torno deste objetivo comum.

Estou certo de que esse ciclo de seminários cumprirá o objetivo de ampliar e atualizar o conhecimento sobre a política externa dos Estados membros junto à sociedade civil, em especial nos âmbitos acadêmico, governamental e diplomático.

Como sabem, estava prevista a participação neste painel do Embaixador Carlos Duarte, Secretário de África e Oriente Médio do Itamaraty, responsável por coordenar as relações que mantemos com a CPLP, além das relações bilaterais com os países dessas regiões. No entanto, vivemos tempos de incertezas e enorme volatilidade política e social, que impediram, no último instante, que meu colega pudesse estar aqui presente. Por isso peço a compreensão de todos e procurarei ser o mais fiel possível às palavras que ele pretendia proferir aqui.

Apresentação do Embaixador Juliano Féres Nascimento, Representante Permanente do Brasil junto da CPLP, em Lisboa.

INTRODUÇÃO

Senhoras e senhores,

O Presidente Lula atribuiu, como principal tarefa de sua política externa, a reinserção do Brasil no mundo. Para tanto, a diplomacia brasileira tem-se empenhado em recompor relações bilaterais e retomar a ação construtiva em foros e organismos internacionais. Um dos objetivos centrais é recuperar a imagem do Brasil como país solidário e engajado.

Essa proposta pressupõe reconquistar a credibilidade do Brasil como parceiro dos países lusófonos e ampliar a oferta de projetos e iniciativas por meio de instrumentos de que o País possui, como, por exemplo, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o Instituto Guimarães Rosa (IGR) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Essas instituições estão engajadas em diversas atividades da nossa Comunidade.

BREVE HISTÓRICO

Antes de avançar na apresentação da atual participação ativa do Brasil na CPLP, quero fazer um breve retrospecto para contextualizar a Comunidade na política externa brasileira.

Celebramos, neste ano, os 35 anos da Cúpula de São Luís, a primeira a reunir os Chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa. A iniciativa do então Presidente José Sarney resultou na criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e foi baseada na ideia, ainda atual, de que nosso idioma é patrimônio comum e força aglutinadora de nossas sociedades.

A Cúpula de São Luís sintetizou em um encontro de líderes aquilo que já vinha sendo construído por diferentes setores das sociedades dos então sete países fundadores – dado que Timor-Leste e Guiné Equatorial só se tornaram membros em 2002 e 2014, respectivamente.

Algo que nem sempre é lembrado é o importante papel das sociedades na constituição da CPLP. Houve uma série de mesas redondas, com a participação de escritores, artistas, acadêmicos, membros da sociedade civil e de diferentes órgãos da administração pública, ocorridas no início dos anos 1990, no Rio de Janeiro, em Lisboa, Luanda, Maputo, Praia e Brasília. Esses debates com ampla participação social foram fundamentais no estabelecimento da nossa Comunidade.

A CPLP foi constituída em processo inclusivo, poucas vezes emulado. Organizações internacionais são criadas, geralmente, por diplomatas, em negociações a portas fechadas. Não foi o caso da CPLP.

Muito da cooperação, das atividades acadêmicas e culturais como essa que participamos hoje, muito do diálogo institucional, das reuniões setoriais que mantemos no âmbito da nossa Comunidade, precedem a organização.

Eventos literários, mostras de cinema, seminários acadêmicos, encontros de ativistas políticos, e reuniões oficiais entre tribunais de justiça, aduanas, bancos centrais, órgãos

responsáveis por saúde e até os jogos dos países de língua portuguesa vinham sendo organizados mesmo antes da criação da CPLP.

Como disse em 1993, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, a criação da CPLP foi ação para “dar forma institucional a uma realidade que faz parte do nosso cotidiano”.

A política externa brasileira reconhece e valoriza esse histórico, de uma Comunidade inclusiva, aberta, plural e que conta com a participação de diferentes órgãos governamentais, das mais diversas áreas, e de pessoas dos setores acadêmico, cultural e da sociedade civil. Esse diálogo fluido com a sociedade civil é um dos alicerces da nossa Comunidade.

I. A promoção de uma língua policêntrica

Esses elementos, de inclusão, abertura e pluralidade, são perceptíveis no objetivo da promoção e difusão da língua portuguesa, reconhecida como policêntrica. E aqui não quero provocar um debate linguístico, mas enfatizar que, por meio desse policentrismo, a CPLP é caracterizada como lugar de falas múltiplas. Isso permite ampliar a agenda de cooperação para diferentes áreas, sob perspectiva de inclusão.

A Comunidade formalizou o reconhecimento das diversidades, e o destaque dado a um objetivo de natureza cultural resultou na ênfase da dimensão humana, com a ideia de que nossa língua é um elo entre nossos povos.

A promoção da língua portuguesa é, também, vetor de divulgação da cultura brasileira – a literatura, a música, o cinema. Evidência da importância do tema para a política externa brasileira é termos no Itamaraty uma divisão voltada exclusivamente para o assunto: a Divisão da Língua Portuguesa.

O Brasil promove a difusão da língua portuguesa de forma institucional, pela rede do Instituto Guimarães Rosa – famoso escritor, que foi também diplomata. Há muitas atividades conjuntas realizadas pelo Instituto com a CPLP. Realizamos em Maputo, em agosto passado, a IV edição do Simpósio Conecta Leitores, que promove a formação continuada de agentes públicos e pesquisadores do tema da difusão da língua portuguesa.

Temos na nossa Comunidade a clara consciência de que o valor de uma língua depende mais das relações econômicas, científicas e culturais que ela gera do que do número de pessoas que a utilizam. A depender dos dados utilizados, o português é a 5ª ou 7ª língua mais falada do mundo. Mas não está entre as 5 ou 7 com maior impacto, seja na produção científica, nas artes ou nos fluxos de bens e serviços.

Reconhecemos que o idioma é uma ferramenta de valor econômico em mercados globalizados e competitivos. Por isso, a promoção da língua portuguesa deve incluir esforços nas áreas da promoção comercial, da ciência e tecnologia e da inovação.

Por essas razões, o Brasil tem apoiado os esforços da CPLP em expandir sua atuação cultural, com ação incipiente na indústria criativa, a fim de reverberar nossa língua e aumentar seu impacto e peso, para além da dimensão cultural, também nas relações econômicas e na produção científica internacional.

II. A cooperação – além do idioma, a união no anseio pelo desenvolvimento

A formação da nossa Comunidade foi motivada também pela ideia de que a lusofonia significa solidariedade e que a CPLP deveria atender demanda de apoio à superação dos desafios sociais e econômicos das nossas sociedades. Por isso, a cooperação em todas as áreas é um dos objetivos da Comunidade. O Brasil se orgulha da cooperação que realizamos no âmbito da CPLP.

Desde a criação da CPLP, o Brasil tem sido ativo na proposição e implementação de ações de cooperação Sul-Sul em prol do desenvolvimento sustentável dos Estados membros da Comunidade, por meio do compartilhamento de conhecimentos, de boas práticas e de ações de capacitação. A cooperação brasileira tem abarcado expressivo rol de temas, dos quais atualmente sobressaem saúde, educação, segurança alimentar e nutricional, ensino superior, direitos das pessoas com deficiência e recursos hídricos.

Na XIV Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em São Tomé, em agosto do ano passado, foram adotados o Plano de Atividades da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP 2023-2025 e o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP 2023-2027.

Esses planos orientam as atividades prioritárias para atingir objetivos comuns, como o reforço da arquitetura de governança do sistema alimentar nos Estado- Membros e da capacidade de resposta às emergências em saúde pública.

Para apoiar a concretização dessas metas, o Brasil concedeu cem mil euros para a implementação do Plano sobre Segurança Alimentar e Nutricional.

O Brasil realizou também a Reunião de Preparação para a Vigilância e Reposta às Emergências em Saúde Pública, em Lisboa, em novembro do ano passado. Em maio deste ano, foram realizados o I Congresso de Bancos de Leite Humano da CPLP, em Luanda, e a II Reunião da Rede de Escolas de Saúde Pública da CPLP, em Maputo. Na 29ª reunião ordinária do Conselho de Ministros, realizada em São Tomé, em 19 de julho, foi criada, por sugestão do Brasil, a Rede CPLP de Programas de Treinamento em Epidemiologia de Campo, com o objetivo de fortalecer as capacidades institucionais e técnicas dos Estados membros, para promover atendimento eficaz de emergências em saúde pública.

Destaco também a assinatura, em dezembro do ano passado, do Memorando de Entendimento entre o MERCOSUL e a CPLP, por iniciativa do Brasil. O MERCOSUL, uma organização econômica fundada por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, é um dos eixos da atuação internacional brasileira. O Memorando tem como objetivo estabelecer mecanismos de cooperação entre as Partes em áreas como a promoção do desenvolvimento sustentável, a modernização e fortalecimento da gestão pública, entre outras.

A receptividade à proposta brasileira reflete o interesse da CPLP em estreitar as relações com o MERCOSUL e o reconhecimento, pelos demais membros da Comunidade, do potencial das atividades de cooperação, baseado na exitosa experiência com promoção de políticas públicas para a proteção de pessoas com deficiência.

Outra modalidade de cooperação que merece ser mencionada por seu impacto é na área da defesa. Tanto no Brasil, quanto em Portugal, nossas estratégias nacionais de defesa

afirmam haver ameaças securitárias que impactam o “entorno estratégico” da CPLP, apontando a cooperação em defesa na Comunidade como uma prioridade.

O Brasil apoia as atividades do Centro de Análise Estratégica, sediado em Maputo. Nossas Forças Armadas mantêm diálogo contínuo, por meio dos núcleos nacionais, com as dos demais Estados membros.

A Operação Felino, instituída como Força Tarefa Conjunta e Combinada (FTCC), foi concebida para oferecer treinamento conjunto às Forças Armadas da CPLP. A operação visa ao adestramento integrado dos militares para atuação em missões de paz e de assistência humanitária.

O Brasil sediou a edição do exercício de setembro de 2017, em Resende (RJ), que contou com a participação de aproximadamente mil militares dos nove países da CPLP. O Brasil sediará a Operação Felino novamente, em 2026.

Da perspectiva brasileira, o pilar da cooperação da CPLP tem tido êxito em fortalecer e capacitar instituições governamentais e sociais dos Estados membros, em diferentes áreas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

III. A concertação política – democracia, inserção internacional e reforma da governança global

A gênese da nossa Comunidade é marcada pela participação social e pela cooperação para o fortalecimento institucional de nossos Estados. Por isso, os Estatutos da CPLP estabelecem a democracia, o Estado de Direito, os Direitos Humanos e a Justiça Social entre os princípios que regem nossa Comunidade.

Creio ser motivo de orgulho para todos da Comunidade o papel da CPLP na promoção da paz em Angola, cuja guerra civil perdurou até 2002, bem como na independência e formação do Estado de Timor-Leste.

O fortalecimento institucional continua sendo pilar importante da Comunidade e área que o Brasil tem buscado apoiar com partilha de experiências e com recursos humanos e financeiros.

O Brasil fez doação financeira, via Fundo Especial da CPLP, para a realização das eleições em Guiné-Bissau de junho do ano passado, além de ter enviado equipe de técnicos do nosso tribunal eleitoral para apoiar o processo eleitoral. Ao longo desta semana, o Brasil participa de missão de observação eleitoral da CPLP em Moçambique.

Reitero o compromisso do Brasil em seguir apoiando todos os Estados membros em seus esforços de realizar eleições transparentes e seguras.

Outro elemento importante da nossa concertação política é o reforço da participação dos Estados membros nos diferentes foros internacionais. Temos buscado atingir esse objetivo por meio dos “Grupos CPLP”.

Esses grupos são constituídos por pelo menos três Representantes dos países da Comunidade junto a Governos estrangeiros ou a organizações internacionais e têm como objetivos coordenar posições relativamente a interesses comuns, assegurar a representação da CPLP

em reuniões internacionais, promover gestões conjuntas, além de divulgar as atividades e realizações da Comunidade.

Os Grupo CPLP junto à Organização das Nações Unidas, sediados em Genebra e em Nova York, são os mais ativos da Comunidade, tendo a praxe de proferir discursos conjuntos e coordenar posições em votações de interesse dos Estados membros.

A concertação político-diplomática no âmbito da CPLP também é valorizada por servir de apoio às candidaturas dos Estados membros em diferentes foros internacionais.

Recentemente, nossa Comunidade começou a atuar de forma mais direta em tema caro para o Brasil, o da reforma da governança global. Trata-se de uma das prioridades da presidência brasileira do G20.

O Secretário Executivo, Zacarias da Costa, participou da 2ª Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G20, a convite do Brasil. A reunião, realizada à margem da 79ª sessão da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, teve por tema “Reforma das Instituições de Governança Global”.

Na ocasião, o Secretário Executivo sintetizou a posição da nossa Comunidade sobre o tema ao defender “que se inicie um processo de reformas institucionais no sistema de governança global que abra caminho a estruturas organizacionais mais representativas, pluralistas, transparentes e responsáveis, baseadas em responsabilidades partilhadas e em procedimentos de tomada de decisão mais inclusivos”.

No caso específico do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como se sabe, a CPLP apoia a aspiração do Brasil de vir a ocupar assento permanente em um Conselho reformado. O Brasil, naturalmente, dá grande valor a esse apoio e, por sua parte, acredita que a África também deveria estar representada de maneira permanente naquele órgão.

IV. A cooperação econômica – a promissora reinvenção de uma ideia antiga

Como disse no início desta apresentação, o histórico da nossa Comunidade é marcado por forte participação da sociedade civil. Apesar de a temática da cooperação econômica e empresarial estar presente na Declaração Constitutiva da organização, é fato que o setor privado dos Estados membros não manteve o mesmo nível de engajamento com a Comunidade que o setor acadêmico ou cultural. A recente inclusão da cooperação econômica e empresarial como quarto objetivo da CPLP abre perspectivas promissoras de corrigir esse descompasso ao ampliar e promover as relações econômicas por meio de ações voltadas para agentes do setor privado.

O Brasil tem apoiado as ações da Agenda Estratégica para a Consolidação da Cooperação Econômica da CPLP por meio da cooperação técnica, com vistas ao desenvolvimento de capacidades dos Estados membros para a elaboração de políticas e instrumentos de apoio aos pequenos negócios e à promoção do empreendedorismo. Destaco a participação ativa da Agência Brasileira de Promoção de Exportações (APEX-Brasil), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em tres eixos dessa agenda: Promoção do comércio; dos investimento; e na capacitação institucional e empresarial.

Ademais de seu engajamento no Fórum das Agências de Promoção do Comércio e Investimento da CPLP, a Apex-Brasil inaugurará, em breve, escritório nesta cidade, a casa Brasil-Lisboa, cuja atuação terá foco em Portugal e nos países lusófonos africanos. O espaço deverá abrigar, também, outras instituições brasileiras, como o Banco do Brasil, Embratur, Fiocruz e SEBRAE. Isso permitirá que as atividades de cooperação econômica no âmbito da Comunidade ganhem ainda mais impulso.

Entre as ações que já vêm sendo desenvolvidas, o Brasil organizou o III Diálogo sobre Pequenos Negócios e Empreendedorismo no âmbito da CPLP, ocasião em que foi formalizada a criação do Fórum de Instituições de Apoio aos Pequenos Negócios e ao Empreendedorismo da CPLP. No âmbito desse Fórum, foi realizada uma oficina sobre Boas Práticas em Políticas Públicas de Acesso ao Crédito para Pequenos Negócios, com vistas ao intercâmbio de informações sobre os desafios e soluções implementadas em políticas públicas e acesso a financiamento para pequenos negócios.

A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais de Crédito e Economia Familiar e Solidária (CRESOL) organizou o seminário internacional “Construindo juntos a inovação em agricultura e finanças para um amanhã sustentável”, em Francisco Beltrão, no Paraná, de 5 a 7 de junho de 2024, que possibilitou a reflexão nos Estados membros sobre o papel das microfinanças e cooperativas no acesso a recursos financeiros por agricultores e comunidades rurais. Esperamos que essa iniciativa possibilite ao Brasil avançar na cooperação nessa matéria, haja vista a incipiência do setor na maior parte dos Estados membros da CPLP.

O Itamaraty está desenvolvendo, com outros órgãos e em parceria com o setor privado, um projeto voltado à promoção de empregos, nos países de origem, dos alunos africanos e timorenses de instituições de ensino superior no Brasil, como a UNILAB e as universidades participantes dos programas PEC-G e PEC-PG. Esperamos poder apresentar esse projeto, em breve, aqui na CPLP.

Por fim, resalto que o Brasil aderiu, em abril passado, ao Compacto Lusófono, que propicia aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) acesso a financiamento concessional, provido pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). É mais uma medida concreta do engajamento solidário do Brasil com integrantes da nossa Comunidade.

V. A questão da mobilidade

Devido ao caráter inclusivo e de participação social da nossa Comunidade, o governo brasileiro atribuiu especial relevância à questão da mobilidade. O Brasil deu passo importante na efetiva implementação do Acordo de Mobilidade da CPLP ao regulamentá-lo internamente.

Desde outubro de 2023, os cidadãos dos países da CPLP gozam de regime diferenciado e facilitado na obtenção de residência. O mesmo diploma estabelece facilidades adicionais de entrada em território nacional para integrantes das comunidades acadêmica, científica, cultural e empresarial dos Estados-membros da CPLP.

O Brasil reforçou, assim, o compromisso com o aprofundamento dos laços que unem os povos de língua portuguesa e com a livre circulação de pessoas em nosso espaço comum.

O SECRETARIADO EXECUTIVO

A estrutura administrativa da CPLP foi acertadamente concebida para ser leve e flexível, facilmente adaptável para atender as demandas e necessidades dos Estados membros.

Em linha com essa diretriz, o Secretariado deve manter-se, antes de tudo, eficaz e eficiente. Para isso, foi adotada na última Cúpula uma reforma, em curso, da estrutura do Secretariado, com objetivo de profissionalizar o quadro de pessoal e promover a representatividade geográfica e a igualdade de gênero. O Brasil encontra-se especialmente engajado nesse esforço de otimização da nossa burocracia, racionalização do orçamento da organização, bem como adoção das melhores práticas no recrutamento e na gestão de pessoal.

A reforma está associada a um aumento real do orçamento da CPLP, também adotado na última Cúpula. O Brasil é o maior contribuinte da organização, responsável por quase 1/3 do orçamento da Comunidade.

Ciente de sua responsabilidade e em dia com suas contribuições, o Brasil seguirá zelando pela cabal implementação da reforma administrativa do Secretariado Executivo, comprometido que está com o funcionamento eficiente e efetivo da CPLP e com sua sustentabilidade financeira.

CONCLUSÃO

A presença do Presidente Lula na 14ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CPLP foi expressão concreta da retomada e da revalorização da participação do Brasil na Comunidade. Procurei realçar diferentes iniciativas em curso que atestam essa revalorização.

O Brasil orgulha-se de fazer parte de uma organização de Estados soberanos e diversos, que se reconhecem em uma Comunidade, plural e aberta. Uma Comunidade de Estados que conta com um Secretariado profissional, gerido em linha com as melhores práticas internacionais, para prestar serviços de excelência. Uma Comunidade que é também formada por pessoas que vivem em quatro continentes e estão unidas por uma língua comum.

A língua portuguesa não é apenas o meio de comunicação da nossa Comunidade, tampouco pode ser considerada tão somente elemento aglutinador das culturas que a compõem. A língua portuguesa é mais do que isso: é uma força que ecoa e mobiliza os anseios de nossos povos por paz, justiça, liberdade, prosperidade, inclusão e promoção da amizade que nos une.

Da perspectiva do Brasil, podemos construir sociedades mais justas, inclusivas, equitativas e sustentáveis para nossos povos. E contamos com a CPLP para atingir essa meta.

MUITO OBRIGADO

Embaixador Juliano Féres do Nascimento

UMA LÍNGUA, VÁRIAS CULTURAS, UM GRANDE DESAFIO^{1 2}

José Octávio Serra Van-Dúnem

*Professor Catedrático na Universidade Agostinho Neto
e na Universidade Católica de Angola, em Luanda, e
na Universidade Nova de Lisboa*

Académico Correspondente da AICP, categoria de Estrangeiros

Exm^a Sr^a Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Professora Doutora Maria Regina Mongiardim, estimados colegas académicos membros da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

A minha família aqui presente, a minha esposa e filha, meus faróis de vida, aos meus amigos e colegas de uma caminhada, os que vieram de longe, os que vieram daqui mais de perto, a todo vós o meu obrigado.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Sinto-me feliz por estar aqui nesta casa de Ciência e Saber, a Sociedade de Geografia, onde no final da minha adolescência, enquanto estudante, frequentei, sobretudo a sua rica biblioteca, respondendo às orientações dos meus Professores de História e Geografia, do Liceu Gil Vicente, que não fica muito longe daqui, mas também satisfazendo o prazer que sempre tive em olhar os mapas, esse fascínio de viajar pelos mapas, como dizia o filósofo Immanuel Kant, quando questionado sobre o porquê de conhecer o mundo, sem nunca sair da sua cidade natal Koinesberg, Alemanha.

Pois bem, eu saí da minha cidade natal, a minha Luanda, adolescente, vim para Lisboa, cidade que passou a ser a minha placa giratória para chegar ao mundo e esta Instituição também contribuiu para isso, daí a minha gratidão.

Hoje sinto-me honrado por ser chamado a fazer parte deste colectivo selecto que é Academia Internacional da Cultura Portuguesa, quiçá, para humildemente continuar a reflectir sobre desafios da língua portuguesa nesse diálogo intenso com outras línguas e culturas de outras geografias a que também pertença.

Não sendo linguista, permiti-me fazer uma abordagem socio cultural sobre a necessidade de pensarmos nos desafios que uma língua e o seu caldo cultural têm, quando se cruza com

¹ Por José Octávio Serra Van-Dúnem, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

² Conferência na tomada de posse na Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

várias culturas e várias línguas, vários contextos sociais, antropológicos, em que passa a partilhar o seu sentido de pertença.

Neste sentido, a expressão global da língua portuguesa é um dado incontornável que nos leva a várias viagens no tempo e no espaço. Segundo dados do Novo Atlas da Língua Portuguesa e o Instituto Camões, presentemente, mais de **263 milhões** de pessoas utilizam o português como idioma principal e a projeção do seu crescimento para daqui a 26 anos, em 2050, é que se atinja o número de **quase 400 milhões de falantes**.

Estes números são, de facto, impressionantes, especialmente se pensarmos que se trata verdadeiramente de uma língua global, património de muitos povos e culturas, na sua projeção geográfica, porque estamos a falar de habitantes de países de língua oficial portuguesa, e eles são muitos e espalhados por várias geografias.

Falamos de **Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste**. Sem deixar de fora também os falantes de **Macau, Goa, Damão e Diu** e de toda a diáspora destes países e cidades, a qual conjugada é todo um outro universo de pessoas por esse mundo fora cria, recria, constrói e reconstrói a língua numa multiplicidade de culturas, tonalidades que a tornam cada vez mais rica.

É esta dimensão da língua, que se reflecte em múltiplos aspectos, que quero trazer a esta sessão, para que façamos uma reflexão sobre o papel da mesma, da sua expressão no domínio cultural, social e económico, mas sobretudo nos encontros e desencontros das culturas que a adotaram e nos desafios que este denominador comum se tornou. Sobre a dimensão da língua portuguesa, os números falam por si, como atrás referi, mas o mundo globalizado já determinou há muito uma dimensão económica e social para a importância de cada língua.

Para dar um exemplo disruptivo, que não vem da língua portuguesa, sobre esta dimensão económica, é fácil, por exemplo, aceitar que qualquer europeu sabe bem o que significa e o que vem de Hollywood, mas poucos, por exemplo, na Europa saberão que existe uma Nollywood, e que a Nigéria é já uma das maiores potências na indústria do cinema.

Ou seja, este exemplo serve para constatar que uma língua tem uma projeção muito diferente da sua dimensão absoluta, porque necessariamente indexada ao peso da economia ou economias que a suportam e sobretudo devido à globalização (valendo o que vale esta palavra) e seus instrumentos, ela pode ter um alcance muito diferenciado.

Nem as crescentes tensões políticas, com novas disputas geopolíticas no mundo, em particular em África, conseguem transformar velhas leituras da representação das sociedades africanas, especialmente na Europa, leituras essas que ainda hoje padecem de uma estética colonial e até pós-colonial, que afasta da realidade e da multiplicidade de caminhos, de desafios e de transformações.

São também essas velhas leituras, velhos clichés e preconceitos que prejudicam a compreensão de recentes e importantes transformações como as vividas nos Países africanos, não obstante existir ainda uma agenda longa de novos desafios com velhos problemas que precisam de ser vencidos, como a pobreza, as desigualdades e assimetrias sociais, suportadas em agendas de consenso.

Vivemos também novos tempos de hiperconsumismo à escala global, de exacerbação do materialismo e do efêmero digital. Estamos a construir novas realidades que transformam cada vez mais o cidadão em consumidor, deixando muitas vezes para último plano a dimensão social e a expressão cultural de cada sociedade e da individualidade, como tão bem nos ilustra o pensador Gilles Lipovetsky. Olhando, para a dimensão demográfica, sublinhamos o mandarim que se destaca com o maior número de falantes no mundo, continuando a China a consolidar a sua posição e também com novos fenómenos com impacto à escala global, sabendo que não podemos perder de vista o crescimento demográfico da Índia.

Sabendo que teremos sempre de viver como as dinâmicas competitivas da língua inglesa e do mandarim, e em África com a importância, cada vez maior, das línguas nacionais, estas, permitam-me sublinhar, a precisarem, no caso de Angola, meu País, de políticas linguísticas realistas, onde fique claro qual a sua operacionalidade, nas dinâmicas sociais de afirmação de identidades e de coesão social, facilmente concluiremos que há um longo caminho pela frente.

Contudo, o que é certo é que a língua portuguesa é uma das mais faladas no mundo e esse importante facto revela-se também a base de um desafio comum, sob vários prismas.

Para mim, que sou angolano, quero especialmente sublinhar, neste contexto, alguns dados: atualmente, **16 em cada 100 pessoas no mundo são africanas e as projeções são para que, em 2050, 25% da população mundial seja africana.**

Ora, tendo em consideração estas previsões demográficas e toda a dinâmica envolvente, é líquido pensar que no continente africano iremos ter um enorme crescimento do número de falantes de português no futuro, sendo que aí a língua portuguesa, como já dissemos cruza-se com outras línguas, suas semânticas, culturas e formas de sociabilidade locais, sendo o seu enriquecimento um dado adquirido.

Temos um caminho de enormes desafios em que os países que falam português podem aproveitar, especialmente se deixarem para trás discursos ocidentais moralistas e narrativas fatalistas pós-coloniais, que mais estreitam caminhos do que abrem novos olhares condicentes com novos desafios.

É sobre esses encontros e desencontros, nesse exacto plano que precisamos de continuar a construir uma visão também de futuro, alicerçada na compreensão e no respeito mútuos, desde logo aceitando que existem nas relações entre Estados dimensões muito menos abrangentes do que na relação entre os povos, porque nestas entram componentes de dimensão emocional, vidas, pessoas, lugares e vivências.

Contudo, mesmo na dimensão política e de Estado, é bom não esquecer que a conservação do português enquanto língua oficial foi, no caso de importantes países africanos, uma escolha livre e consciente dos próprios líderes dos movimentos de libertação e das independências nacionais.

Nasci em Luanda, na minha Angola, multicultural, que amo, estudei em Lisboa, uma cidade cheia de história e de referências de africanidade e onde tenho familiares, amigos e colegas de letras, continuei a estudar no Rio de Janeiro, outra terra, de matriz africana, onde segundo a Professora etnolinguista Yeda Pessoa de Castro, as línguas bantu, nomeadamente o

Kikongo, o Kimbundo e o Umbundo, estão muito presentes historicamente nesse espaço que a língua portuguesa ocupa, no Estado da Bahia.

Ora todos estes factos, poderíamos citar muitos mais são, também eles, responsáveis pela criação dessa diáspora emocional que deveria e deve ser de tolerância, solidariedade e inclusão.

Acredito que é nesse plano emocional que somos mais humanos e que podemos construir pontes e denominadores comuns, sem descurar a necessidade de acções práticas e concretas, como por exemplo valorizar-se as diásporas, seja no plano interno, seja na ponte que elas podem estabelecer com os seus Países de origem.

Por outro lado, a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, pode ter um papel fundamental, procurando influenciar a valorização dessas forças de interculturalidades, que vá para além da imagem folclórica, que pode sempre resvalar para os “racismos, sejam eles velados ou explícitos”, naquilo que são as relações gelatinosas entre os nossos povos e suas gentes.

Podem ser bolinhos de bacalhau em Copacabana, pode ser o Anselmo Ralph a cantar em Évora, pode ser o Paulo Flores a cantar hoje no Centro Cultural de Belém, podem ser guias turísticos em Luanda, a mostrarem identidades portuguesas na arquitectura da nossa cidade, como a rua dos mercadores, ou em Lisboa a mostrar essa Lisboa africana, que atrás referi, podem ser as nossas Professoras africanas, a ensinar literaturas africanas as novas gerações de estudantes, em Universidades europeias, ou estes mesmos estenderem o Erasmó até aos nossos Países, podem ser os miúdos a correr pelas ruas do meu bairro popular, onde cresci e celebrar um golo do Benfica.

Esse povo dos afetos já interiorizou há muito que a multiculturalidade tem uma cola que é a língua e os afetos e tudo o que isso traz consigo, num universo de cumplicidade, que não pode ser sublimado, nem subestimado.

Resta agora aos Estados e suas lideranças políticas saberem interpretar os sinais dos seus Povos, para que possam dar mais força a um idioma comum que é a língua portuguesa, a par com as outras línguas, outras culturas, com as quais tropeça, mas não cai, como importante ativo neste mundo globalizado, mas com tantas diferenças e como grande língua de comunicação internacional, que é por essa via que se materializará em sucessos comuns nos campos cultural, social e económico.

Acredito que o peso internacional das línguas pode ser um dos denominadores comuns de entendimento cultural, mas para tal não basta somar falantes, nem o peso dos países que as falam.

O Desafio passa, muito possivelmente, pelo respeito mútuo, compreensão e valorização dos laços culturais e sociais mais profundos que nos unem.

Em tempos conturbados de guerra e conflito quer na Ucrânia como no Médio Oriente, como de conflitos de baixa densidade, mas de grande impacto, em alguns Países africanos, precisamos de investir mais nas relações humanas, no entendimento cultural, no humanismo e na multiculturalidade.

Termino, referindo que na véspera da comemoração de uma data importante de mudança, o 25 de abril, na qual nós povos africanos falantes da língua portuguesa, fomos partícipes da

mesma, e a partir da referência de autores que me são muito caros, entre os quais destaco, o historiador Joseph Kizerbo, o economista e sociólogo Amartya Sen, e o filósofo Kwame Anthony Appiah, o historiador Carlos Lopes, acredito que esse desafio, pode ser vencido se tivermos uma esperança realista, a partir da nossa história e vivenciando o nosso presente, acreditando no nosso futuro.

É nisso que acredito.

Muito obrigado.

ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA

PRESIDENTE DE HONRA

Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa

CONSELHO ACADÉMICO (CA)

Presidente: Doutora Maria Regina de Mongiardim

Vice-presidente: Prof. Cat. José Filipe Pinto

Vice-Presidente: Prof. Cat. José Carlos Venâncio

Vogal: Vice-almirante REF Rebelo Duarte

Vogal: Prof. Cat. Luís Aires-Barros – Presidente da SGL

Secretário-geral: Prof. Doutor José Esteves Pereira

ACADÉMICOS DE MÉRITO

Dr. José Ramos Horta

Dom Manuel Nascimento Clemente (ex-Cardenal Patriarca de Lisboa)

Gen. REF José Pinto Ramalho

Prof. Doutor José Barata-Moura

Prof. Doutor António Dias Farinha

ACADÉMICOS DE NÚMERO ESTRANGEIROS

Prof. Doutor Josué Montello

ACADÉMICOS DE NÚMERO PORTUGUESES

1. Dr. Carlos Monjardino – antigo Presidente do CA

2. Prof. Doutor Martin Eduardo Corte Real de Albuquerque

3. Prof. Doutor Luís António Aires-Barros

4. Prof. Doutor José Carlos Venâncio

5. Prof. Doutor Francisco Miguel Proença Garcia

6. V/Alm. REF João Pires Neves

7. Prof. Doutor José Fontes

8. V/Alm. REF António Rebelo Duarte

9. Doutora Maria Regina de Mongiardim da Costa Flor e Almeida

10. Prof. Doutor José Filipe Pinto

11. Prof.^a Doutora Maria Salomé Pais

12. Prof.^a Doutora Sónia Frias

13. Alm. REF Francisco Vidal Abreu

14. Prof. Doutor António Sampaio da Nóvoa

15. Prof.^a Doutora Maria da Glória Garcia

16. Prof. Doutor José Esteves Pereira

17. Pe. Dr. Vítor Melícias

CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

1. Prof. Doutor Evanildo Cavalcante Bechara

2. Prof. Doutor Manuel Chantre

3. Eng. Darc António da Luz Costa

4. Prof. Doutor Hipólito de la Torre Gómez

5. Prof. Doutor Lawrence Graham

6. Prof. Doutor Carlos Francisco Ribeiro de Lessa

7. Prof. Doutor Ives Gandra Silva Martins

8. Prof. Doutor Raúl Morodo

9. Prof. Doutor Carlos Nejar

10. Dr. Mário Cabral e Sá

11. Prof. Doutor Marcos Vinícios Vilaça

12. Dr. Zhang Weimin

13. Prof. Doutor Víctor Mário Chicua Kajibanga

14. Prof. Doutor George Contogeorgis

15. Prof.^a Doutora Fátima Moura Roque

16. Dr. José Rodríguez Carballo

17. Dr. Gilberto Veríssimo

18. Dr. Domingos Simões Pereira

19. Prof. Doutor José Carlos Gentili

20. Prof. Doutor José Octávio Serra Van-Dúnem

21. Prof. Doutor Paulo de Carvalho

22. Prof. Doutor José Maurício de Carvalho

CORRESPONDENTES PORTUGUESES

1. Prof. Doutor João Carlos Espada

2. Dr.^a Teresa Gouveia

3. Prof. Doutor António de Sousa Lara

4. Ten-Gen REF José Eduardo Garcia Leandro

5. Dr. Álvaro José Laborinho Lúcio

6. Dr. Joaquim Aguiar

7. Prof.^a Doutora Manuela Tavares Ribeiro

8. Prof.^a Doutora Maria José Ferro Tavares

9. Dr. Fernando Nobre

10. D. José Manuel Garcia Cordeiro – Bispo de Braga e Primaz das Espanhas

11. Prof.^a Doutora Maria Manuela Mendonça

12. Dr. Luís Amado

13. Prof. Doutor Paulo Mota Pinto

14. Eng. António Jorge Nunes

15. Dr.^a Gabriela Canavilhas

16. Dr. Pedro d' Avillez

17. Dr.^a Isabel Mayer Moreira

18. Dr. Onésimo Teotónio Almeida

19. Prof. Doutor António Bensabat Rendas

20. Dr.^a Maria da Assunção Anes Morais

21. Prof. Doutor Bernardo Ivo-Cruz

22. Prof.^a Doutora Helena Chaves Carreiras

23. Dr. Vítor Gonçalves (Jornalista da RTP)

24. Prof.^a Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade

25. Prof. Doutor Renato Epifânio

26. Prof. Doutor Luís Tomé

27. Embaixador jubilado Doutor José Manuel Duarte de Jesus

28. Prof.^a Doutora Ana Cristina Martins



Portugal em Acção